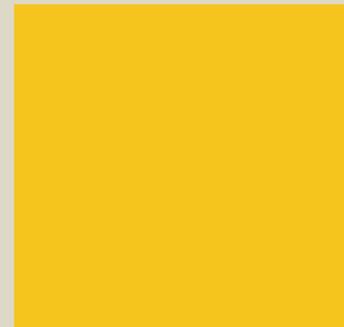


MANUAL METODOLÓGICO



DE INTERVENÇÃO
INTEGRADA EM
ASSENTAMENTOS
INFORMAIS



MANUAL METODOLÓGICO

DE INTERVENÇÃO
INTEGRADA EM
ASSENTAMENTOS
INFORMAIS



TÍTULO

Manual Metodológico de intervenção integrada em assentamentos informais

Manual elaborado pelo Conselho Municipal de Maputo (CMM) em parceria com o Consórcio AVSI-Synergia-Khandlelo no âmbito do Projecto de “Apoio à implementação da Estratégia Global de intervenção Integrada em Assentamentos Informais”.

Projecto financiado pelo Banco Mundial e enquadrado no Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo (PROMAPUTO II).



RESPONSÁVEL

Conselho Municipal de Maputo (CMM), Direcção Municipal de Planeamento Urbano e Ambiente (DMPUA)

PARCEIROS

Fundação AVSI – Organização Não Governamental Italiana

Synergia – Synergia Socioambiental e Synergia Moçambique

Khandlelo – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Juvenil

PROJECTO GRÁFICO

Synergia – Unidade de Comunicação | Débora Alberti

DIAGRAMAÇÃO

Camila Andrade, Letizia Zannoni

FOTOS

Consórcio AVSI-Synergia-Khandlelo

Maputo, 2016



A impressão deste manual foi realizada com o apoio da Cooperação Alemã (GIZ), no âmbito do Programa País de Moçambique da Aliança das Cidades. Os conteúdos desta publicação são de exclusiva responsabilidade do Conselho Municipal de Maputo, e não podem, de forma alguma, ser considerados como expressão da posição da Cooperação Alemã.

This publication has been printed with the support of the German Cooperation (GIZ) under the Cities Alliance Mozambique Country Program. The contents of this publication are the sole responsibility of the Maputo Municipal Council and can in no way be taken to reflect the views of the German Cooperation.

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO

Presidente do Conselho Municipal de Maputo | **David Simango**

Vereador de Planeamento Urbano e Ambiente | **Luís Nhaca**

Director Adjunto, DMPUA) | **Idálio Juvane**

Assessora de Planeamento Urbano e Ambiente | **Sara Candiracci**

Coordenadora do Programa de Assentamentos Informais, DMPUA | **Marcia Oliveira**

Chefe de Repartição – Assentamentos Informais, DMPUA | **César Cunguara**

Assistente da Coordenadora do Programa de Assentamentos Informais, DMPUA | **Julião Melo Jr.**

REPRESENTANTES DO CONSÓRCIO

AVSI FOUNDATION | **Alessandro Galimberti**

SYNERGIA CONSULTORIA URBANA E SOCIAL LTDA | **Maria J. de Albuquerque**

KHANDLELO- Associação para o desenvolvimento juvenil | **Domingos Macuácuá Chissano**

EQUIPA TÉCNICA INTERNACIONAL

Coordenador do projecto | **Giorgio Capitano**

Consultora sénior em pesquisa e metodologia | **Maria J. de Albuquerque**

Consultora sénior na área social | **Benedetta Fontana**

Consultor sénior em urbanização de AIs | **João Teodósio Tique**

Consultor sénior em sistemas de M&A | **Francesco Di Villarosa**

Consultor especialista em base de dados | **Alexandre Ribeiro Leichsenring**

Consultor sénior em estratégias de intervenção em AIs | **Mauricio Monteiro Vieira**

EQUIPA TÉCNICA LOCAL

Coordenador Local- Urbanista | **Davide Valentino**

Arquitecto e Urbanista | **Luis Rebolo**

Supervisora Social | **Felisbela Alice Materrula**

Geógrafo Técnico GIS | **Abdula Yarin Gulamo**

Socióloga | **Iva Garrine**

Técnica Social | **Ângela Mabuiangue**

Técnica Social | **Cristina Cumbe**

CONSULTORES / APOIO NA ELABORAÇÃO DO MANUAL METODOLÓGICO

Arquiteta e Urbanista | **Alessandra Benevides Granja**

Arquitecto e Urbanista | **Breno Zylberstajn**

Geógrafa | **Laís Mourão**

Pedagoga | **Lilian Veltman**

Arquiteta e Urbanista | **Lúcia Cavendish**

PREFÁCIO

Quando comecei a trabalhar como Vereador de Planeamento Urbano e Ambiente no Conselho Municipal de Maputo, tive a oportunidade de conhecer melhor a minha cidade e descobri os seus diferentes rostos, participando em eventos nas comunidades. Um dos rostos que mais me impressionou foi o dos assim chamados “assentamentos informais”. Em Maputo encontram-se com muita frequência. Trata-se de um rosto marcado muitas vezes por um povo que vive em situação de pobreza.

Desde o começo, junto ao Conselho Municipal definimos entre as prioridades, a requalificação dos assentamentos informais, o suporte para as pessoas que moram nos bairros periféricos. Por esta razão, achei fundamental elaborar uma metodologia de intervenção integrada em assentamentos informais, uma metodologia que pudesse tornar-se algo mais que um conjunto de instrumentos a serem aplicados, mas uma cultura para quem governa a cidade, para os técnicos que implementam políticas, para a academia, para as empresas que actuam em Maputo, para a sociedade civil e, sobretudo, para as pessoas que moram nestas áreas.

A metodologia descrita neste documento não é só fruto dos estudos dos especialistas em assentamentos informais, mas germina, em primeiro lugar, por uma experiência desenvolvida em dois bairros de Maputo, Chamanculo C (financiada pela Cooperação Italiana, Brasileira e pela Aliança de Cidades) e George Dimitrov (financiada pelo Banco Mundial), pela história de encontros e desencontros, de entendimentos e desencontros entre os técnicos do município, os consultores, as empresas, as famílias e as pessoas que moram nesses bairros.

Como Vereador, tive a oportunidade de acompanhar o trabalho desenvolvido nos dois bairros, bem como todas as etapas para a elaboração da metodologia. Portanto, gostaria de evidenciar alguns pontos que me surpreenderam ao longo de todo este percurso e que poderão encontrar na leitura do Manual Metodológico:

- **Escritório de campo** - Sempre pensei no escritório de campo como algo funcional ao projecto, não somente como um foco de desenvolvimento destas duas experiências no Bairro de Chamanchulo C e George Dimitrov. O escritório de campo tornou-se um ponto de encontro das pessoas, um ponto de convívio.
- **Metodologia Integrada** - Considerava que esta palavra significasse uma tentativa de “juntar”, criar nexos entre uma acção e outra, entre uma política e outra, visando sinergias. Mais que isso, neste caso, a integração é apresentada como condição da “pessoa”. Hoje se fala de visão holística. De facto, não se pode requalificar um bairro do ponto de vista físico (estradas, ruas, drenagem etc.) sem olhar para o desenvolvimento socioeconómico, o bem estar das famílias e os direitos dos indivíduos.
- **Plano de Desenvolvimento Local** - A elaboração deste plano não visa simplesmente responder às “faltas/necessidades”, mas, em primeiro lugar, constitui uma abordagem sistemática para “despertar e desenvolver as vocações locais, os talentos, as potencialidades e as capacidades das pessoas.”
- **Participação social** - Significa “fazer junto” de forma que a população dos bairros possa tornar-se sujeito activo e parceiro efectivo da instituição pública na determinação do seu próprio processo de desenvolvimento. Com os seus direitos, mas também, com os seus deveres e as suas responsabilidades. Penso por exemplo, na gestão dos resíduos sólidos na comunidade e na limpeza das valas de drenagem.

Por esta razão, desejo que este Manual Metodológico antes de ser um conjunto de aplicações e ferramentas, seja uma contribuição efectiva para se criar uma cultura urbana de desenvolvimento para o Município de Maputo como também para Moçambique, e quem sabe para a África inteira.

Arq. Luis Bernardo Nhaca
Vereador de Planeamento Urbano e Ambiente
Conselho Municipal de Maputo

IMPACTO DA REQUALIFICAÇÃO INTEGRADA DO BAIRRO GEORGE DIMITROV FINANCIADO PELO PROMAPUTO II DO BANCO MUNDIAL

Antes



Depois



CMM

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
INTRODUÇÃO.....	14
1. Objectivos do Manual	15
2. Público alvo do Manual	15
3. Estrutura do Manual.....	15
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO	16
1. Assentamentos Informais: Conceitos e Experiências Internacionais	17
2. Assentamentos Informais no Município de Maputo	21
Factores de formação.....	21
Distribuição territorial dos assentamentos informais.	22
Números actuais, taxas de crescimento e projecções demográficas	24
Principais características	25
3. Principais instrumentos para o desenvolvimento urbano e intervenção nos assentamentos informais de Maputo.....	26
Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo (PROMAPUTO I e II).....	27
Projecto de Cooperação Técnica Trilateral.....	28
Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana	28
Sistema de Investimento de Iniciativa Local	29
CAPÍTULO II - ABORDAGEM METODOLÓGICA	30
1. Princípios e Pressupostos Metodológicos	31
2. Ciclo de intervenção integrada em assentamentos informais.....	33
CAPÍTULO III - METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO.....	36
1. Introdução	37
Dimensões e temáticas para investigação e análise.....	40
As escalas territoriais de conhecimento	41
2. Etapas, Actividades e Tarefas.....	43
ETAPA 1- ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS	44

ETAPA 2- CONHECIMENTO DA MACROÁREA E DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA:	
EXPLORAÇÃO DE FONTES SECUNDÁRIAS	48
ETAPA 3- CONHECIMENTO DA MACRO ÁREA: EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS	58
ETAPA 4- CONHECIMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA:	
EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS	74
ETAPA 5- SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	82
ETAPA 6- ANÁLISES E CONCLUSÕES.....	92
ETAPA 7- ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO	96

CAPÍTULO IV METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO PDLI.....104

1. O que é e para que serve o Plano de Desenvolvimento Local Integrado....	105
2. Etapas, Actividades e Tarefas.....	109
ETAPA 1- ANÁLISE DOS SUBSÍDIOS PARA O PLANO.....	110
ETAPA 2- PERSPECTIVA ESTRATÉGICA	114
ETAPA 3- ESTUDOS DE ALTERNATIVAS	118
ETAPA 4- PLANEAMENTO OPERATIVO	122

CAPÍTULO V METODOLOGIA PARA A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E GESTÃO COMPARTILHADA

1. Principais actividades de participação social que suportam a gestão compartilhada do Programa	132
2. Etapas, Actividades e Tarefas	135
ETAPA 1- PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE AS ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO.....	136
ETAPA 2- PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A EXPLORAÇÃO DE FONTES SECUNDÁRIAS.....	140
ETAPA 3- PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS DA MACROÁREA	142
ETAPA 4- PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE O CONHECIMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA.....	148
ETAPA 5- PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A CONCLUSÃO DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO.....	152
ETAPA 6- PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A ELABORAÇÃO DO PDLI	156

ETAPA 7- PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS	160
ETAPA 8- PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A MONITORIA e AVALIAÇÃO	164
CAPÍTULO VI MONITORIA E AVALIAÇÃO.....	166
1. Conceitos e Definições.....	167
Definições.....	167
Relações e diferenças entre M&A	168
Tipos de M&A.....	169
Critérios da M&A.....	170
2. Planeamento da M&A	170
ETAPA 1- ESCLARECER OS OBJECTIVOS	172
ETAPA 2- SELECIONAR AS PERGUNTAS.....	174
ETAPA 3- DETALHAR O DESENHO DA M&A	176
ETAPA 4- SELECÇÃO DOS INDICADORES.....	176
ETAPA 5- RECOLHA DE DADOS.....	180
ETAPA 6- ANÁLISE DOS DADOS	184
ETAPA 7- ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS	186
ETAPA 8- ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA M&A	188
Construção e manutenção de um sistema de M&A	190
Marco lógico, indicadores e fontes de dados: um exemplo de M&A	191
CRONOGRAMA DAS ACTIVIDADES.....	198

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 - Talhão no Bairro George Dimitrov, Maputo.....	12
Figura 2 - Rua no Bairro Chamanculo C, Maputo	14
Figura 3- Mapa de Enquadramento Territorial do bairro G. Dimitrov, Maputo.....	16
Figura 4 - Rua no Bairro G. Dimitrov, Maputo	18
Figura 5 - Área urbana, área suburbana e área periurbana em Maputo.....	22
Figura 6 - Assentamentos Informais no Município de Maputo	23
Figura 7 - Assentamento Planificado em Maputo	24
Figura 8 - Assentamento Espontâneo (não planificado) em Maputo	24
Figura 9 - Exemplo de via pública com área inundada no bairro George Dimitrov	25
Figura 10 - Visita técnica ao bairro George Dimitrov.....	29
Figura 11 - Entrevistas aos moradores do Bairro Polana Caniço, Maputo.....	30
Figura 12 - Principais fases de um ciclo de intervenção em assentamentos informais.....	34
Figura 13 - Reunião com os moradores do Bairro George Dimitrov, Maputo	36
Figura 14 - Etapas do processo de trabalho para elaboração do Diagnóstico Integrado.....	38
Figura 15 - Campos de Análise e Objectivos para a Intervenção Integrada.....	40
Figura 16 - Dimensões de Análise e Temáticas	41
Figura 17 - Exemplo de mapa com a Macro área e Área Piloto do bairro G.Dimitrov, Maputo...	42
Figura 18 - Processo de elaboração do Diagnóstico Integrado (DI)	43
Figura 19 - Exemplo de um Mapa Base com o Enquadramento Territorial do Bairro G.Dimitrov	46
Figura 20 - Várzea do rio Infulene e malha urbana pontuada de vegetação	63
Figura 21 - Mapa sobre o Sistema Ambiental do Bairro George Dimitrov.....	64
Figura 22 - Exemplo de tipos de vedação do talhão no bairro George Dimitrov, Maputo.	76
Figura 23- Mapeamento dos tipos de vedação do talhão no bairro G.Dimitrov, Maputo.....	77
Figura 24 - Pesquisa das unidades habitacionais no Bairro Chamanculo C	80
Figura 25 - Casa em caniço no bairro George Dimitrov, Maputo.	81
Figura 26 - Mapa do Sistema Viário do Bairro George Dimitrov, Maputo	85
Figura 27 - Zonas de inundação na época de chuvas, Maputo.....	86
Figura 28 - Mapa de Risco do Bairro George Dimitrov, Maputo.....	86
Figura 29 - Encontro com vendedores informais no Bairro George Dimitrov, Maputo	88
Figura 30 - Apresentação dos resultados do Diagnóstico no Bairro Chamanculo C, Maputo ..	89
Figura 31 - Exemplo de Estrutura de Matriz de Stakeholders.....	91
Figura 32 - Mercado informal no Bairro George Dimitrov, Maputo	95
Figura 33 - Levantamento de dados no Bairro Chamanculo C, Maputo	97
Figura 34 - Exemplo de Matriz FOFA.....	98
Figura 35 - Comércio informal no Bairro George Dimitrov, Maputo	100
Figura 36 - Resultado da pesquisa sobre as principais carências do bairro George Dimitrov...	101
Figura 37 - Exemplo de Directrizes do Diagnóstico Integrado	102
Figura 38 - Área inundada no Bairro George Dimitrov, Maputo.....	103

Figura 39 - Espaço público no Bairro George Dimitrov, Maputo	104
Figura 40 - Estudantes da escola primária do Bairro George Dimitrov, Maputo	105
Figura 41 - Criança do Bairro George Dimitrov, Maputo	106
Figura 42 - Etapas do processo de trabalho para elaboração do PDLI.....	108
Figura 43 - Construções informais no Bairro Xipamanine, Maputo.....	111
Figura 44 - Planta de Ordenamento do PEUMM	113
Figura 45 - Escola primária Unidade 27 antes e depois à intervenção no Bairro G. Dimitrov ..	115
Figura 46 - Mercado Benfica antes da intervenção no Bairro George Dimitrov, Maputo.....	117
Figura 47 - Primeira audiência pública no Bairro Chamanculo C, Maputo	128
Figura 48 - Apresentação pública do PPU do Bairro Chamanculo C, Maputo	138
Figura 49 - Mobilização comunitária no Bairro Chamanculo C, Maputo	141
Figura 50 - Reunião com os líderes comunitários do Bairro George Dimitrov.....	144
Figura 51 - Reunião com o Comité de Acompanhamento do Projecto no B.Chamanculo C	147
Figura 52 - Reunião por quarteirão no Bairro Chamanculo C, Maputo	149
Figura 53 - Reunião no centro comunitário do Bairro George Dimitrov, Maputo	150
Figura 54 - Ficha do Cadastro rápido das Construções.....	151
Figura 55 - Reunião com moradores do Bairro George Dimitrov, Maputo	153
Figura 56 - Audiência pública no Bairro George Dimitrov, Maputo	155
Figura 57 - Apresentação das propostas de intervenção no Bairro Chamanculo C, Maputo ...	158
Figura 58 - Segunda audiência pública no Bairro Chamanculo C, Maputo.....	159
Figura 59 - Centro comunitário do Bairro George Dimitrov, Maputo	161
Figura 60 - Encontro com o Comité de Acompanhamento do Projecto no Bairro G.Dimitrov .	163
Figura 61- Mercado Benfica no Bairro George Dimitrov, Maputo	166
Figura 62 - Entrevista aos moradores do Bairro George Dimitrov, Maputo	167
Figura 63 - Pesquisa amostral no Bairro George Dimitrov, Maputo	169
Figura 64 - Recolha de dados no Bairro George Dimitrov, Maputo	171
Figura 65 - Ficha da pesquisa amostral	182
Figura 66 - Obras prioritárias no Bairro George Dimitrov, Maputo	198

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 - Experiências Internacionais em diversos países.....	19
Quadro 2 - Custos por acção	125
Quadro 3 - Custo das acções estratégicas	126
Quadro 4 - Equipa típica de M&A.....	190
Quadro 5 - Exemplo de Marco Lógico – Objectivo Geral.....	193
Quadro 6 - Exemplo de Marco Lógico – Objectivo específico 1.....	194
Quadro 7 - Exemplo de Marco Lógico – Objectivo específico 2.....	195
Quadro 8 - Exemplo de Marco Lógico – Objectivo específico 3.....	196
Quadro 9 - Exemplo de Marco Lógico – Objectivo específico 4.....	197

ACRÓNIMOS

AI - Assentamentos Informais
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CMM - Conselho Municipal de Maputo
DI - Diagnóstico Integrado
DMED - Direcção Municipal de Educação Cultura e Desporto
DMI - Direcção Municipal de Infra estrutura
DMMF - Direcção Municipal de Mercados e Feiras
DMPUA - Direcção Municipal de Planeamento Urbano e Ambiente
DMSS - Direcção Municipal de Saúde e Salubridade
DMTT - Direcção Municipal de Transporte e trânsito
DUAT - Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EN - Estrada Nacional
GDB - Geodatabase
GIS / SIG - Sistema de Informação Geográfica
GIZ - Agência Alemã de Cooperação
GT - Grupo Temáticos
IDB - Banco Interamericano de Desenvolvimento
INE - Instituto Nacional de Estatística (INE)
INGC Instituto Nacional de Gestão de Calamidades de Moçambique (INGC)
OIIL-Sistema de Investimento de Iniciativa Local
ONG – Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PEUMM - Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo
PP - Planos de Pormenor
PPU - Planos Parciais de Urbanização
PROMAPUTO - Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo
RMD - Regularização Massiva dos Direitos de Uso da Terra e a concessão formal de títulos (DUAT)
RSU - Resíduos Sólidos Urbanos
SIGEM - Sistema Integrado de Gestão Municipal
UN - Nações Unidas
UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População



APRESENTAÇÃO

Este documento contém o “Manual Metodológico de Intervenção Integrada em Assentamentos Informais” elaborado pelo Conselho Municipal de Maputo (CMM) em parceria com o Consórcio AVSI-Synergia-Khandlelo, no âmbito do Projecto de “Apoio à Implementação da Estratégia Global de Intervenção Integrada em Assentamentos Informais”, enquadrado no Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo (PROMAPUTO II) financiado pelo Banco Mundial.

Figura 1 - Talhão no Bairro George Dimitrov, Maputo

Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo



INTRODUÇÃO

Figura 2 - Rua no Bairro Chamanculo C, Maputo

Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

1. OBJECTIVOS DO MANUAL

O principal objectivo do presente manual é orientar o Conselho Municipal de Maputo (CMM) na aplicação de instrumentos operativos de intervenção integrada em assentamentos informais, por meio da descrição dos passos metodológicos necessários para a elaboração e implementação de:

- Diagnóstico Integrado (DI);
- Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI);
- Monitoria e Avaliação;
- Modelo de Gestão Compartilhada das Intervenções.

O Manual poderá ser utilizado como guião para as intervenções futuras nos bairros informais do Município de Maputo, mas também poderá ser utilizado como referência para outras cidades secundárias de Moçambique e da África em geral.

2. PÚBLICO ALVO DO MANUAL

O público-alvo deste manual são todas as pessoas envolvidas nos processos de intervenção integrada em assentamentos informais, desde técnicos de campo até às chefias da respectiva instituição. O manual deve também estar disponível a empresas privadas que tenham como trabalho a execução de acções de diagnóstico, planeamento e monitoria das intervenções em assentamentos informais. O manual foi optimizado para a cidade de Maputo, mas pode ser adaptado para outros municípios de Moçambique.

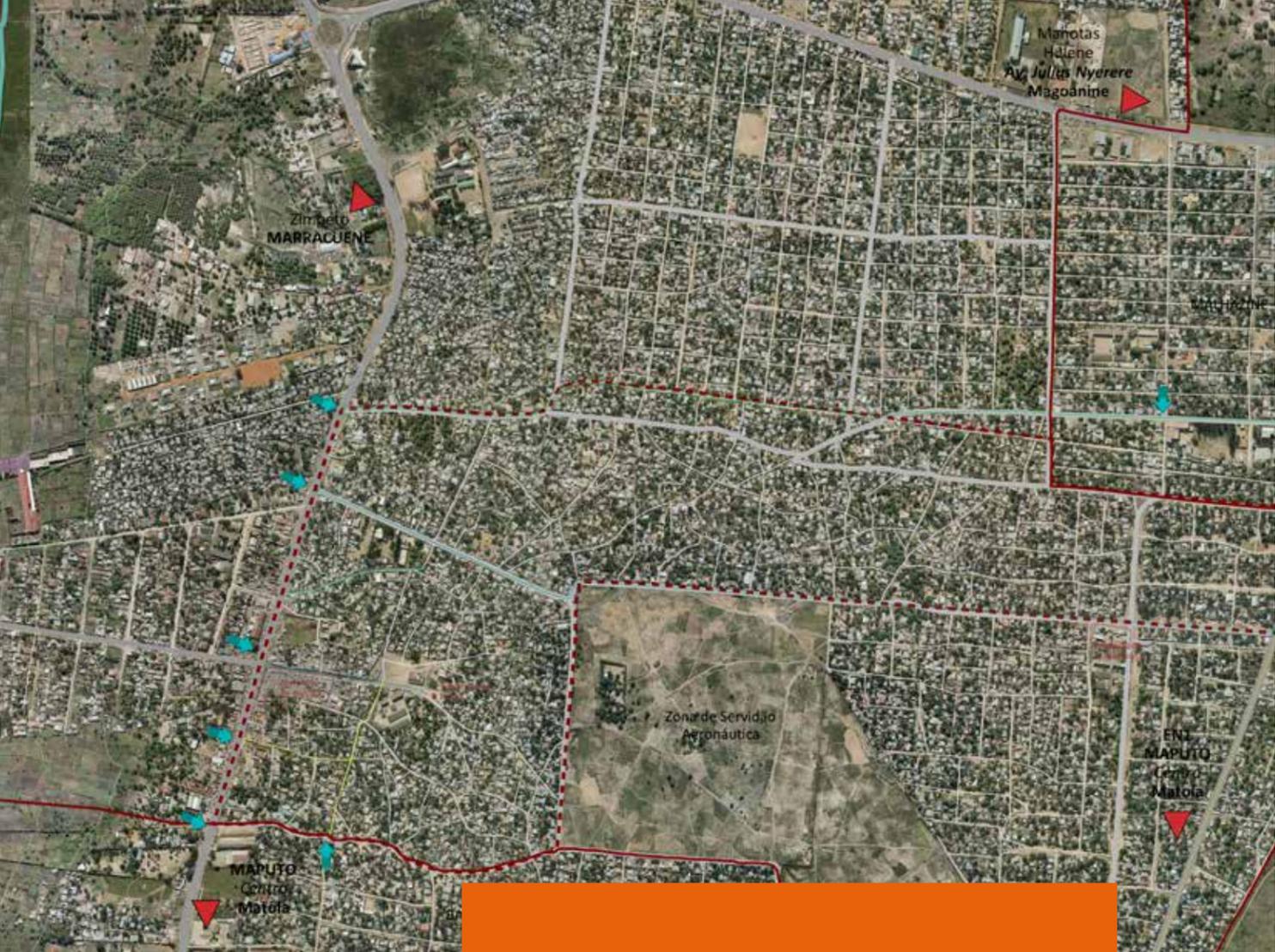
3. ESTRUTURA DO MANUAL

O manual está estruturado em seis capítulos, de forma a explicar cada passo da metodologia, com o detalhe necessário para que o conhecimento seja facilmente absorvido e reproduzido.

O Capítulo I apresenta uma breve contextualização sobre os assentamentos informais e retrata algumas experiências internacionais representativas da intervenção integrada nestas áreas, além dos factores de formação, distribuição e as principais características dos assentamentos existentes em Maputo. Também são apresentados os principais instrumentos voltados para o desenvolvimento urbano e de intervenção nos assentamentos informais na capital moçambicana, destacando, sobretudo, o Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo (PROMAPUTO I e II). Já o Capítulo II trata da abordagem metodológica para a operacionalização do Manual e ressalta os princípios, pressupostos metodológicos e o ciclo de intervenção integrada em assentamentos informais.

O Capítulo III aborda a metodologia para a elaboração do Diagnóstico Integrado (DI) e contém detalhadamente todas as etapas, actividades e tarefas imprescindíveis para o futuro processo de intervenção em assentamentos informais. O capítulo seguinte sobre a Metodologia para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) apresenta o passo a passo do processo de elaboração do plano e a fase de planeamento de acções que serão implementadas na área objecto de intervenção.

O Capítulo V foca na metodologia para a Participação Comunitária e Gestão Compartilhada, incluindo as principais actividades de participação social e ilustra todo o processo de participação e gestão no ciclo de intervenção integrada. Finalmente, o Capítulo VI do Manual trata de abordar as actividades de Monitoria e Avaliação (M&A), enfatizando os conceitos, as definições e as etapas necessárias para o planeamento da M&A.



CAPÍTULO I CONTEXTUALIZAÇÃO

1. ASSENTAMENTOS INFORMAIS: CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Uma das principais referências para a conceptualização de assentamento informal envolve a definição da Organização das Nações Unidas (ONU), mediante a sua agência UN-Habitat. Os **assentamentos informais** (ou “slum”, termo em inglês) são identificados como áreas desprovidas de **infraestrutura básica e urbanística**, com habitações geralmente superlotadas, construídas com **materiais precários** (tipo do material utilizado no piso, parede e telhado) e com **situação fundiária** irregular sobre o uso e ocupação do solo (UN-Habitat, 2007).

Em uma perspectiva geral, os assentamentos informais podem ser definidos, basicamente, como áreas urbanas degradadas, ambientalmente insalubres, carentes em planeamento urbano e, em sua maior parte, ocupadas por população de baixa renda. Os sistemas urbanos existentes são bastante debilitados ou até mesmo ausentes de infraestrutura e serviços públicos básicos, como o abastecimento de água, saneamento e tratamento de esgoto, energia elétrica, recolha de resíduos sólidos, rede de drenagem, entre outros. Nesses tipos de assentamentos há um predomínio de moradias precárias e a maioria dos moradores não possui a habitação e/ou propriedade regularizadas (posse da terra).

A urbanização em ritmo crescente e acelerado é um fenômeno global e associada principalmente ao crescimento natural da população e aos movimentos migratórios. Mais da metade da população mundial vive actualmente em cidades (UN-Habitat, 2015) e, no caso de Moçambique, um terço reside em cidades, o que representa sete milhões de habitantes (INE, 2007).

Em 2007, a população urbana de Moçambique atingiu uma taxa relativamente alta em comparação aos demais países da África Oriental, alcançando 36% do total populacional (UNFPA, 2007). As projeções das Nações Unidas indicam que esta taxa deve alcançar 60% e concentrar pelo menos 17 milhões de habitantes em áreas urbanas do país em 2030 (UN, 2006). Outras estimativas preveem que para 2025 esta taxa atinja 50,1% do total, ou seja, a cada dois moçambicanos, um deverá morar em cidades do país.

A expansão urbana em conjunto com a ineficiência de governança do Poder Público resultam, consequentemente, em um processo de crescimento da informalidade urbana, que reflete directamente em uma crise habitacional com um alto déficit qualitativo e quantitativo de moradias, além dos profundos problemas sociais e de situações de extrema vulnerabilidade e de questões ambientais que podem ser vistos em diversas partes do mundo. Diante disso, as edificações se instalam na maior parte dos casos em **locais extremamente inadequados e/ou de risco para a população** (áreas de mananciais, margens de rios e córregos, áreas de mata e/ou com alta declividade, como encostas e morros, entre outros).



Figura 3- Mapa de Enquadramento Territorial do bairro G. Dimitrov, Maputo
(Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov)

Vale registrar que a proporção da população urbana residente em assentamentos informais localizados nos países periféricos (ou em desenvolvimento) reduziu de 47% a 37% entre os anos de 1990 e 2005. Apesar deste quadro, o crescimento populacional ainda persiste nos assentamentos informais, sendo que um em cada três habitantes de cidades localizadas em países em desenvolvimento vive em assentamentos precários (UN-Habitat, 2005).

Estudos da UN-Habitat (2007) estimam que um bilhão de indivíduos em todo o mundo residem em áreas deste tipo e que em 2030 este número alcance dois bilhões de pessoas. Na África Sub-Sahariana, por exemplo, 62% da população vive em assentamentos informais, o que equivale a mais de 71 milhões de pessoas e em Moçambique esta proporção é ainda maior, atingindo 80% do total (UN-Habitat, 2007).

Ademais, deve ser levado em conta que este quadro é normalmente agravado com a atração de considerável fluxo migratório para essas áreas críticas e que a concentração de habitantes também é intensificada com as altas taxas de crescimento populacional. Esses fatores influenciam diretamente a qualidade de vida da população local, contribuindo para condições inadequadas de habitabilidade, problemas de saúde, segurança, entre outros.

Ainda que os assentamentos informais se concentrem especialmente nas capitais e regiões metropolitanas, a proliferação desses aglomerados populacionais e o fenômeno da crescente informalidade atingem progressivamente centros urbanos de todos os portes.

É preciso considerar também que os assentamentos informais possuem suas particularidades e complexidades inerentes a cada país e/ou região. Dessa maneira, é fundamental reconhecer a **formação sócio-espacial de cada localidade**, assim como o contexto histórico, político e econômico que configuram esses territórios.

Há que se destacar ainda a variedade de termos utilizados para identificar os assentamentos informais (“slum” em inglês ou “bidonville” em francês). Diversas terminologias referentes a esses aglomerados populacionais podem ser vistas ao redor do mundo nomeadamente: favela, ghetto, basti, kampong, katchi, abadi, musseque, squatter camps, imijondolo, barrio bajo, pueblos jóvenes, barrio de chabola, tugúrio, cantegril, villa miséria, trench town, shanty town, entre outros. Além disso, as nomenclaturas técnicas mais comuns para o reconhecimento dos assentamentos informais são assentamentos **irregulares ou espontâneos**. Em face dessa diversidade e da reconhecida complexidade dos assentamentos informais, as experiências internacionais constituem importante exemplo para a gestão e intervenção das áreas existentes em Moçambique. Alguns programas de referência podem ser consultados na listagem apresentada a seguir e em dois “cases” selecionados para este Manual (Brasil e África do Sul).

Figura 4 - Rua no Bairro G. Dimitrov, Maputo



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

Quadro 1 - Algumas referências de Experiências Internacionais

PAÍS	PROGRAMA	
África do Sul	Upgrade of Informal Settlements Program	http://www.dhs.gov.za/
Marrocos	Programme Villes Sans Bidonvilles	http://www.mhu.gov.ma/Pages/Habitat/Programme%20Villes%20sans%20bidonvilles.aspx
Etiópia	Integrated Housing Development Program	http://www.citiesalliance.org/node/3006
	Programme National de Réhabilitation des Quartiers Populaires	http://www.arru.nat.tn/
Tunísia	Programme National de Requalification Urbaine	http://www.afd.fr/home/pays-d-intervention-afd/mediterranee-et-moyen-orient/pays-Mediterranee/tunisie
Vietnã	Vietnam Urban Upgrading Program	http://www.worldbank.org/projects/P070197/urban-upgrading-project?lang=en
Índia	Basic Service to the Urban Poor Rajiv Awas Yojana for the Urban Poor	http://mhupa.gov.in/
Indonésia	Neighborhood Upgrading and Shelter Sector Project	http://www.adb.org/projects/documents/neighborhood-upgrading-and-shelter-sector-project
	Local Partnerships for Poverty Alleviation Project	http://www.fukuoka.unhabitat.org/
Bangladesh	Urban Partnership for Poverty Reduction Program	http://www.lged.gov.bd/
Tailândia	Baan Eua Arthorn (We Care) Program	-
	Baan Mankong (Secure Housing) Program	www.codi.or.th/housing/aboutBaanmankong
	PAC-Favela	http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/pac
Brasil	Programa Minha Casa Minha Vida	http://www.cidades.gov.br/minha-casa-minha-vida
	Macroproyectos de Mejoramiento Integral de Barrios	http://www.minvivienda.gov.co/
	Programa de Mejoramiento Integral de Barrios	
	Programa Chile Barrio	http://www.minvu.cl/
Chile	Programa Quiero mi Barrio	

Fonte: World Bank Institute, Banco Mundial, IDB, Cities Alliance, GIZ, UN-HABITAT, 2014.

BOX 1. A EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO INTEGRADA NO BRASIL



A experiência brasileira de intervenção em assentamentos informais compreende diferentes iniciativas neste tipo de atuação. Nos anos 1980, por exemplo, as intervenções estavam basicamente voltadas às soluções e tecnologias de baixo custo unitário, padrões urbanísticos extremamente precários quanto às condições de acesso e conforto ambiental, e privilegiando o alcance do atendimento em detrimento da qualidade, eficiência e durabilidade das melhorias implantadas.

Uma mudança considerável neste sentido surgiu então na década de 1990 com outra abordagem para intervenção em assentamentos informais, concebida como intervenção integrada. A urbanização de favelas passou a compor o portfólio de programas sociais do governo brasileiro e das agências bilaterais de cooperação e, nesse período, as ações de intervenção contrapunham às práticas sectoriais. Três campos de actuação concomitantes e entrosados alcançaram importância: o urbanístico-ambiental, fundiário e social.

Diante destes novos desafios e preconizando a intervenção integrada, surgiram três grandes programas de urbanização de assentamentos precários que adotaram projectos urbano-ambientais e a valorização



do conjunto de insumos técnicos imprescindíveis, como os levantamentos topográficos planialtimétricos, sondagens, entre outros. Os programas em destaque foram: a urbanização de favelas situadas na represa do Guarapiranga, em São Paulo, e que incluiu 60.000 famílias com uso de recursos do Banco Mundial (1992); em segundo, um programa do município do Rio de Janeiro, denominado Favela-Bairro e financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que buscou atender 50% da população residente em favelas (1993); e, finalmente, o Programa Alvorada, que procurou urbanizar cinco das maiores e mais emblemáticas favelas existentes em Belo Horizonte, contemplando cerca de 5.000 habitantes e com recursos disponibilizados pelo Ministério do Interior da Itália e do Orçamento Municipal.

No final dos anos 1990, há novamente uma alteração na abordagem das intervenções em assentamentos, sendo nesse momento voltado para a estratégia de inclusão social. Um exemplo dessa concepção de intervenção pode ser visto com o Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) no município de Santo André, em São Paulo.

Finalmente, as experiências atuais revelam que apenas um pequeno grupo de municípios do Brasil consegue manter uma ordem institucional, organizacional e ainda articular o conjunto de programas cruciais de educação, saúde, geração de renda e desenvolvimento econômico para a intervenção integrada em determinado território. Estas experiências são encontradas no âmbito do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários, que busca viabilizar uma série de ações, obras e serviços com uma abordagem integrada das questões urbanas, habitacionais, fundiárias, sociais e ambientais. Sobre este aspecto, os projectos no país priorizam a melhoria das moradias considerando a qualidade ambiental e a integração com a cidade formal, buscando disponibilizar infraestrutura, acessibilidade aos equipamentos públicos e ao mercado de trabalho. Exemplo de intervenção é identificado em Brasília com a Vila Estrutural, onde o governo do DF investiu cerca de R\$73 milhões na construção de equipamentos comunitários (escolas e posto policial) e duas mil unidades habitacionais, infraestrutura de esgoto sanitário e abastecimento de água. Neste caso, a intervenção beneficiou 9.540 famílias e os investimentos também estavam voltados à recuperação da área deficiente em saneamento básico e de alta insalubridade devido a existência de lixões (Ministério das Cidades, 2010).

Referências: Ministério das Cidades, 2010; LIMA, M.L.C.C.; SOMEKH, N., 2013; DENALDI, R., 2004.

BOX 2. A EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO INTEGRADA NA ÁFRICA DO SUL

No caso da África do Sul, o país reconhece o grande desafio de implementar uma série de medidas para a melhoria das condições de vida da população residente em assentamentos informais, incluindo, sobretudo, as intervenções técnicas urbano-ambientais para a melhoria dos bairros precários.

Uma experiência de intervenção em assentamento informal pode ser vista no assentamento de Masilunge, Cidade do Cabo, cujas habitações estão localizadas em áreas de risco e sofriam constantemente com intensas inundações. Além do mais, a alta concentração populacional e de construções irregulares intensificavam os problemas na área, demonstrando a necessidade de intervenções urbanísticas no local. Mesmo com uma topografia altamente acidentada, o plano de acção buscou implantar um sistema de drenagem pluvial eficiente e a conectando com o sistema urbano da cidade, reduzindo as inundações e melhorando significativamente as condições de vida dos moradores.

Outras reabilitações ocorreram, por exemplo, em bairros informais que foram total ou parcialmente destruídos por incêndios. Esses casos utilizaram conceitos denominados como “re-blocking ou blocking out” (“re-blocking” - ou blocking out - envolve a reabilitação do espaço original com materiais tecnicamente mais apropriados e duráveis). A primeira reabilitação nesse sentido é encontrada na Cidade do Cabo, mais especificamente no assentamento de Joe Slovo, na township de Langa, com 125 alojamentos reconstruídos com um formato racionalizado. Uma segunda experiência, também na Cidade do Cabo, ocorreu no assentamento ilegal de Sheffield Road, com 167 habitações precárias e reestruturadas com ruas e pátios, o que permitiu a implantação de sistemas de saneamento e, ainda, de espaços públicos comunitários. Finalmente, o terceiro exemplo ocorreu em Roodepoort, Joanesburgo, com 369 habitações e 422 famílias.



2. ASSENTAMENTOS INFORMAIS NO MUNICÍPIO DE MAPUTO

FACTORES DE FORMAÇÃO

Compreender a formação dos assentamentos informais pode ser o primeiro passo para a adoção de medidas de intervenção visando a melhoria da qualidade de vida de seus moradores, bem como da qualidade ambiental e urbana das cidades onde estão instalados.

Trata-se de reconhecer alguns dos processos que favorecem a criação de espaços precários e dentre o conjunto de factores que influenciam a formação dos assentamentos informais destacam-se: o intenso crescimento populacional urbano (especialmente das últimas décadas do século XX), o crescimento natural da população, os movimentos migratórios, a urbanização acelerada, a ineficiência do poder público em planear os espaços urbanos, o crescente aumento da pobreza, entre outros.

Associam-se, ainda, a ausência de alternativas habitacionais acessíveis à população mais vulnerável, os altos valores do solo urbano e a carência de políticas públicas em todos os níveis governamentais. Como resposta a esses factores, cidades de todos os continentes e, sobretudo, da Ásia e África testemunham a multiplicação de áreas irregulares e precárias e que concentram significativo contingente populacional.

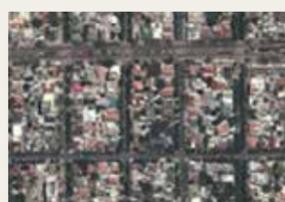
Tal caso é observável nos assentamentos informais existentes em Maputo, onde a informalidade tem produzido diversas mudanças sociais, econômicas, territoriais e ambientais. Maputo, além de ser a capital, é a cidade economicamente mais importante de Moçambique, concentrando cerca de 30% do produto interno bruto do país. Em função do crescimento de Moçambique e das possíveis melhorias a partir dos investimentos do sector privado em Maputo, foram observados intensos movimentos migratórios que contribuíram para a densificação das zonas periféricas. Ademais, até à independência em 1975, as zonas centrais dessa cidade moçambicana foram ordenadas e urbanizadas para a instalação da comunidade colonial, enquanto que a ocupação dos espaços urbanos periféricos não contou com esta lógica, interferindo diretamente nas moradias dessas áreas já que esses assentamentos estão localizados muitas vezes em áreas impróprias, sensíveis a erosão e enchentes, gerando e agravando as situações de risco.

Cerca de 900 mil pessoas (70% da população urbana) vivem em assentamentos informais na cidade de Maputo, sendo que 49% vivem abaixo da linha da pobreza (INE, 2007). Cabe mencionar que nos primeiros 30 anos após a independência do país poucos investimentos foram feitos em termos de infraestrutura e serviços, entretanto nos últimos 10 anos Moçambique tem recebido investimentos de um modo geral. Como resultado, a maioria dos moradores vive com serviços limitados ou inexistentes, incluindo, sobretudo, a precariedade no abastecimento de água, electricidade, saneamento, falta de infraestruturas viárias adequadas, drenagem, segurança e saúde (Banco Mundial, 2012). Além disso, a população moradora dessas áreas cresce com maior velocidade do que a população dos bairros urbanizados, intensificando ainda mais as condições precárias que já existem nesses locais.

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS.

A cidade de Maputo tem uma superfície em torno de 308 Km² e as estimativas do censo de 2007 apontavam que ali residiam mais de 1,1 milhões de pessoas (INE, 2007). Do ponto de vista urbano, demográfico e social, bem como a sua evolução histórica e territorial, a cidade de Maputo pode ser dividida em **três grandes áreas**, a saber (CMM, 2014):

Figura 5 - Área urbana, área suburbana e área periurbana em Maputo



- **Área urbana:** correspondente a designada “cidade-cimento”, fortemente diferenciada pela presença de uma malha urbana estruturada com infraestrutura equipada (chamada cidade formal);



- **Área suburbana:** zona geralmente sem estruturação da malha urbana, em rápida transformação e densificação em virtude de uma maior pressão associada à sua proximidade com a área urbana (integra a chamada cidade informal);

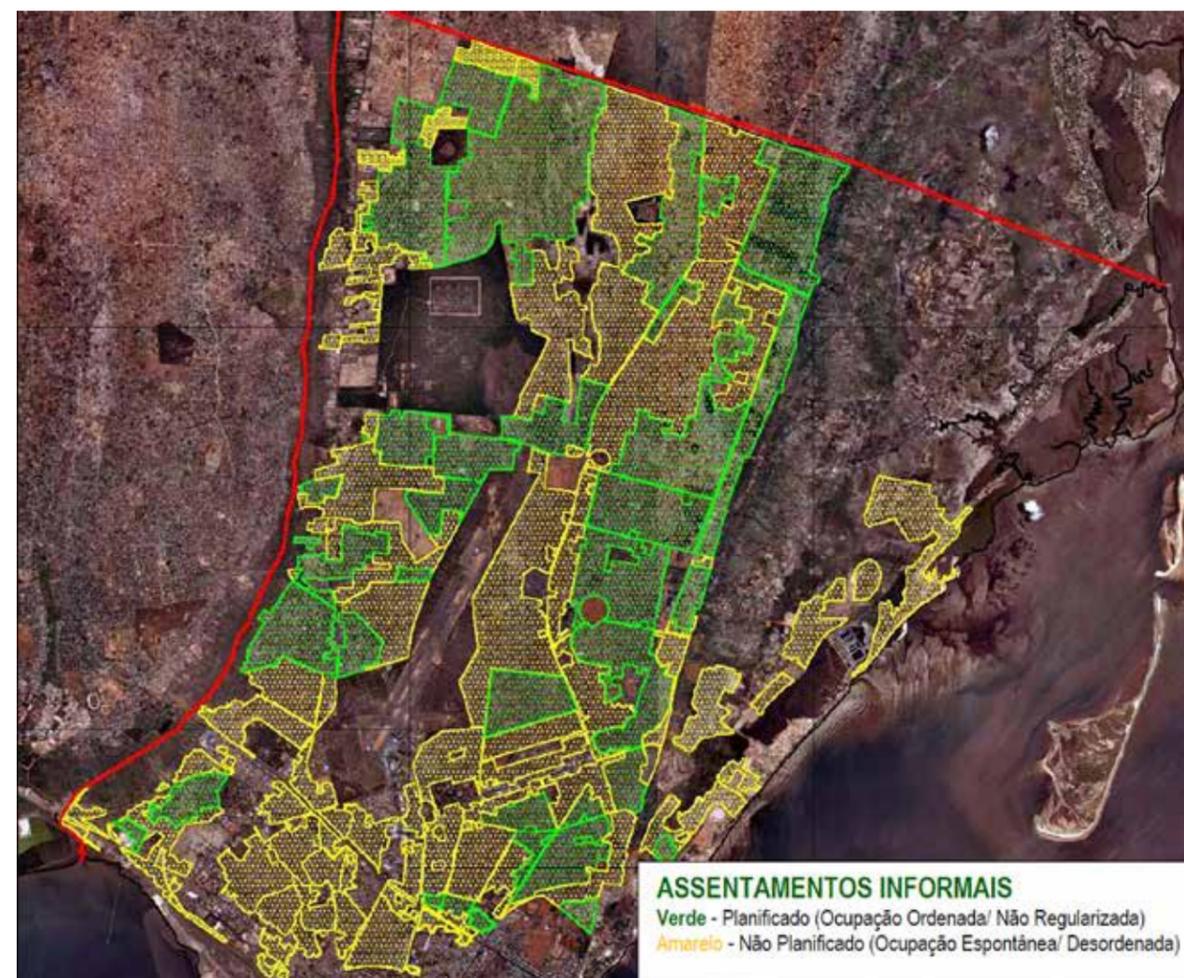


- **Área periurbana:** associada a zonas que mantêm alguns traços de ruralidade, densidade populacional inferior e com a presença de espaços agrícolas (faz parte da chamada cidade informal).

Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.

A dimensão espacial dos assentamentos informais em Maputo é bem representada pela **Figura 6** a seguir. A imagem demonstra a distribuição tanto dos assentamentos espontâneos e estrutura desordenada (não planejados), quanto os assentamentos planejados que possuem estrutura mais ordenada, porém não regularizada (**Figuras 7 e 8**). As áreas não planejadas, com cerca de 60 casas por hectare, ocupam em torno de 60% dos espaços urbanizáveis de Maputo. Já os assentamentos planejados contam com infraestrutura limitada e a densidade habitacional é mais reduzida, chegando entre 20 e 60 casas por hectare (Programa Promaputo Fase II- CMM, 2014).

Figura 6 - Assentamentos Informais no Município de Maputo



Fonte: CMM, 2014 - Programa Promaputo Fase II.

Figura 7 - Assentamento Planificado em Maputo



Exemplo de assentamento planificado



OCUPAÇÃO ORDENADA COM DENSIDADE HABITACIONAL ENTRE 20-60 CASAS POR HECTARE

Fonte: Imagem de satélite, Google Earth, julho de 2015.

Figura 8 - Assentamento Espontâneo (não planificado) em Maputo



Exemplo de assentamento não planificado



OCUPAM CERCA DE 60% DOS ESPAÇOS URBANIZÁVEIS COM DENSIDADE HABITACIONAL EM TORNO DE 60 CASAS POR HECTARE

Fonte: Imagem de satélite, Google Earth, julho de 2015.

NÚMEROS ACTUAIS, TAXAS DE CRESCIMENTO E PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

De acordo com os dados do INE (2007), o contingente populacional da cidade de Maputo é formado exclusivamente por população urbana e, neste último censo, foram contabilizados precisamente 1.111.638 habitantes. Para efeitos de comparação, em 1980, os dados oficiais indicavam que a população total de Maputo reunia 537.394 habitantes.

A proporção da população masculina e feminina é relativamente equilibrada, sendo 48,3% de homens e 51,7% de mulheres e a densidade populacional pode ser considerada elevada ao ser comparada com as demais províncias do país.

A taxa média de crescimento anual da população é estimada em 1,2% em dez anos (1997-2007), sendo constatada uma desaceleração do crescimento em relação a década de 1990, conforme o levantamento do INE (2007). É provável que esta desaceleração, em relação a períodos anteriores, esteja associada aos saldos naturais e migratórios do campo para a cidade com o deslocamento significativo de população para os aglomerados suburbanos da vizinha Matola (CMI, 2009). Ainda assim, estima-se que mais de um milhão e trezentos mil

habitantes viverão na cidade de Maputo em 2020 (DEES/CMM, 2013 In.: COBA, 2014).

Significativa parte da população de Maputo encontra-se distribuída nos diversos bolsões de pobreza e como em muitas urbes contemporâneas, Maputo cresce, sobretudo, na sua coroa externa, especialmente nos distritos periféricos de KaMavota e KaMubukwana, e mais uma vez como consequência da expulsão de populações localizadas em zonas mais centrais da cidade. Este facto indica que a expansão populacional do município se concentra justamente nas áreas onde predominam os assentamentos informais, adensando e precarizando ainda mais a situação desses assentamentos (INE, 2009; COBA, 2014).

De acordo com o CMI (2009), a taxa de pobreza oficial decresceu de 53,6% entre 2002/03 para 36,2% em 2008/09. Este novo quadro pode ser relacionado ao crescimento de oportunidades de emprego para a população em sectores da construção civil e ainda em empresas de segurança. Além disso, cabe mencionar a importância da economia informal como fonte de renda para a população local.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Entre outros aspectos, o município de Maputo possui 35 quilómetros de vias pavimentadas e 64 quilómetros de vias não pavimentadas (CENORVIA-CPU, 2014). Em relação à drenagem de águas pluviais, o sistema cobre apenas 30% da área total da cidade 'cimento'. De acordo com os dados do III Censo da População e Habitação (2007), apenas 55,2% das habitações da cidade de Maputo possuem água canalizada e somente 16% das moradias dispõem de água canalizada dentro das habitações (CENORVIA-CPU, 2014).

Nos assentamentos informais de Maputo observa-se que o tecido urbano é marcado pela reduzida estruturação espacial tendo em vista a forma como o território foi ocupado (CMM, 2014). O facto da malha urbana ter características muito orgânicas, com ruas por vezes muito estreitas e sinuosas, leva a que haja estrangulamentos da circulação viária nalguns troços, restringindo assim a 'permeabilidade' do tráfego viário e, ainda, acarretando paralelamente em problemas de segurança (CMM, 2014).

Os constrangimentos à circulação viária agravam-se nos períodos de chuva, dada a quase total inexistência de rede de drenagem de águas pluviais no município, havendo zonas que se tornam intransitáveis. Ao longo da EN1 são visíveis algumas caixas de visita e passagens hidráulicas num estado actual de assoreamento provocado pela deposição de resíduos. Esta situação é potenciada pela escassa quantidade de pontos para deposição de resíduos sólidos urbanos e pela distância entre contentores, o que provoca a sua acumulação ao longo das vias (CMM, 2014).

Figura 9 - Exemplo de via pública com área inundada no bairro George Dimitrov



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

3. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERVENÇÃO NOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS DE MAPUTO

Os aglomerados urbanos representam actualmente um importante desafio da gestão do poder público e para a sociedade de um modo geral. Sobre esse aspecto, os assentamentos informais constituem um dos espaços de maior complexidade nas cidades de todo mundo. Daí então a importância de superar esse grande desafio e implantar planos e programas que viabilizem melhorias urbanas e a qualidade de vida daqueles que são residentes em assentamentos precários.

Após a independência de Moçambique (pós-1975), os assentamentos informais (AIs) não passaram por melhorias de suas condições na maioria dos casos, ocorrendo cada vez mais a densificação dessas áreas. Actualmente, observam-se esforços dirigidos ao planeamento e realização de intervenções em AIs, sejam eles conduzidos por iniciativa do Conselho Municipal de Maputo (CMM) ou de orientação do governo central e, ainda, de apoios e financiamentos de outras organizações.

Diante deste quadro, o enfrentamento do crescimento da informalidade, sob a forma de ocupações irregulares ou de assentamentos informais em Maputo, demanda a tomada de decisões estruturantes, qualificadas e multidimensionais por parte do CMM. É neste panorama que a intervenção integrada constitui uma das principais forças e vectores de transformação do espaço informal nas cidades. Além de acções de regularização fundiária e urbanização, a abordagem integrada articula também dimensões e programas no âmbito social e ambiental, buscando enfrentar um conjunto de desafios que favoreça o acesso ao mercado formal do solo urbano, sobretudo para os mais pobres e vulneráveis, implementar uma política urbana e habitacional que articule o assentamento informal diretamente ao bairro e a própria cidade e valorizando ainda a gestão compartilhada.

Tendo em vista a complexidade dos assentamentos informais, há que se reconhecer as enormes dificuldades relacionadas aos **custos de intervenção** (não apenas das intervenções físicas, como da social), a **participação comunitária** e, especialmente a **capacidade técnica, operacional e institucional** do município para viabilizar os projectos em uma determinada área.

A adequação dos assentamentos informais à legislação urbana e ambiental é outro ponto fundamental para a regularização jurídico-fundiária e integração das áreas, exigindo um organizado arranjo dos projectos sociais e ambientais e, ainda, das obras físicas com as instituições licenciadoras.

É neste cenário que o CMM tem o desafio de implementar as acções de intervenção integrada nos assentamentos informais em consonância com as legislações específicas municipais e do Governo Central. Em Moçambique, a Política Nacional de Ambiente (Re. Nº 5/95) e a Lei do Ambiente (Nº 20/97, de 7 de outubro de 1997), por exemplo, possuem como um dos princípios a perspectiva abrangente e integrada do meio ambiente, estabelecendo as bases legais para a gestão ambiental. A Lei é aplicada a todas actividades públicas e privadas que afectam (directa ou indirectamente) o ambiente.

Já no nível municipal, os planos e acções de intervenção devem estar em conformidade com os instrumentos de planeamento que normatizam sobre o desenvolvimento de serviços urbanos e as zonas de território, e que são de competência da Direcção Municipal de Planeamento Urbano e Ambiente (DMPUA). Deste modo, as intervenções em AIs devem estar integradas

às políticas e aos planos tanto no nível nacional como municipal e corresponder aos legítimos objectivos de melhoria dos assentamentos, sejam eles associados às intervenções sociais, físicas (construção e/ou reabilitação de ruas e valas de drenagem, reordenamento de talhões, abastecimento de água ou fontanário, saneamento, iluminação pública, entre outros) e de regularização fundiária mediante a concessão de títulos de direito de uso e aproveitamento da terra (DUATs).

Os principais programas, estratégias, sistemas, planos e projectos relacionados ao tema são:

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE MAPUTO (PROMAPUTO I E II)

O Conselho Municipal de Maputo (CMM) definiu um Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo (PROMAPUTO) como forma de responder às necessidades de serviços para os munícipes.

O Programa, financiado parcialmente pelo Banco Mundial, foi concebido em duas fases, sendo a fase I (2007-2010) concentrada na vertente de desenvolvimento institucional, melhoria das finanças municipais, bem como algumas acções de impacto imediato na área de serviços. Neste contexto, foi dada prioridade à melhoria da gestão dos resíduos sólidos, à extensão da rede de semáforos, à iluminação pública e ao estado de vias prioritárias visando a melhoria do trânsito. A primeira fase do Programa procurou tornar o Conselho Municipal uma organização mais eficaz e funcional que, de forma incremental, fosse capaz de planear, orçar e gerir as suas receitas e despesas e, conseqüentemente, pudesse também melhorar os processos de prestação de serviços com qualidade e abrangendo um número cada vez maior de munícipes.

A fase II do Programa (2011-2015) continuou a aprofundar o desenvolvimento institucional e o reforço das finanças municipais havendo, no entanto, um crescimento significativo de intervenções na área de prestação de serviços. Na segunda fase, pretendeu-se expandir o nível de investimento em infraestrutura e prestação de serviços de forma que, no final da mesma, houvesse melhorias mais visíveis e significativas nos serviços municipais prioritários, tais como a gestão sustentável de resíduos sólidos, melhoria e expansão da rede viária, planeamento urbano, transportes e trânsito, mercados e gestão de serviços fúnebres. Pretendeu-se ainda que uma parte significativa dos investimentos fosse aplicada nas áreas mais pobres do município, ou seja, nos assentamentos informais.

O PROMAPUTO está estruturado em cinco componentes fundamentais:



O Programa ProMaputo inclui entre as suas actividades a elaboração de instrumentos de ordenamento territorial e gestão do solo urbano, com destaque para o **Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM)** e para os **Planos Parciais de Urbanização (PPUs)** para diversos bairros da cidade. Com estes planos, o CMM pretende, por um lado, responder às necessidades de provisão do espaço habitacional urbanizado e a sua atribuição, e por outro lado, assegurar o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) aos seus munícipes.

O Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), aprovado em 2008, é um instrumento de ordenamento da cidade que visa contribuir para a concretização de

princípios consagrados na Lei Fundamental do País, que designa o direito à cidade, à terra urbanizada, moradia condigna, saneamento, trânsito seguro e boas condições de mobilidade urbana, acesso às infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos e, ainda, à participação (CENORVIA-CPU, 2014).

O PEUMM estabelece os seguintes objectivos principais nas Intervenções em Assentamentos Informais:

1. Incluir os assentamentos informais na cidade formal: Inclusão física e social;
2. Melhorar as condições de vida da população;
3. Reduzir situações de risco e de vulnerabilidade da população;
4. Apoiar o desenvolvimento e o empoderamento da comunidade;
5. Garantir a segurança da posse da terra e que os benefícios das intervenções sejam apropriados pelo grupo alvo do projecto;
6. Estabelecer mecanismos para a sustentabilidade das intervenções;

Ainda no âmbito da Componente C do PROMAPUTO II, com o objectivo de assegurar a melhoria dos bairros informais e ao mesmo tempo reduzir a existência de assentamentos em Maputo, o CMM concebeu um Programa de apoio à implementação da **Estratégia Global de Intervenção Integrada em Assentamentos Informais** (2013-2015) e um **Programa de Regularização Massiva de DUATs** (2013-2015).

O **Sistema Integrado de Gestão Municipal (SIGEM)**, criado em 2007 e também desenvolvido no âmbito do PROMAPUTO, foi desenhado para apoiar a gestão de dados patrimoniais relacionados com terra no município. Tem como objectivo a implementação de uma base de dados central e integrada que sirva, em primeira instância, todas as entidades do CMM, mas com especial enfoque aquelas que têm responsabilidades na administração e gestão da terra, infraestruturas, recursos naturais e ambiente, no planeamento e ordenamento do território municipal.

PROJECTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA TRILATERAL

Este projecto envolve parceiros internacionais (cooperação Italiana, Governo Brasileiro e Aliança de Cidades), que têm importantes experiências no campo dos assentamentos informais e, portanto, podem ser úteis para o esforço local de implementação da Estratégia Global de Intervenção em Assentamentos Informais, mas respeitando as especificidades e experiências locais. O projecto pretende contribuir para a operacionalização da referida estratégia de intervenção integrada nos assentamentos informais do município de Maputo. O projecto de intervenção tem em vista a melhoria da qualidade de vida da população do assentamento informal denominado Chamanculo C, no qual se pretende realizar estudos e projectos necessários à urbanização integrada e regularização da área, incluindo acções de fomento do desenvolvimento socio-económico da população residente na área e a execução de obras sectoriais prioritárias.

PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA REDUÇÃO DA POBREZA URBANA

No âmbito das iniciativas que dependem directamente do governo central, o desenvolvimento urbano aparece associado à redução da pobreza e à intervenção nas áreas de ocupação espontânea. Essas iniciativas são enquadradas, respectivamente, pelo Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana (2010) e pelo estudo-diagnóstico e de estratégias de intervenção intitulado “Melhoramento de Assentamentos Informais”, financiado pela UN-Habitat (2006) (COBA, 2014).

SISTEMA DE INVESTIMENTO DE INICIATIVA LOCAL

Outro esforço explícito no sentido do desenvolvimento socioeconómico de Maputo foi a decisão de introduzir a partir de 2011 o OIIL-Sistema de Investimento de Iniciativa Local, vocacionado para a criação de emprego e o aumento de rendimentos das populações mais carentes através do apoio a pequenas empresas e iniciativas económicas de menor escala (RdM, 2005, 2006 e 2010). Para isso, o Conselho Municipal de Maputo dispõe de um fundo próprio destinado a acolher e apoiar iniciativas que sejam tecnicamente viáveis. (COBA, 2014).

Figura 10 - Visita técnica ao bairro George Dimitrov



Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.



CAPÍTULO II ABORDAGEM METODOLÓGICA

Figura 11 - Entrevistas aos moradores do Bairro Polana Caniço, Maputo

Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

1. PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A Estratégia Municipal e Metodologia de Intervenção em Assentamentos Informais (2010) apresenta os seguintes princípios e pressupostos metodológicos:

- Abordagem Integrada.
- Participação Comunitária.
- Desenvolvimento Institucional.

No âmbito da operacionalização do presente Manual, o primeiro princípio apresentado acima merece destaque: **Abordagem Integrada**.

A questão dos assentamentos informais não pode ser vista de uma forma isolada ou tratada apenas como uma problemática habitacional. As operações de intervenção em assentamentos informais que se pretendem sustentáveis devem ser planeadas e implementadas considerando cinco dimensões:

Urbanística e Ambiental

Promovendo, em primeiro lugar a adopção de medidas que controlem o processo de crescimento e degradação dos assentamentos informais, e gradualmente a articulação entre os usos e os objectivos de conservação, a manutenção de infraestruturas e dos equipamentos comunitários e a educação e sensibilização das comunidades para as questões ambientais.

Económica e Financeira

Através do retorno dos benefícios criados junto das comunidades locais, do equilíbrio entre as despesas de investimento/manutenção e as receitas próprias e do fomento de parcerias, como alternativa ao investimento público.

Social, Histórico e Cultural

Visando o fortalecimento das iniciativas comunitárias e a autonomização das populações locais através de uma estratégia de desenvolvimento integrada e participada.

Jurídica

Dando cumprimento às disposições e metas estabelecidas nos instrumentos de planeamento e gestão e estabelecendo as condições para a regularização fundiária destas áreas.

Política

Através da capacitação e da reestruturação das estruturas administrativas e técnicas municipais e da articulação permanente entre as diferentes instituições e organizações, públicas e privadas e a população e comunidades locais, através das suas estruturas representativas (CENORVIA-CPU, 2014).

O princípio da **Participação Comunitária** reconhece a importância e o envolvimento dos moradores e instituições locais para o desempenho dos trabalhos e acções desenvolvidas na área de intervenção. Esta participação é fundamental para a promoção do projecto pela comunidade e para a melhoria da gestão municipal. Dessa perspectiva, os projectos de intervenção sob os princípios da participação comunitária devem assumir uma orientação mais educativa e permitir o emponderamento da comunidade.

O **Desenvolvimento Institucional** compreende a adopção de um conjunto de medidas técnicas, operacionais e institucionais que viabilizem a intervenção em assentamentos informais, como também combinar um esforço de continuidade para evitar o crescimento e/ou a criação de novas áreas informais.

Os actores públicos (Conselho Municipal e Administrações dos Distritos Municipais) devem prover uma estrutura capaz de atender os projectos de intervenção com equipas técnicas experientes e engajadas; suporte logístico, apoio técnico e legal; disponibilizar instrumentos, ferramentas e equipamentos para a recolha de informações, incluindo suas representações cartográficas; e ainda de promover a formação, actualização e reciclagem dos profissionais envolvidos com os programas de intervenção integrada em assentamentos precários.

Vale destacar que não existe uma concepção de **intervenção integrada** única, um modelo replicável independente de cada situação específica. O desenho e o conceito devem estar atrelados ao contexto económico, social, político e institucional do território que promove a política de intervenção. Este conceito começará a ser moldado a partir do momento em que se especificarem os objectivos da política e só poderá ser objectivamente concluído quando a práxis das intervenções apontarem as limitações que a realidade lhe impõe.

Além disso, é mais fácil construir o discurso do que transportá-lo para a realidade. A cada objectivo colocado na política corresponde um campo de atuação. A cada campo de atuação uma estruturação de método para o fazer aterrar na realidade sem distorção dos objectivos; ao conjunto dos objectivos e respectivos campos de atuação uma demanda de método para fazê-los convergir num único sentido de evolução ou desenvolvimento.

As intervenções integradas nos assentamentos informais são de natureza complexa e é recomendável que se evolua para formas mais sofisticadas na mesma medida em que a praxis faça medrar a cultura técnica e o patrimônio intelectual próprios do país nessa área do conhecimento e se consolide nas instituições capacidades de gestão para as leva adiante sem malogro e desperdício de recursos.

3. CICLO DE INTERVENÇÃO INTEGRADA EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS

A intervenção integrada em assentamentos informais pode ser estruturada numa sequência de fases interdependentes. A **Figura 12** detalha as quatro fases de um ciclo de intervenção em assentamentos informais, quais sejam:



A fase referente ao conhecimento é o ponto de partida do processo de intervenção integrada e tem como foco principal a seleção da área de intervenção e o Diagnóstico Integrado (DI). Nesta etapa são reunidas informações sobre o território e a população local, além dos inputs da população residente e dos stakeholders, o que permitirá sinalizar as futuras medidas de intervenção. Ao relacionar o ciclo de intervenção integrada com os conteúdos do presente manual, o **Diagnóstico Integrado (DI)**, peça central da Fase do Conhecimento, é objecto do Capítulo III.

A fase seguinte, referente ao Planeamento, reúne uma série de instrumentos estratégicos que propõem acções e projectos a curto, médio e longo prazos para a fase de intervenção. O **Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)**, principal instrumento desta fase, deverá prever acções estruturais e produzir o Plano Parcial de Urbanização (PPU) e o Plano de Trabalho Social (PTS). Já a fase de Intervenção contempla a execução das acções sociais e das obras físicas na área de intervenção, sendo a fase seguinte, da Pós-Intervenção, referente a continuidade das acções sociais previstas no ciclo.

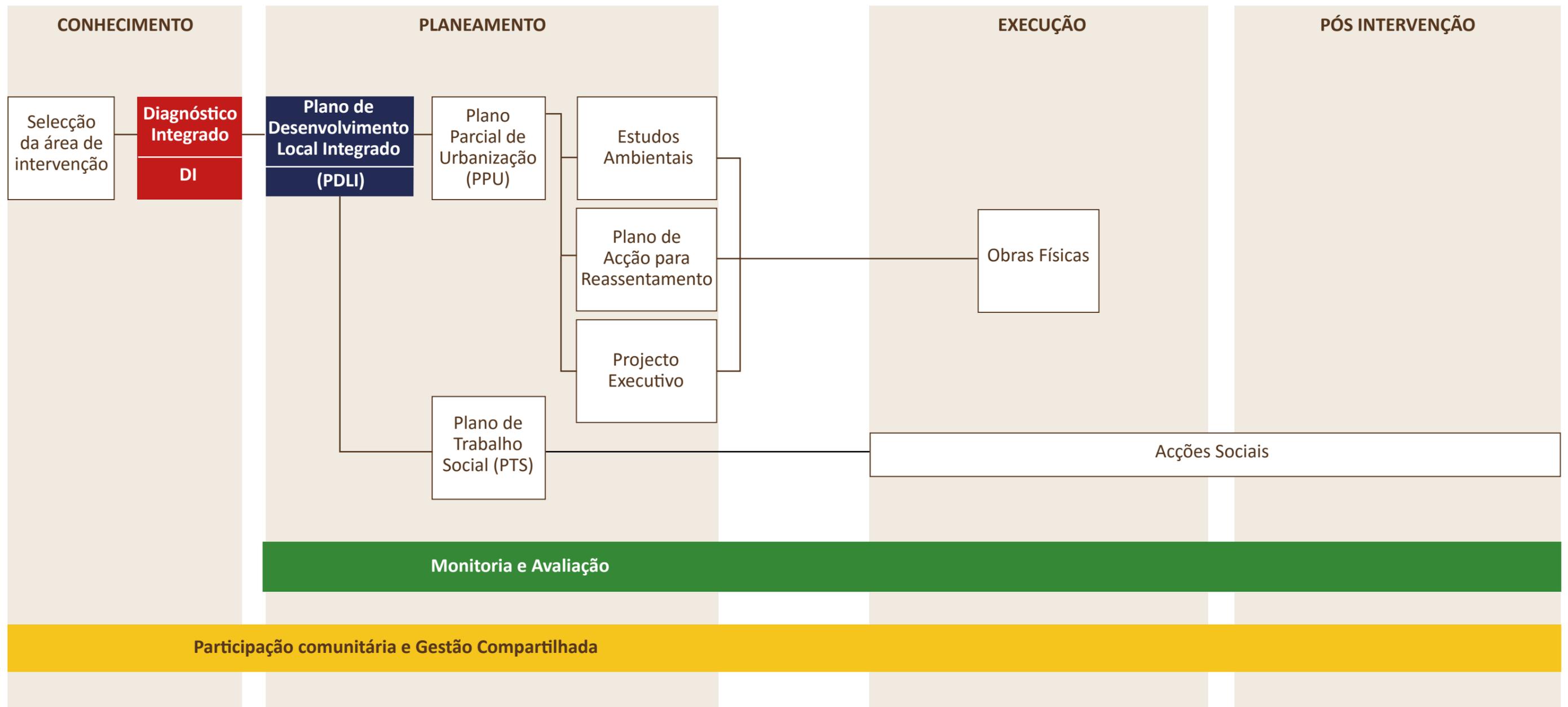
Além do Plano de Desenvolvimento Local Integrado e demais planos, a fase do Planeamento também comporta a actividade de **Monitoria e Avaliação (M&A)**, visando de um modo geral, a gestão e os eventuais ajustes dos projectos. Sendo uma actividade contínua, que tem início ainda na Fase de Planeamento, passando pela Fase de Intervenção até a Pós-Intervenção, a Monitoria e Avaliação está destacada na figura a seguir e é apresentada no Capítulo VI do presente Manual.

A metodologia para **Participação Comunitária e Gestão Compartilhada** também constitui um capítulo específico e destaque na figura a seguir, pois o processo participativo acontece no ciclo completo da intervenção (Fases de conhecimento, planeamento, intervenção e pós-intervenção) estruturando-se gradualmente em instâncias de gestão compartilhada.

Cada parte em destaque na figura, que corresponde a capítulos do presente manual, foi compilada com base na mesma estrutura metodológica. O desencadeamento dos conteúdos foi organizado a partir de **Etapas** que se desdobram em **Actividades** e por sua vez subdivididas em **Tarefas**.

Figura 12

PRINCIPAIS FASES DE UM CICLO DE INTERVENÇÃO EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS



Capítulo III: Metodologia para a elaboração do diagnóstico integrado

Capítulo IV: Metodologia para a elaboração do PDLI

Capítulo V: Metodologia para a gestão compartilhada das intervenções em assentamentos informais

Capítulo VI: Metodologia para a monitoria e avaliação



CAPÍTULO III METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO

Figura 13 - Reunião com os moradores do Bairro George Dimitrov, Maputo

Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

1. INTRODUÇÃO

A realização do Diagnóstico Integrado consiste em uma das primeiras etapas de todo o processo de intervenção em um assentamento informal. Um diagnóstico é um processo de conhecimento de um determinado objecto de estudo cuja finalidade é identificar os diversos elementos que compõem o território, bem como conhecer a realidade urbana, habitacional, ambiental de uma área e os aspectos sociais, económicos e culturais de determinada população. Realiza-se através de vários instrumentos de análise qualitativos e quantitativos, utilizados em sucessivas aproximações do objecto de estudo. Em cada etapa dessa operação apreendem-se novos factos ou averiguam-se os primeiros apercebidos. O que instrui o observador sobre a forma de seguir adiante.

Quanto mais complexo é este objecto de estudo, mais difícil se torna a tarefa de submeter o processo de conhecimento a uma estrutura rígida de procedimentos. Mesmo as estruturas metodológicas flexíveis, como é o caso a ser apresentado a seguir, não substituem as capacidades mentais humanas de produzir conhecimento a partir de informações advindas da realidade. O processo de conhecimento é gradual e envolve todas as capacidades de percepção e análise.

A presente proposta metodológica estabelece operações de aproximação e análise sucessiva do objecto para a elaboração do **Diagnóstico Integrado**. Essas operações são ilustradas na **Figura 14** denominadas como ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO.

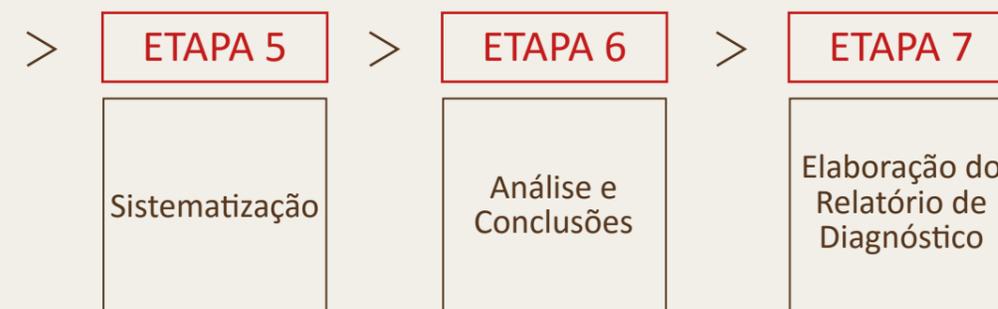
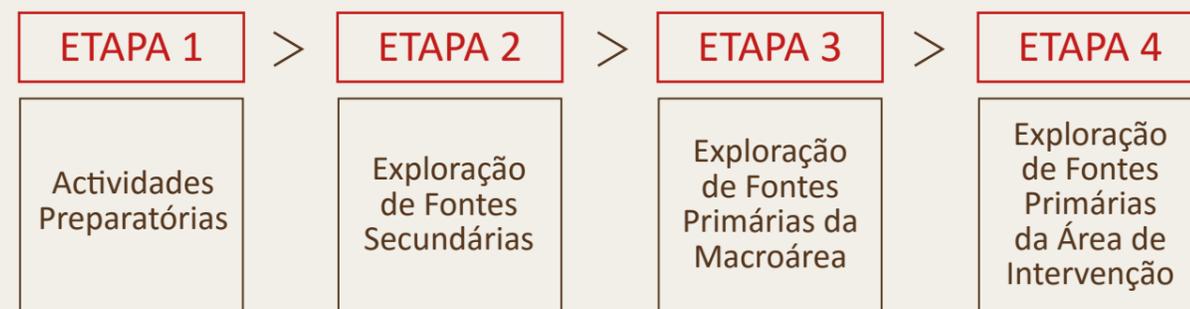
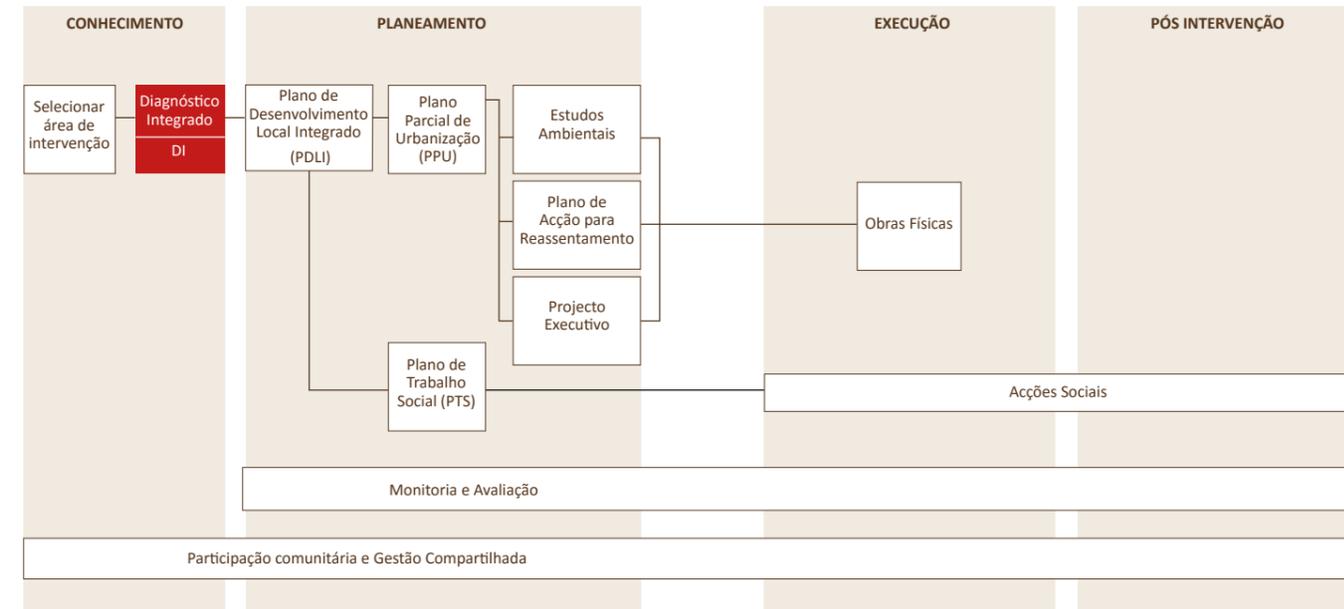
Figura 14

ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO

VOCÊ ESTÁ AQUI



CONHECIMENTO



Como se trata de uma metodologia para promover uma **intervenção integrada**, a abordagem é também integrada e isso significa que mais de um campo de conhecimento perpassará as etapas do processo de trabalho. Para tanto é necessária a formação de uma equipa multidisciplinar e a aplicação de diversos instrumentos de investigação que permitam realizar análises quantitativas e qualitativas. Ao final de cada etapa, o conhecimento acumulado em cada campo precisa de ser compartilhado em reunião do conjunto da equipa, uma forma de conduzir gradualmente o grupo para uma perspectiva de **SÍNTESE**. Ao finalizar a **Etapa das Análises e Conclusões** é esperado que, em cada dimensão de conhecimento, uma problemática seja equacionada de tal modo que as diferenças e assimetrias encontradas na realidade sejam formuladas num registo preciso. Na última etapa, a **Elaboração do Relatório de Diagnóstico**, as problemáticas e as potencialidades de cada dimensão específica de conhecimento devem ser confrontadas para produzir a **síntese**, no sentido de compor novas proposições mediante a introdução de um ponto de vista superior. Nesta etapa de síntese será possível a construção da Matriz FOFA – Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça, permitindo a identificação das condições presentes e a elaboração de acções específicas que serão implementadas na área de intervenção.

DIMENSÕES E TEMÁTICAS PARA INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE

Uma característica inerente a uma intervenção integrada é a multiplicidade de campos de actuação. O Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM) estabelece para as Intervenções em Assentamentos Informais um conjunto de objectivos principais e campos de actuação. A **Figura 15** a seguir apresenta os objectivos associados aos respectivos campos de análise.

Figura 15 - Campos de Análise e Objectivos para a Intervenção Integrada

CAMPO URBANÍSTICO-AMBIENTAL	CAMPO SOCIOECONÓMICO	CAMPO SOCIOORGANIZATIVO	CAMPO FUNDIÁRIO
<ul style="list-style-type: none"> Incluir os assentamentos informais na cidade formal Inclusão Física Melhorar as condições de vida da população Estabelecer mecanismos para a sustentabilidade das intervenções 	<ul style="list-style-type: none"> Incluir os assentamentos informais na cidade formal Inclusão Social Reduzir situações de risco e de vulnerabilidade da população Estabelecer mecanismos para a sustentabilidade das intervenções 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o desenvolvimento e o empoderamento da comunidade Estabelecer mecanismos para a sustentabilidade das intervenções 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a segurança da posse da terra e que os benefícios das intervenções sejam apropriados pelo grupo alvo do projecto Estabelecer mecanismos para a sustentabilidade das intervenções

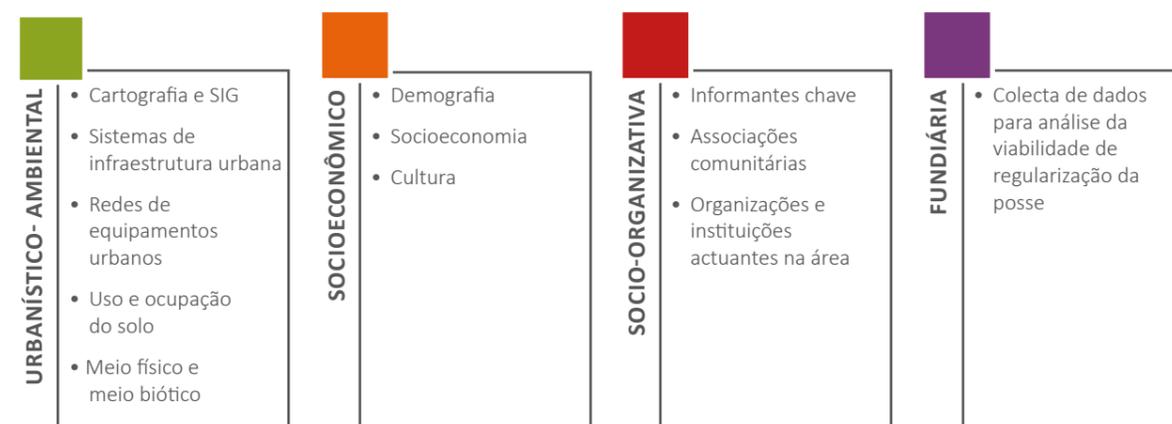
Fonte: PEUMM, 2011.

A elaboração do Diagnóstico Integrado para intervenção em assentamentos informais se estrutura a partir da investigação de diversas temáticas e é preciso considerar que após o processo de intervenção e urbanização da área, o local deverá ser atendido por um processo de regularização fundiária (Programa de Regularização Massiva de DUATs).

No campo urbanístico-ambiental os temas de pesquisa envolvem o mapeamento da área de estudo, o levantamento dos sistemas de infraestrutura urbana, serviços e equipamentos, uso e ocupação do solo, dados sobre o meio físico e biótico. Já as informações sociais, económicas, demográficas e culturais constituem as principais temáticas a serem investigadas e analisadas no campo da sócio-economia, devendo ser também priorizado o conhecimento das demandas

que envolvem as populações mais vulneráveis. Para a dimensão socio-organizativa, os informantes chave, associações comunitárias, organizações e instituições actuautes tanto na macroárea como na área de intervenção compõem os temas de investigação. Finalmente, o DI deverá tratar de informações referentes à regularização fundiária. As quatro dimensões e temáticas são indicadas na **Figura 16** a seguir.

Figura 16 - Dimensões de Análise e Temáticas



AS ESCALAS TERRITORIAIS DE CONHECIMENTO

Para a realização de um projecto de desenvolvimento urbano integrado é necessário distinguir dois níveis territoriais distintos:

- **Macro área**
- **Área de intervenção física**



Macro área é uma unidade territorial relativamente homogénea e que inclui uma ou mais áreas de intervenção física e ainda áreas circunvizinhas. A delimitação da macro área pode incluir um ou mais bairros da cidade, sendo que não corresponde necessariamente à uma delimitação administrativa.

Ao delimitar uma macro área como base de planeamento é possível ampliar os benefícios das intervenções de urbanização de assentamentos precários, tendo em vista que as acções em um macro território e o seu entorno podem trazer resultados e impactos maiores para uma parcela significativa da cidade. Daí também a relevância de se conhecer as dinâmicas urbanas presentes em toda a cidade.

Deste modo, as áreas de intervenção integrantes da macro área interagem com as áreas circunvizinhas para o acesso aos serviços e equipamentos públicos, mercado de trabalho e organizações (sociais, comunitárias, ONGs e movimentos sociais).

A macro área é o território onde se concebe o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) e na qual se realiza o trabalho mais abrangente e de longo prazo. Mesmo que, inicialmente, o projecto esteja focado somente na área de intervenção, o trabalho deverá se apropriar gradualmente da macro área, elaborando estudos da mesma bem como um plano de desenvolvimento em articulação com outros sectores. A macro área é, portanto, a base para um planeamento voltado a atingir os objectivos últimos da intervenção urbana, de desenvolvimento territorial e de inclusão social e económica.

BOX 3. PORQUE ACTUAR NA MACRO ÁREA?

- **Facilita a intersectorialidade**, trabalhando em regiões grandes da cidade é mais provável encontrar e articular-se com programas e serviços de outros sectores;
- **Promove o diálogo com a cidade**, considerando as intervenções de carácter supra local (mobilidade urbana, acesso aos serviços, património ambiental, cultural, entre outros);
- **Atende um maior número de moradores**, optimizando os recursos para o trabalho das equipas (social e urbanístico-ambiental).



Área de intervenção física corresponde à área de intervenção ou micro área onde serão concentrados os estudos específicos e de detalhe, dentre os quais, o cadastro das habitações e das famílias, o levantamento da situação das infraestruturas e da condição socio-económica dos moradores. A área é escolhida para a realização das intervenções de melhorias físicas, habitacionais e sociais e geralmente apresenta problemática e índices de desenvolvimento homogéneos que motivaram a sua selecção por parte das autoridades do governo local e pelos financiadores. Há que se destacar também que a delimitação da área de intervenção física corresponde frequentemente a uma parte do bairro e a escolha da área seleccionada pode estar vinculada a outros diversos factores, dentre eles, questões operacionais (prazo estimado para a realização das obras e intervenções de um modo geral), alta concentração de habitações irregulares ou presença de significativo número de famílias que podem ser beneficiadas, entre outros.

Desta forma, as etapas de conhecimento devem ser realizadas tanto na área de intervenção quanto na macro área. A seguir são apresentadas detalhadamente as actividades e tarefas necessárias para sua operacionalização.

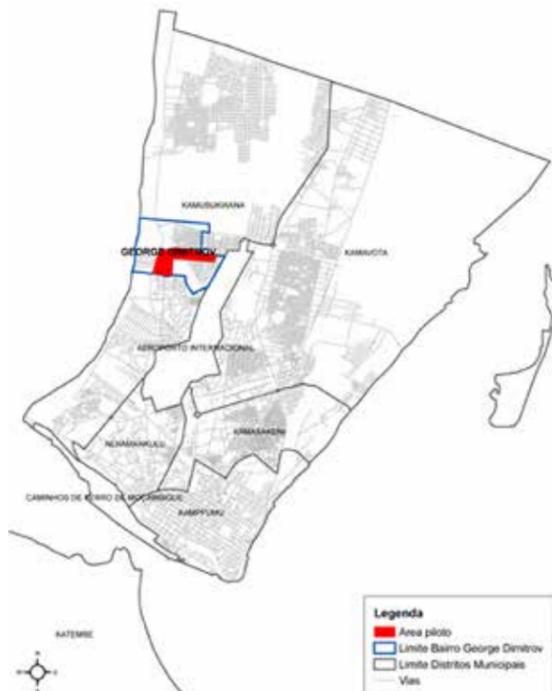


Figura 17 - Exemplo de mapa com a Macro área e Área Piloto do bairro George Dimitrov, Maputo.

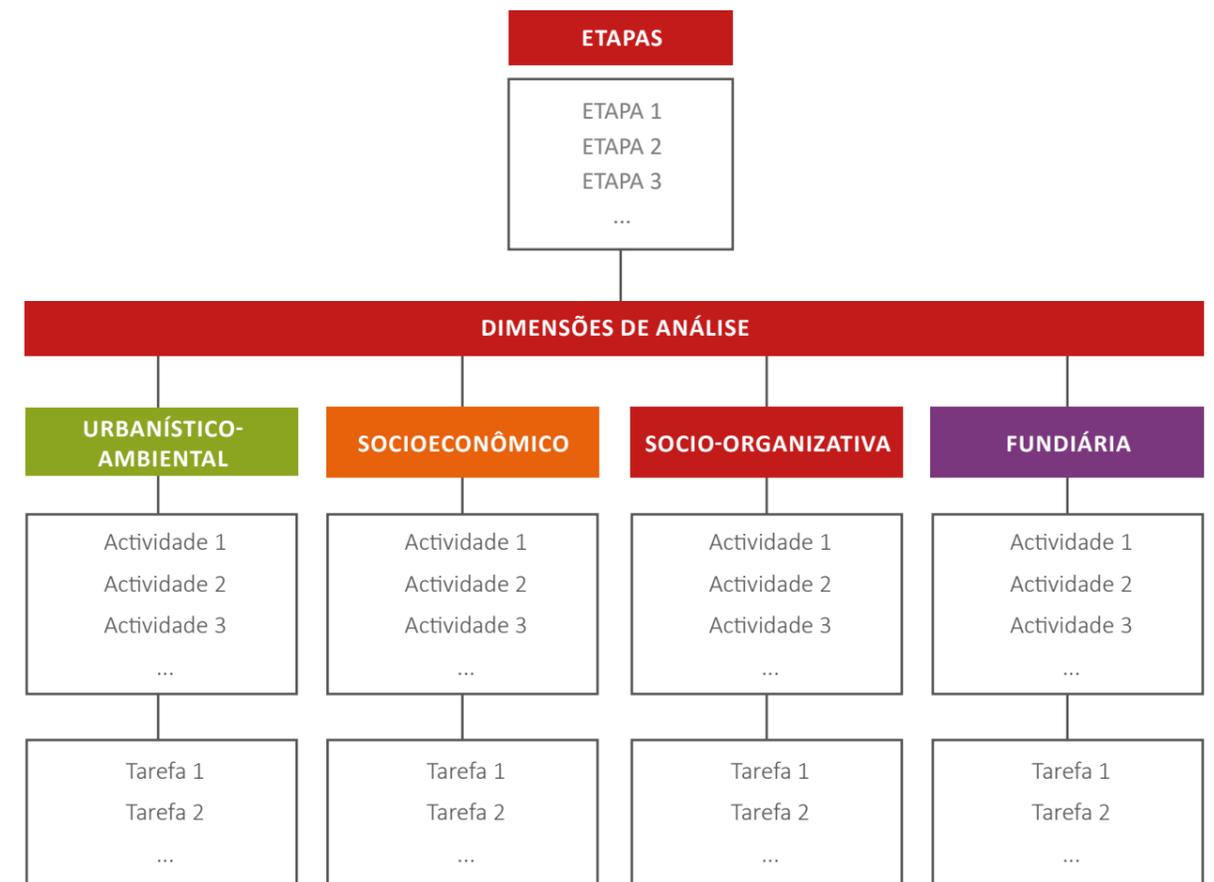
Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.

2. ETAPAS, ACTIVIDADES E TAREFAS

O processo de elaboração do Diagnóstico Integrado (DI) é organizado por **etapas, actividades e tarefas** e cada uma das dimensões de análise (Urbanístico-Ambiental, Socio-económica, Socio-organizativa e Fundiária) é apresentada sob esta estrutura.

As etapas reúnem as actividades principais e as tarefas necessárias para a realização do DI. E deste modo, o processo compreende **7 etapas principais**, nomeadamente: Etapa 1 trata das actividades preparatórias; Etapa 2 busca o conhecimento da macro área e área de intervenção a partir da exploração de fontes secundárias; Etapa 3 envolve o conhecimento da macro área segundo o levantamento de fontes primárias; Etapa 4 está direccionada à área de intervenção e ao conhecimento de fontes primárias; Etapa 5 é destinada a sistematização de informações; Etapa 6 envolve as análises e conclusões; e finalmente, a Etapa 7 trata da síntese de dados, constituindo o próprio Diagnóstico Integrado.

Figura 18 - Processo de elaboração do Diagnóstico Integrado (DI)



ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS

ETAPA 1 - ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS44

Actividade 1: Montagem da Base Cartográfica45

Actividade 2: Vistorias técnicas conjuntas de reconhecimento47

Actividade 3: Adequação preliminar de instrumentos47

Esta primeira etapa é o ponto de partida para o conhecimento do assentamento informal e nela são obtidas informações preliminares sobre a área, o que deverá subsidiar o processo do Diagnóstico Integrado. A Etapa 1 é desenvolvida em três actividades com a finalidade de construir um quadro geral que revele as principais características da macro área e da área de intervenção a partir de mapeamentos, vistorias e preparação do material de pesquisa e de campo (roteiros e questionários). Este quadro é ilustrado mediante produtos cartográficos (Mapa Base) e um banco de dados que armazena dados geográficos (Geodatabase).

A equipe necessária para a realização da Actividade 1 deverá ser composta por um cartógrafo ou especialista em geoprocessamento e/ou geógrafo; a Actividade 2 deverá contar com o coordenador e pelo menos um especialista de cada dimensão de análise (Urbanística-Ambiental, Sócio-economia, Socio-organizativa e Fundiária); e já na Actividade 3, técnicos das equipas de cada uma das Dimensões deverão preparar os instrumentais de pesquisa que serão utilizados no momento da colecta de dados em campo (Etapas 3 e 4).

1 MONTAGEM DA BASE CARTOGRÁFICA

- ACTIVIDADE
- 1
 - 2
 - 3
 - 4
 - 5

Tarefa 1

Composição da **Base Cartográfica** que suportará todas as demais actividades de trabalho que serão realizadas na macro área e área de intervenção física. Este material é uma importante contribuição para o conhecimento das duas escalas territoriais e, sobretudo, para o levantamento dos dados relativos à Dimensão Urbanístico-Ambiental.

A cartografia actualizada da macro área e área de intervenção pode ser obtida através do departamento de Cadastro do Conselho Municipal de Maputo (CMM). Vale mencionar que o CMM fez um grande esforço para produzir uma base cartográfica actualizada em formato SIG de todo o território municipal (finalizada em 2013) e que, portanto, pode ser utilizada como referência oficial pelos pesquisadores.

Assim que as cartografias forem devidamente recebidas ou elaboradas pela autoridade competente, uma equipa técnica formada por pelo menos um cartógrafo ou especialista em geoprocessamento e/ou geógrafo deve verificar cuidadosamente os elementos recebidos, de modo a assegurar, em primeiro lugar, que ela abrange toda a área de intervenção e, em segundo, que todos os layers da cartografia foram efectivamente fornecidos e se encontram completos e coerentes entre si. Em caso de necessidade, haverá uma interacção entre estes técnicos da equipa e os técnicos de cartografia e cadastro do Conselho Municipal, de modo a resolver eventuais problemas que possam existir. Seguidamente, deverá criar o Geodatabase do projecto.

BOX 4. O QUE É UM GEODATABASE?



Um Geodatabase (GDB) é um banco de dados relacional que armazena dados geográficos. O GDB funciona como um “container” para armazenar dados espaciais e de atributos e relações existentes entre eles. Um GDB pode ser classificado como Pessoal ou Multi usuários.

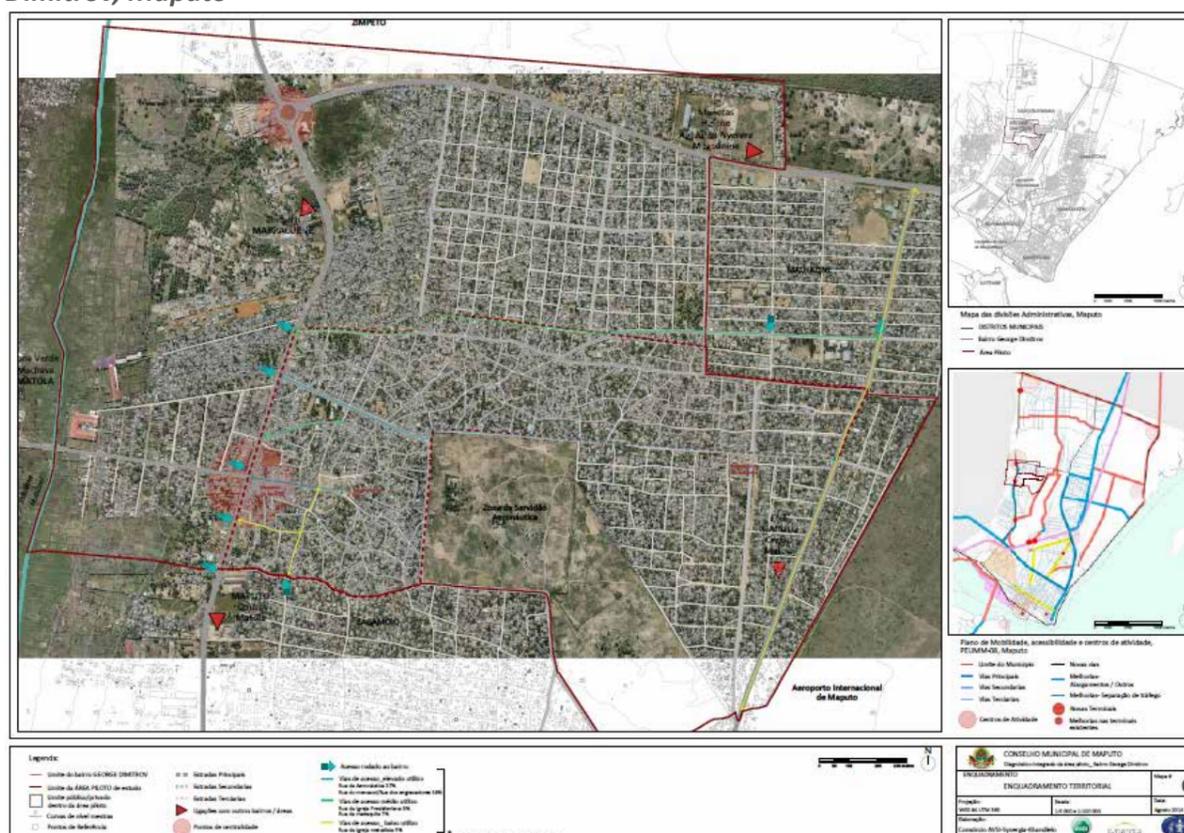
No caso da indisponibilidade de uma cartografia actualizada da área de intervenção, é possível definir a base cartográfica através de ortofoto ou imagens geradas por satélites. Com base na ortofoto serão extraídos em forma de linhas e polígonos (vectorização) os perímetros das projecções em planta das unidades habitacionais e dos equipamentos comunitários existentes (escolas, postos de saúde, entre outros), gerando um mapa com a delimitação das habitações, sistema viário principal e elementos geográficos (rios, canais, mar, entre outros).

Tarefa 2

A partir do Geodatabase, o cartógrafo poderá preparar um Mapa Base com os principais componentes que servirão de referência para os trabalhos de campo iniciais realizados pelas equipas responsáveis por cada dimensão (as equipas responsáveis pela investigação urbanística-ambiental, social e socio-organizativa são detalhadas nas etapas 2, 3 e 4). O mapa base deverá conter pelo menos as seguintes informações:

- Limite da macro área e da área de intervenção;
- Curvas de níveis mestras;
- Hidrografia;
- Quarteirões viários e edificados (com subdivisão, quando houver, de talhão), expressando limite do espaço público/privado;
- Construções e equipamentos existentes;
- Pontos de referência local (ex. secretaria do bairro, centro comunitário, mercado, etc.)

Figura 19 - Exemplo de um Mapa Base com o Enquadramento Territorial do Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

VISTORIAS TÉCNICAS CONJUNTAS DE RECONHECIMENTO

Tarefa 1

Reconhecimento directo da macro área e da área de intervenção. Este reconhecimento visual pode ser feito de carro e/ou a pé pelo coordenador e por pelo menos um **técnico especialista de cada dimensão**. Assim, esta tarefa permitirá que a equipa de trabalho tenha uma apreensão inicial dos territórios que serão estudados. Para esta tarefa serão necessários mapas da área que poderão ser obtidos na actividade anterior de montagem da base cartográfica.

Tarefa 2

Recolher dados urbanísticos-ambientais preliminares em campo e registá-los no Mapa Base (dados sobre o uso do solo, habitações, equipamentos, transportes, construções, infraestrutura instalada e pontos de referência).

Os dados devem ser colectados pelos técnicos especialistas, transferidos para o GPS e posteriormente georreferenciados e sistematizados em mapas temáticos a serem elaborados na Etapa de Sistematização (Etapa 5). Os dados colectados nesta tarefa poderão ser posteriormente incorporados ao mapa base já obtido e/ou elaborado na Actividade 1 (Montagem da Base Cartográfica).

Ademais, ao longo das etapas de trabalho, os registos obtidos em campo por todas as dimensões também poderão actualizar a base cartográfica.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

ADEQUAÇÃO PRELIMINAR DE INSTRUMENTOS

Tarefa 1

Construir e adequar instrumentos específicos (roteiros e questionários a serem aplicados nas áreas) para as Etapas de Exploração de Dados Primários na Macroárea e Área de Intervenção (Etapas 3 e 4), utilizando como base os instrumentos apresentados ao longo do trabalho e deste Manual.

A **coordenação e a equipa de cada dimensão** deverão analisar o conjunto de informações tratadas nos roteiros e questionários que serão aplicados e fazer suas considerações no que diz respeito à adaptação deste material (as equipas são apresentadas detalhadamente nas demais etapas do Diagnóstico Integrado, isto é, Etapas 2, 3, 4, 5, 6 e 7). O objectivo desta tarefa é atender as demandas específicas de cada dimensão (Urbanística-Ambiental, Socio-económica, Socio-organizativa e Fundiária), respeitando o conteúdo mínimo apresentado ao longo deste Manual.

CONHECIMENTO DA MACROÁREA E DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA: EXPLORAÇÃO DE FONTES SECUNDÁRIAS

ETAPA 2 - CONHECIMENTO DA MACROÁREA E DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA: EXPLORAÇÃO DE FONTES SECUNDÁRIAS.....48

DIMENSÃO URBANÍSTICO-AMBIENTAL.....	49
Actividade 1: Recolha de Dados Urbanísticos	50
Actividade 2: Recolha de Dados Ambientais	53

DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA.....	55
Actividade 1: Recolha de Dados Socio-económicos	56

DIMENSÃO SOCIO-ORGANIZATIVA.....	57
Actividade 1: Recolha de Dados sobre Instituições	57

DIMENSÃO URBANÍSTICO-AMBIENTAL

Nesta etapa 2, o objectivo principal da Dimensão Urbanístico-Ambiental é o de pesquisar **dados secundários** relacionados aos **atributos urbanos de infraestrutura, uso do solo e paisagismo e dos elementos ambientais** existentes sobre a macro área e área de intervenção física. Para tanto, a etapa desta dimensão é organizada em duas actividades (Actividade 1: Recolha de Dados Urbanísticos; Actividade 2: Recolha de Dados Ambientais).

O levantamento de **dados secundários urbanísticos** poderá ser feito nos principais **documentos de referência e instrumentos de planeamento** do Conselho Municipal de Maputo (CMM), entre eles, planos directores sectoriais, planos das principais empresas públicas ou privadas de fornecimento de serviços (água, energia, gás, recolha do lixo, telecomunicações etc.) e demais projectos realizados ou previstos por outros actores presentes no território. Desta forma, podem ser consultados os seguintes documentos:



Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM);
Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo (ProMaputo I e II)
Estratégia Global para a Intervenção Integrada em Assentamentos Informais;
Programa de Orçamento Participativo do Distrito Municipal;
Plano Director de Mobilidade e Transporte;
Plano Director de Saneamento e Drenagem;
Plano Director de Mercados e Feiras;
Plano Director de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos;
Planos Parciais de Urbanização (PPU) se existentes na macro área;
Planos de Pormenor (PP) se existentes na macro área;
Plantas de cadastro de infra-estruturas (águas).

A equipa responsável por este levantamento pode ser formada por profissionais especializados em **planeamento urbano**. É previsto que **um profissional** possa realizar esta actividade de recolha de dados (secundários) urbanísticos e o tempo de execução da tarefa deve levar duas semanas no total.

No caso da **investigação de dados ambientais**, o objectivo geral é conhecer a **estrutura físico-biótica-espacial** da macro área e área de intervenção do assentamento informal. As informações secundárias referentes à dimensão ambiental devem revelar os domínios de natureza que moldam e organizam o espaço, permitindo, deste modo, identificar as principais estruturas dos territórios seleccionados no projecto. Esta identificação deve avaliar as potencialidades e vulnerabilidades existentes na macro área e área de intervenção, e que condicionam tanto o meio físico-biótico como o meio urbano.

As informações colectadas poderão subsidiar o planeamento do uso e ocupação do solo, a protecção das formações vegetais, a recuperação de áreas degradadas, a disposição de resíduos sólidos, aptidão agrícola, entre outros. Deste modo, o levantamento dos atributos ambientais são extremamente necessários para o pleno conhecimento da área de estudo e permitirão, juntamente com a pesquisa das demais dimensões, a elaboração do Diagnóstico Integrado (DI) e a formulação de directrizes para o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) a ser implementado pelo CMM.

A recolha de dados secundários ambientais pode ser realizada mediante pesquisa em fontes que disponibilizam indicadores de referência sobre os aspectos existentes em Maputo. Além disso, **mapeamentos, cartas topográficas, imagens de satélite e fotos aéreas** da macro área também constituem fontes centrais de investigação do campo ambiental. O levantamento deste material, juntamente com o Mapa Base (elaborado na Etapa 1 – Actividades Preparatórias), deverá apoiar substancialmente as análises sectoriais e integradas do projecto de um modo geral. As fontes de informação e pesquisa a serem consultadas podem ser encontradas nas seguintes **instituições e documentos**:

- Instituto de Gestão de Calamidades de Moçambique (INGC).
- Cartas Geológicas, Geomorfológicas, Pedológicas e Hidrológicas disponíveis pelo CMM e em institutos de pesquisa, universidades, instituições do governo, entre outros.
- Estação Climatológica de Maputo/Mavalane.
- Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM).

Tendo em vista a variedade de temas envolvidos neste campo do conhecimento, os atributos das condições físicas, ambientais e ecológicas da macro área e área de intervenção deverão ser investigados por uma **equipa multidisciplinar e especializada**, entre eles, **geólogos, geógrafos, hidrólogos e/ou biólogos**. Devem ser envolvidos pelo menos **dois profissionais** para a realização desta tarefa e o levantamento pode levar cerca de duas semanas.

ACTIVIDADE 1 RECOLHA DE DADOS URBANÍSTICOS

Tarefa 1

O levantamento de **dados urbanísticos secundários** deve ser organizado em três temáticas principais:

1. Rede de infraestruturas e equipamentos públicos;
2. Formas de Uso e Ocupação do Solo;
3. Meio Ambiente e Paisagismo.

Nesta actividade devem ser consultados os **documentos de referência e instrumentos de planeamento** citados no início desta Etapa 2. Além do mais, podem ser analisados mapas da macroárea para complementar o levantamento.

A pesquisa secundária sobre a **rede de infraestruturas e equipamentos públicos** compreende a descrição e **caracterização do sistema viário e de transportes** e, ainda, dos **equipamentos de infraestrutura básica** utilizados pela população local. O levantamento de fontes secundárias sobre o sistema viário e de transportes deve caracterizar as diversas modalidades deste sistema e os diversos níveis hierárquicos implicados, como as deficiências e pendências, limitações e potencialidades de desempenho técnico e funcional das malhas e redes existentes. Os seguintes aspectos deverão ser enfatizados na pesquisa secundária:

SISTEMA VIÁRIO E DE TRANSPORTE



- Integração regional e local: estruturação, hierarquização e configuração do sistema viário;
- Condições de circulação local: fluxos de tráfego, polos de atração e geração de viagens pendulares, circulação e fluxo de cargas, capacidade de desempenho de tráfego das vias, pontos de estrangulamento, estacionamentos;
- Características técnicas e funcionais do sistema de transporte público motorizado e não motorizado;
- Fluxos de circulação ciclovitária e de pedestres, e condições de acessibilidade;
- Planos, projectos e instrumentos co-localizados.

A outra pesquisa desta tarefa se refere à identificação dos equipamentos e serviços de infraestrutura básica, como também das condições de capacidade instalada, padrão de desempenho, atendimento da demanda actual e projectada dos serviços. A equipa urbanística deverá levantar os aspectos relacionados ao seguinte:

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA BÁSICA



- Abastecimento de água;
- Recolha, condução e tratamento de esgoto;
- Recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- Distribuição de energia eléctrica;
- Iluminação pública, gás, cablagem, entre outros;
- Equipamentos de saúde, educação e segurança.

Especificamente quanto aos sistemas de macrodrenagem e microdrenagem, os seguintes aspectos deverão ser consultados:

SISTEMAS DE MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM



- Planos de drenagem para o bairro;
- Características das redes de macro e micro drenagem existentes: bacia hidrográfica, perfil geomorfológico, declividades, usos e ocupação do solo, taxa de permeabilidade, galerias, dispositivos de drenagem superficial, pontos de alagamento e inundação. Estas informações poderão ser vistas também na pesquisa ambiental, actividade apresentada na sequência deste Manual.

Os dados secundários **sobre as formas de uso e ocupação do solo** da macro área e área de intervenção devem tratar dos sistemas edificados locais. Além dos documentos de planeamento, podem ser utilizadas informações cartográficas que indiquem o uso e ocupação do solo nesses dois territórios. As informações que deverão ser recolhidas nesta tarefa referem-se ao:

FORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



- Zoneamento (quando existente) e outras normativas legais de parcelamento, uso e ocupação do solo;
- Regime e padrões da estrutura fundiária e do parcelamento do solo – análise morfológica;
- Localização e caracterização tipológico-funcional das zonas habitacionais, industriais, comércio e serviços, e sua articulação com os sistemas de mobilidade e transportes;
- Localização e caracterização tipológico-funcional das áreas de centralidade ou de pontos de referência ou atração ao usufruto colectivo (ao contribuírem para a legibilidade da área, como edifícios governamentais, escolas, igrejas/mesquitas, mercados, entre outros);
- Características dimensionais, geométricas, construtivas e funcionais dos espaços abertos de uso público e privado (praças, largos, equipamentos, etc.), verificando sua continuidade, articulação, e condições de acessibilidade em relação às linhas e modalidades de circulação e transportes;
- Factores indutores de transformação, novas intervenções previstas em projectos, programas, instrumentos, planos;
- Processos de mudanças de uso e ocupação do solo (desocupação, deterioração, substituição, reciclagem, mudança de uso, entre outros).

A identificação dos diversos elementos da **paisagem urbana local** permitirá verificar suas condições e padrões de qualidade, caracterização das carências e pendências, como também das limitações e potencialidades da actual situação paisagística. Esta tarefa será complementada com o levantamento ambiental e deverão ser considerados os seguintes aspectos paisagísticos:

ELEMENTOS DA PAISAGEM URBANA LOCAL



- Legislação ambiental incidente;
- Planos e projectos paisagísticos propostos pelo poder público;
- Sistemas de espaços livres públicos: praças, parques; configuração da vegetação e estado dos equipamentos;
- Áreas livres de propriedade particular;
- Áreas livres de uso comum e dominial;
- Vegetação significativa segundo a localização, o padrão e porte, e áreas não impermeabilizadas;
- Linhas e massas de água e margens de rios e córregos: caracterização da situação presente;
- Barreiras físicas (rios, canais, linhas de transmissão, entre outros): condições e elementos de transposição e continuidade dos tecidos (viadutos, passarelas e passagens subterrâneas);
- Fontes produtoras de impactos e poluição sonora, visual e atmosférica, medidas mitigadoras propostas ou em vigência.

ACTIVIDADE 2

1 RECOLHA DE DADOS AMBIENTAIS

Tarefa 1

A pesquisa ambiental deve ser direccionada pelos **componentes do meio físico e biótico** existentes na macro área e área de intervenção e o levantamento de temas chave em cada um dos componentes. A exploração de dados secundários deve ser realizada em **material cartográfico (mapas, cartas topográficas, imagens de satélite e fotos aéreas)** e em documentos que tratam dos temas ambientais.

Os **dois técnicos** responsáveis por esta actividade (**geólogos, geógrafos, hidrólogos e/ou biólogos**) devem priorizar o conjunto de **atributos físicos** caracterizados pelo **clima, ar, relevo, solo e água** e que podem influenciar directa e/ou indirectamente o uso e a ocupação do solo, as condições de vida da população, a distribuição das actividades produtivas, entre outros. Para a caracterização dos aspectos físicos é necessário o levantamento das seguintes temáticas:

ATRIBUTOS FÍSICOS QUE PODEM INFLUENCIAR O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



- **Clima:** caracterização das condições meteorológicas, incluindo especialmente os dados sobre temperatura, precipitação, humidade, ventos, insolação, radiação solar, fenómenos extremos e alterações climáticas existentes na macro área.
- **Qualidade do Ar:** caracterização da composição química do ar e das emissões atmosféricas naturais ou de acções antrópicas geradas por poluentes derivados de operações industriais, actividades domésticas, queima de combustível para o transporte aéreo e terrestre em geral, entre outros.
- **Ruído:** levantamento dos níveis de ruído produzidos por equipamentos, empreendimentos de diversos portes, circulação de veículos terrestres e aéreos e de pessoas.
- **Geologia:** levantamento das formações/unidades geológicas da macro área contendo informações sobre as rochas, recursos minerais, características, feições estruturais, condições geotécnicas, cor, grau de consolidação, granulometria, entre outros. Os dados sobre a litologia podem apoiar os estudos sobre os processos erosivos do solo e relevo, processos tectónicos e de sismicidade e dos riscos de deslizamentos.
- **Geomorfologia:** caracterização das formas de relevo e das características morfológicas dominantes (planícies, planaltos, platôs, cristas, entre outros), feições topográficas, identificação da origem e evolução dos processos de degradação (erosão) e agradação (deposição) de materiais. Neste subtema, a pesquisa também deve estar focada nos dados de fisiografia, hipsometria, declives e exposições.
- **Solos:** reconhecimento das camadas superficiais do terreno, unidades ou associações de solos existentes na macro área, assim como, o levantamento de processos erosivos e geotécnicos para avaliação da estabilidade do solo.
- **Recursos Hídricos:** estudo das águas superficiais e subterrâneas, disponibilidade do sistema para os diversos tipos de uso (doméstico, industrial, comercial e turístico), regime hídrico (vazantes e cheias), estações fluviométricas, caracterização da qualidade dos recursos hídricos e identificação de riscos potenciais (inundações).

BOX 5. EXEMPLO DE PESQUISA SECUNDÁRIA SOBRE DADOS DO MEIO FÍSICO

Uma referência da exploração de fontes secundárias para o meio físico pode ser vista com o levantamento de um estudo desenvolvido pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades de Moçambique (INGC), em 2009, que tratou de construir diversos cenários climáticos para o país. Esta fonte, avaliada no estudo do Bairro George Dimitrov, é um importante subsídio para o entendimento das alterações climáticas e a previsão das temperaturas e precipitações em Maputo, podendo ser consultada para os demais projectos em assentamentos informais.

Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.



Já a pesquisa do meio biótico deve recolher informações sobre os organismos vivos, representados basicamente pela flora (formações vegetais) e fauna (animais), e que se encontram directamente associados ao meio físico. Os aspectos principais que podem ser consultados pela equipa ambiental referem-se à:

MEIO BIÓTICO (FLORA E FAUNA)



- **Vegetação:** caracterização das espécies vegetais existentes na macroárea, aspectos florísticos, fitogeográficos e estruturais
- **Fauna:** levantamento de espécies de animais terrestres formados pela mastofauna (mamíferos), avifauna (aves), herpetofauna (anfíbios e répteis) e entomofauna (insectos). No caso de ambientes urbanos como os assentamentos informais em Maputo, as espécies envolvem animais domésticos, como gatos e cães, existindo poucos exemplares de espécies da avifauna, herpetofauna e entomofauna.
- **Comunidades Hidrobiológicas:** espécies aquáticas de macrófitas, fitoplâncton, zooplâncton e organismos bentónicos.
- **Ictiofauna:** levantamento de espécies de peixes.

DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA

A **pesquisa secundária** em sócio-economia busca conhecer as **condições de vida e o perfil socioeconómico** da população moradora na macro área e na área de intervenção do assentamento informal.

Os materiais e estudos a respeito do contexto socioeconómico existentes nestes dois recortes territoriais devem ser levantados nos **institutos de referência** de Moçambique e do município de Maputo. Quanto a isso, a base de dados do **Censo do Instituto Nacional de Estatística (INE)** deve ser priorizada na recolha de informações secundárias. Além do mais,

para complementar do melhor modo possível o levantamento das fontes, os pesquisadores devem incorporar as bases de informação que têm sido produzidas pelas organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e empresas de um modo geral. As principais **fontes de informação** que podem ser consultadas pela equipa são encontradas no:

- Instituto Nacional de Estatística (INE);
- Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo (ProMaputo I e II);
- Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM);
- Plano Director de Mercados e Feiras.

Em relação a equipa responsável por esta actividade, a recolha de dados socioeconómicos pode ser feita por uma equipa multidisciplinar, formada por sociólogos, assistentes sociais e/ou geógrafos. As actividades de colecta de dados secundários podem ser realizadas, efectivamente, por um técnico da área e deve levar em torno de duas semanas de trabalho.

ACTIVIDADE 1 RECOLHA DE DADOS SOCIOECONÓMICOS

Tarefa 1

A recolha de dados socioeconómicos deve explorar as fontes secundárias disponíveis nos planos e programas de Maputo e, especialmente, nos censos, estatísticas, inquéritos, entre outros, disponibilizados pelo INE. Neste âmbito, a pesquisa em sócio-economia deve ser iniciada com os dados sobre demografia, considerando os seguintes elementos:

DADOS SOBRE DEMOGRAFIA



- **População Total:** levantamento do total populacional e de pessoas por moradia (macro área e área de intervenção).
- **Estrutura da População:** dados sobre o género, faixa etária, estado civil e origem da população moradora do assentamento informal.
- **Densidade Demográfica:** distribuição da densidade populacional.
- **Crescimento Populacional:** identificação de movimentos migratórios para o assentamento informal.

O tema específico da sócio-economia compreende o levantamento das actividades económicas, emprego e renda, educação e saúde. Os aspectos que devem ser consultados pela equipa social envolvem basicamente a seguinte lista:

ACTIVIDADES ECONÓMICAS, EMPREGO E RENDA, EDUCAÇÃO E SAÚDE



- **Actividade Económica:** levantamento das actividades económicas realizadas pela população local (formais e informais), estabelecimentos do sector terciário existentes na área (comércios, mercados, restaurantes, entre outros).
- **Emprego/Renda:** situação ocupacional da população local, função e sector de trabalho, renda familiar.

- **Educação:** identificação do nível de escolaridade, número de pessoas matriculadas por etapa de ensino e taxa de analfabetismo, número de professores e o rácio professor/ alunos.
- **Saúde:** levantamento das condições de saúde da população (diagnósticos de doenças parasitárias e infecciosas, tratamento, existência de agregados familiares com deficiência...).

Por fim, nesta actividade da Dimensão Socio-económica, os pesquisadores também devem levantar uma série de informações secundárias a respeito dos aspectos culturais e de lazer da população moradora na macro área e área de intervenção, considerando, assim, os seguintes dados:

CULTURA E LAZER



- **Património e Apropriação do Lugar:** caracterização de locais e bens históricos, culturais e/ou arqueológicos.
- **Lazer:** levantamento dos hábitos de lazer e cultura dos moradores locais.

DIMENSÃO SOCIO-ORGANIZATIVA

O levantamento de **dados secundários sobre a Dimensão Socio-organizativa** visa identificar a existência de associações e instituições no assentamento informal. Esta identificação envolve conhecer a natureza e o tipo de actividades desenvolvidas tanto na macroárea como na área de intervenção.

As actividades de exploração de dados secundários podem ser realizadas por **um técnico** e serem feitas a partir da pesquisa em documentos, estudos e fontes das próprias associações e instituições disponíveis em referências da internet.

ACTIVIDADE 1 RECOLHA DE DADOS SOBRE INSTITUIÇÕES

Tarefa 1

Levantar com base em **pesquisa secundária** informações sobre as **associações e instituições públicas e/ou privadas** existentes na macroárea e área de intervenção. Nesta tarefa devem ser feitas a quantificação e caracterização geral, contemplando basicamente dados sobre a **natureza institucional, sector e actividades desenvolvidas**. Vale mencionar que esta pesquisa sobre as associações e instituições será detalhada e aprofundada no momento das investigações in loco na macroárea, bem como na área de intervenção, com o levantamento de dados primários (Etapas 3 e 4).

A caracterização preliminar deve indicar informações sobre as associações e instituições do sector de educação, saúde, segurança e assistência social, desporto, cultura e lazer e de instituições religiosas e, assim, fornecer um panorama geral dos actores e da organização local.

CONHECIMENTO DA MACRO ÁREA: EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS

ETAPA 3 - CONHECIMENTO DA MACRO ÁREA: EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS.....	58
DIMENSÃO URBANÍSTICO-AMBIENTAL.....	59
Actividade 1: Levantamento de componentes urbanos.....	59
Actividade 2: Levantamento dos componentes ambientais.....	60
DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA.....	64
Actividade 1: Organização da equipa e formação dos pesquisadores	65
Actividade 2: Pesquisa socio-económica amostral.....	65
Actividade 3: Estudo sobre acesso ao mercado do trabalho e vocação produtiva da macroárea	68
DIMENSÃO SOCIO-ORGANIZATIVA.....	69
Actividade 1: Identificação e entrevista com informantes-chave.....	69
Actividade 2: Conhecimento das organizações e instituições que actuam na macro área	70

DIMENSÃO URBANÍSTICO-AMBIENTAL

Nesta Etapa 3, a equipa deverá caracterizar os **diversos elementos urbanos e ambientais** presentes na **macro** área a partir da **exploração de fontes primárias**. Novamente, as actividades estão organizadas em Actividade 1: Levantamento de componentes urbanos e Actividade 2: Levantamento dos componentes ambientais.

Como instrumentos necessários para a colecta de dados primários desta dimensão estão previstos o uso de **roteiros, mapas, equipamentos para o registo fotográfico** e ainda de **plantas de cadastro** disponibilizadas por entidades públicas ou privadas.

Prevê-se que para esta Actividade 1 sejam necessários **dois ou três técnicos da área de planeamento e urbanismo**. Para a Actividade 2, a equipa pode ser formada por pelo menos **dois técnicos especialistas** (um geógrafo e um geólogo).

Um aspecto importante desta etapa de colecta primária envolve a identificação dos pesquisadores de campo, ou seja, as equipas precisam estar atentas para a identificação dos profissionais que devem estar devidamente uniformizados durante as visitas na macro área. Esta identificação deve ser feita também nas outras actividades de campo que serão realizadas pelas demais equipas do projecto (levantamento de dados das outras dimensões de análise: Socio-económica, Socio-organizativa e Fundiária).

1 LEVANTAMENTO DE COMPONENTES URBANOS

ACTIVIDADE 2 Tarefa 1

Na pesquisa primária dos componentes urbanos, a equipa de planeamento e urbanismo deverá ir ao campo e utilizar material cartográfico e de imagens para registo das informações. Deste modo, durante as vistorias os pesquisadores devem fazer registos fotográficos da macro área. Os seguintes dados deverão ser levantados na macro área:

DADOS DE COMPONENTES URBANOS



- Enquadramento territorial (estrutura urbana e acessibilidade); sistema viário, hierarquia e pavimentação e seu estado de conservação.
- Meios para mobilidade: meios de transporte público e informal.
- Padrão das moradias: material de construção, número de andares, adensamento, alinhamento com as ruas.
- Rede de esgoto e RSU.
- Rede de drenagem das águas pluviais (estudo das bacias).
- Recolha de lixo: recolha oficial ou pela comunidade, presença e localização de contentores (em número e com capacidade suficientes ou não), se há pontos de acúmulo de lixo, se há lixo nas ruas ou entre as casas, em rios ou canais; caso haja recolha, qual a frequência deste serviço.

- Electricidade e telecomunicações; Iluminação pública: presença e estado de conservação de pontos de iluminação pública; se há locais não iluminados; energia eléctrica nas habitações.
- Existência de equipamentos: educação, saúde, segurança, lazer, entre outros.
- Pontos de risco (alagamentos, deslizamentos, desabamentos etc.), e se há construções em áreas de risco e necessidades de relocação.
- Problemas ambientais prioritários; sistema ambiental (áreas de protecção ambiental e de valor paisagístico).
- Abastecimento de água: rede oficial, redes alternativas, ligações clandestinas, poços ou nascentes etc; frequência do abastecimento
- Uso do solo e situação fundiária.

BOX 6. EXEMPLO DE PESQUISA SOBRE A DIMENSÃO URBANÍSTICA-AMBIENTAL COM O LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS DAS REDES DE TRANSPORTE E ACESSIBILIDADE LOCAL.

Em George Dimitrov, a equipa identificou as vias de ligação entre os eixos principais e malhas de circulação interna do bairro.



Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.

LEVANTAMENTO DOS COMPONENTES AMBIENTAIS

Tarefa 1

Levantamento de dados primários e caracterização das **condições ambientais e da qualidade física e química dos componentes** (água, solo e ar) presentes na macro área. Esta pesquisa deverá examinar as áreas prioritárias para o controle ambiental e identificar as alterações físico-químicas do ambiente para a implantação de futuras acções preventivas e de adequação das actividades humanas no território foco do projecto.

Os dados primários relacionados ao meio físico da macro área podem ser explorados a partir do estabelecimento de estações e/ou pontos de recolha e monitoramento de água, solo e ar. Durante as vistorias de campo, a equipa ambiental (composta por **dois técnicos especialistas**- um geógrafo e um geólogo) deverá estar adequadamente uniformizada e realizar **registos fotográficos para a complementação e conhecimento** da área de estudo.

A investigação dos **parâmetros físicos do meio ambiente** existente na macro área deve utilizar normas técnicas e metodologia de análise aprovada e reconhecida por instituições de referência. O levantamento dos dados ambientais deve considerar a infraestrutura instalada no bairro e também precisam ser levadas em conta as questões de sazonalidade. Deste modo, a pesquisa primária do meio físico deve avaliar:

PARÂMETROS FÍSICOS DO MEIO AMBIENTE



- Qualidade dos recursos hídricos superficiais disponíveis nos corpos de água existentes na área de intervenção;
- Alterações climáticas e de precipitação;
- Qualidade do ar;
- Nível de ruído;
- Riscos de erosão e deslizamento de terra, entre outros.

BOX 7. EXEMPLO DE INVESTIGAÇÃO DOS ELEMENTOS FÍSICOS DO MEIO AMBIENTE

No Bairro George Dimitrov, por exemplo, a pesquisa sobre ruído envolveu medições para avaliar as condições acústicas dessa macro área. Nesse levantamento foi utilizado o Sonômetro CESVA, modelo SC-2, número de série T-203695 e as medições revelaram ocorrências de ruídos que podem exceder os níveis regulamentados. Estes resultados sobre as condições acústicas do meio podem indicar impactos causados pelo tráfego local e circulação na qualidade de vida da população de um modo geral.

Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.



Os técnicos de campo poderão utilizar o roteiro apresentado a seguir para o levantamento de dados primários da macroárea.

ROTEIRO DE PESQUISA DE DADOS AMBIENTAIS NA MACRO ÁREA

Tema: Meio Físico

Clima	Clima, condições meteorológicas, temperatura, precipitação, humidade, ventos, insolação, radiação solar, fenómenos extremos e alterações climáticas existentes na macroárea.
Qualidade do Ar	Composição química do ar e das emissões atmosféricas naturais ou de ações antrópicas geradas por poluentes derivados de operações industriais, actividades domésticas, queima de combustível para o transporte aéreo e terrestre em geral, entre outros.
Ruído	Níveis de ruído produzidos por equipamentos, empreendimentos de diversos portes, circulação de veículos terrestres e aéreos e de pessoas.
Geologia	Formações geológicas da macroárea contendo informações sobre as rochas e os recursos minerais (características, feições estruturais, condições geotécnicas, cor, grau de consolidação, granulometria, entre outros).
Geomorfologia	Formas de relevo e características morfológicas dominantes (planícies, planaltos, platôs, cristas, entre outros), feições topográficas, identificação da origem e evolução dos processos de degradação (erosão) e agradação (deposição) de materiais no terreno, dados de fisiografia, hipsometria, declives e exposições.
Solos	Camadas superficiais do terreno, unidades ou associações de solos existentes na macroárea, assim como, o levantamento de processos erosivos e geotécnicos para avaliação da estabilidade do solo.
Recursos Hídricos	Águas superficiais e subterrâneas, disponibilidade do sistema para os diversos tipos de uso (doméstico, industrial, comercial e turístico), caracterização da qualidade dos recursos hídricos e identificação de riscos potenciais (inundações).

O levantamento dos dados do meio biótico devem considerar as formações e fitofisionomias da flora para o conhecimento do estado da arte da vegetação local. Esta pesquisa permitirá dimensionar as **condições dos ecossistemas naturais, o potencial florestal e a existência ou não de áreas degradadas** na macroárea do assentamento.

Tendo em vista que os ambientes naturais foram intensamente ocupados no município de Maputo, é previsto que os ecossistemas encontrados nos assentamentos informais já passaram por diversas transformações e, deste modo, a identificação e a pesquisa de espécies da flora e fauna local possivelmente será limitada. Os dados primários podem ser investigados com estações e/ou pontos de recolha da vegetação e demais elementos necessários para a avaliação do meio biótico. **Um ou dois biólogos** poderão realizar esta tarefa de recolha na macroárea e o roteiro de pesquisa apresentado em seguida.

ROTEIRO DE PESQUISA DE DADOS AMBIENTAIS NA MACRO ÁREA

Tema: Meio Biótico

Vegetação	espécies vegetais existentes, aspectos florísticos, fitogeográficos e estruturais (vegetação horizontal e vertical).
Fauna	levantamento de espécies de animais terrestres (mamíferos, incluindo os animais domésticos).
Comunidades Hidrobiológicas	espécies aquáticas de macrófitas, fitoplâncton, zooplâncton e organismos bentônicos.
Ictiofauna	espécies de peixes.

BOX 8. EXEMPLO DE ESTUDO DO MEIO BIÓTICO

A pesquisa sobre as formações vegetais em George Dimitrov revelou que o meio biótico já foi intensamente modificado, sendo este processo frequentemente comum em áreas de assentamentos informais. As áreas com vegetação natural além de serem ocupadas por construções humanas, também foram substituídas por vegetação plantada. As figuras a seguir demonstram a composição deste mosaico no bairro George Dimitrov, Maputo.

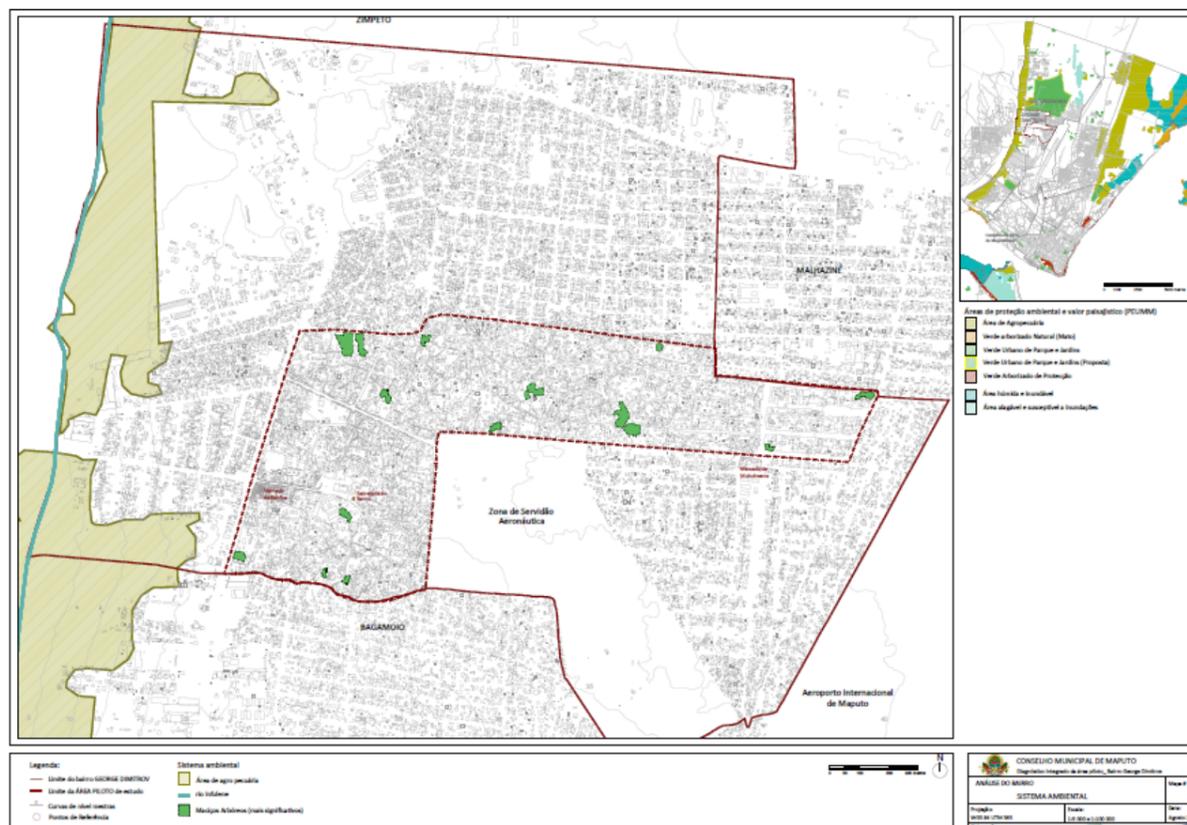
Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.

Figura 20 - Várzea do rio Infulene e malha urbana pontuada de vegetação



Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.

Figura 21 - Mapa sobre o Sistema Ambiental do Bairro George Dimitrov



Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.

DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA

Nesta Etapa 3 de exploração de dados primários, os objectivos da Dimensão Socio-económica envolvem o conhecimento mais detalhado das condições de vida da população moradora na macro área, sobretudo da população mais vulnerável.

A etapa é composta por três actividades principais (Actividade 1: Organização da equipa e formação dos investigadores; Actividade 2: Pesquisa socio-económica amostral; Actividade 3: Estudo sobre acesso ao mercado do trabalho e vocação produtiva da macro área).

As ferramentas para a colecta dos dados primários abrangem a **aplicação de questionários elaborados pela equipa e o uso de material cartográfico** para o apoio dos trabalhos de campo. Podem ser utilizados também equipamentos fotográficos para registo deste levantamento.

As actividades devem ser coordenadas por um profissional (sociólogo, assistente social e/ou geógrafo) e a equipa formada por investigadores devidamente treinados para aplicação dos questionários em campo. O número de investigadores envolvidos nestas actividades irá depender do desenho amostral da pesquisa.



ACTIVIDADE 1 ORGANIZAÇÃO DA EQUIPA E FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES

Tarefa 1

Para a realização desta etapa de exploração de fontes primárias é fundamental que os **pesquisadores** possuam **capacidade de interagir socialmente com os moradores**, não se limitando à aplicação mecânica de um questionário. Para isso, a equipa de investigadores, que deverá coincidir, quando possível, com a equipa social do projecto, deverá receber uma formação detalhada sobre os objectivos, as metodologias específicas e os instrumentos necessários para a realização das diversas etapas de trabalho na macro área.

BOX 9. MAPAS E LOGÍSTICA

MAPAS. É de fundamental importância ter mapas disponíveis da área a ser pesquisada – possivelmente actualizados e em formato digital (podem ser utilizados mapas do Google Earth). Tais mapas devem ser impressos num tamanho que permita aos investigadores se localizarem no território e terem referências para isso (ex.: nomes de ruas, equipamentos etc.). O mapa impresso deve também ser grande o suficiente para permitir aos investigadores fazerem anotações no mesmo. Caso o mapa não esteja actualizado, poderá ser complementado em campo pelos investigadores (mesmo sem respeitar a escala).

LOGÍSTICA. Deve ser escolhido no local da pesquisa um lugar de apoio da equipa de campo, como uma escola, um centro comunitário ou preferencialmente o escritório do projecto. Deve também estar disponível pelo menos um veículo para transporte da equipa dentro e fora da área de pesquisa.

ACTIVIDADE 2 PESQUISA SOCIO-ECONÓMICA AMOSTRAL

Tarefa 1

Por meio da **pesquisa socio-económica** amostral é possível obter as principais informações para caracterizar o retrato do **perfil e das condições de vida dos moradores da macro área**. A pesquisa permite conhecer de perto a realidade vivida por cada família e pela comunidade de um modo geral do ponto de vista da moradia e da condição social.

Nesta etapa, a pesquisa deve ser realizada por amostragem e por meio da aplicação de um **questionário junto aos agregados familiares da macro área**, buscando aprofundar o conhecimento relativo aos seguintes aspectos: **demografia, emprego e renda, educação, saúde, moradia, cultura/lazer e organização comunitária**.

Quanto ao **desenho amostral da pesquisa**, o Instituto Nacional de Estatística (INE) deve ser utilizado como fonte de referência e este desenho da amostra consiste na amostragem por conglomerados, em dois estágios:

1. **Seleção aleatória de conglomerados** (quarteirões) com probabilidade proporcional ao número de agregados familiares de cada conglomerado;
2. **Seleção aleatória de agregados familiares** em cada conglomerado.

Tarefa 2

O levantamento em campo é realizado, preferencialmente, pelos mesmos profissionais que realizarão a pesquisa censitária para colecta de dados na área de intervenção (Etapa 4) e também é fundamental manter a mesma equipa de coordenação, formada por sociólogos, assistentes sociais e/ou geógrafos, de modo a garantir a qualidade do trabalho. A coordenação deve levar em conta que a aplicação de entrevistas com a população local pode tomar um tempo maior do que o previsto, isto é, devem ser considerados factores como a dificuldade do entrevistado em compreender parte das questões aplicadas, a recusa em fornecer informações, indisponibilidade do morador em participar da pesquisa, entre outros aspectos. Desse modo, estima-se que um **pesquisador** leve em média trinta minutos para apresentar os objectivos do projecto e recolher os dados e assim possa aplicar diariamente cerca de **seis a oito entrevistas**.

As informações levantadas irão alimentar um Banco de Dados que será construído na etapa de sistematização (Etapa 5 deste Manual), a partir do qual criar-se-á um sistema de tabelas, quadros e gráficos. As informações recolhidas poderão subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) e de outros planos sectoriais. O roteiro para a elaboração do questionário é apresentado a seguir.

ROTEIRO DA PESQUISA AMOSTRAL DE SOCIOECONOMIA NA MACRO ÁREA

Tema: Demografia

População	Total populacional e pessoas por moradia
Estrutura da População	Dados sobre o género, faixa etária, estado civil e origem da população moradora do assentamento informal
Densidade Demográfica	Distribuição da densidade populacional
Crescimento Populacional	Identificação de movimentos migratórios para o assentamento informal

Tema: Socioeconomia

Actividade Económica	Actividades económicas realizadas pela população local (formais e informais), estabelecimentos do sector terciário existentes na área (comércios, mercados, restaurantes, entre outros)
Emprego/ Renda	Situação ocupacional da população local, função e sector de trabalho, renda mensal familiar, localização dos postos de trabalho da população em actividade, acessibilidade ao local de trabalho, entre outros

Educação	Identificação do nível de escolaridade dos moradores, número de pessoas matriculadas por etapa de ensino e taxa de analfabetismo, crianças em idade escolar, localização dos equipamentos utilizados pelas crianças e sua acessibilidade, participação em projectos educativos
Saúde	Condições de saúde da população (diagnósticos de doenças parasitárias e infecciosas, tratamento, existência de agregados familiares com deficiência, entre outros) e dos serviços (existência de estabelecimentos e sua acessibilidade, transporte, acesso a medicamentos, entre outros)
Moradia	Uso do domicílio, regime de ocupação, número de moradores, tipo de piso, cobertura, materiais utilizados na parede externa e interna do imóvel, cobertura do imóvel, existência e número de sanitários (por moradia ou colectivos), esgotamento sanitário, abastecimento de água, acesso a electricidade, disposição dos resíduos domésticos, entre outros
Tema: Cultura e Organização Comunitária	
Património e Apropriação do Lugar	Caracterização de locais e bens históricos, culturais e/ou arqueológicos, conhecimento antropológico da população local
Lazer	Levantamento dos hábitos de lazer e cultura dos moradores locais
Organização Comunitária	Principais instituições, associações e/ou projectos de referência para os moradores, carências e problemas da comunidade, recursos envolvidos, relações de vizinhança, entre outros.

BOX 10. EXEMPLO DE INVESTIGAÇÃO DE DADOS PRIMÁRIOS EM SÓCIO-ECONOMIA

A investigação sobre a estrutura populacional na macro área, bem como na área de intervenção, pode revelar o perfil geral dos moradores locais e, conseqüentemente, direccionar uma série de acções específicas para essas famílias. No caso do bairro George Dimitrov, o projecto fez inicialmente o levantamento de dados secundários do INE (Censo de 2007) e comprovou a hipótese de que a população devia ser composta predominantemente por moradores jovens e crianças. Já a pesquisa amostral na macro área também obteve o mesmo tipo de perfil e, deste modo, pôde sinalizar os principais públicos existentes na área com dados actualizados desta população.

Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto



ESTUDO SOBRE ACESSO AO MERCADO DO TRABALHO E VOCAÇÃO PRODUTIVA DA MACROÁREA

Tarefa 1

Realizar um estudo específico para orientar o projecto sobre estratégias de **inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho formal**, considerando as demandas do mercado e o perfil da população. Os moradores de áreas de assentamentos precários se encontram em situação de vulnerabilidade social que geralmente está associada a índices de baixa escolaridade, baixa qualificação profissional e maior dificuldade de acesso ao trabalho formal.

Faz-se necessário o conhecimento de algumas variáveis provenientes de dados primários, tais como o grau de escolaridade, as expectativas dos jovens e adultos, bem como as demandas do mercado e a existência de entidades formadoras qualificadas.

O estudo deve orientar também o projecto na **identificação de cursos** que podem ser oferecidos para qualificar os jovens e adultos da macro área, de forma que possam atender às demandas do mercado de trabalho.

Devem ser realizadas **entrevistas com os informantes-chave para entender o panorama do mercado de trabalho** do bairro foco do projecto. Deve-se estar atento para identificar os sectores económicos que mais absorvem mão de obra, considerando o perfil socioeconómico dos moradores da macro área. Além disso, devem ser realizados **grupos focais** sobre potencialidades profissionais e interesses dos moradores (jovens e adultos e destacando a participação feminina em ambos os grupos). Caso seja necessário, deve-se contratar um consultor com experiência nesse tipo de metodologia.

DIMENSÃO SOCIO-ORGANIZATIVA

A **pesquisa primária** de dados da Dimensão Socio-organizativa tem como objectivo aprofundar o conhecimento sobre o assentamento informal a partir da **identificação de informantes-chave e das associações e instituições em actividade** na macro área. Os informantes-chave são identificados como pessoas que pelo tempo de moradia e/ou a rede de relações têm conhecimento detalhado do bairro. Podem ser líderes comunitários, secretários de bairro, chefes de quarteirão, moradores antigos, profissionais de serviços locais, entre outros. As informações levantadas durante o reconhecimento do território e do estudo de dados secundários são aprofundadas gradualmente e enriquecidas com detalhes subjectivos mediante estes actores.

É importante ressaltar que os informantes-chave fornecem aos pesquisadores dados sobre a área onde eles moram e não sobre as famílias. A selecção de quais informantes-chave serão entrevistados é um processo de construção de uma amostra “intencional”, não aleatória, mas direccionada e progressiva. A finalidade é construir uma amostra socialmente diferenciada, com diferentes tipos de informantes de forma que seja representativa sob diversos pontos de vista.

Outra forma de obtenção de informações relevantes sobre a organização social da área está relacionada ao **levantamento das organizações e instituições** tendo em vista a importância do seu papel na comunidade. Sob esse aspecto, a pesquisa primária favorece o melhor conhecimento do território e das próprias associações e da comunidade que, em geral, ignoram o conjunto dos serviços oferecidos pelas mesmas.

Assim nesta Etapa 3, a pesquisa socio-organizativa é organizada em duas actividades (Actividade 1: Identificação e entrevista com informantes-chave; Actividade 2: Conhecimento das organizações e instituições que actuam na macro área) e pode ser realizada por **dois pesquisadores**. Como instrumentos para o desenvolvimento das actividades, a equipa pode utilizar os questionários e roteiros de entrevista, equipamentos fotográficos e de gravação de áudio e ainda mapas para registo da localização das associações e instituições na macroárea. O tempo de execução das actividades dependerá do universo total de instituições e informantes-chaves a serem entrevistados.

IDENTIFICAÇÃO E ENTREVISTA COM INFORMANTES-CHAVE

Tarefa 1

Identificar os informantes-chave atuantes na macro área (líderes comunitários, secretários de bairro, chefes de quarteirão, moradores antigos, profissionais de serviços locais, entre outros).

Identificados os informantes-chave, deverão ser aplicadas **entrevistas** e para a realização desta tarefa, os pesquisadores devem deixar o diálogo fluir espontaneamente, mas mantendo-o direccionado sobre os assuntos relevantes. As entrevistas devem ser intercaladas com novas observações em campo e envolver os informantes-chave no acompanhamento das vistorias e do reconhecimento do território. Deste modo, a equipa poderá obter informações sobre a percepção dos moradores e que poderão ser complementadas e integradas com outros estudos, observações e pesquisas. As entrevistas podem ser guiadas pelo roteiro disponibilizado logo abaixo.

BOX 11 – EXEMPLO DE PESQUISA SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

A exemplo do bairro George Dimitrov a pesquisa amostral levantou que somente 33% dos moradores encontravam-se ocupados em trabalhos formais e/ou informais e 12% eram formados por donas de casa. Estes resultados demonstraram



que uma pequena parcela da população em idade activa estava ocupada no momento da pesquisa primária, caracterizando assim uma série de problemas sociais para a comunidade, mesmo que a economia informal contribua para a geração de rendimentos aos moradores. Esta pesquisa pode orientar acções mais efectivas do CMM nos assentamentos informais de Maputo.

Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov. Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INFORMANTES CHAVES

Delimitação da área (Delimitação e nomenclatura dada pela comunidade às subdivisões internas da macro área)

Histórico da área ou do bairro: quando e como foi ocupada(o) e quando/onde foi eventualmente urbanizada(o)

Meio físico, habitacional, infra-estrutura urbana e meio ambiente (divisão das ruas, acesso ao bairro, abastecimento de água, sistema de esgoto, electricidade, principais problemas de moradia, recolha do lixo, etc.)

Convivência (Como são em geral as relações de vizinhança- confiança, abertura, ajuda recíproca, rede de suporte social, regras de convivência, etc.)

Segurança (Nível percebido de segurança da área; Tipos de crime e violência que ocorrem; Mapeamento de locais potencialmente inseguros; Como são as relações entre vizinhos em relação à violência; Existem “brigas” entre bairros ou áreas e consequentes delimitações de território; Estrutura, localização, cobertura, actuação da segurança pública e relacionamento com a polícia)

Comércio/trabalho e renda (Presença e porte do comércio local. Vocações produtivas da área; principal ocupação dos moradores)

Cultura e lazer (Formas de ocupação do tempo livre, espaços de referência e de entretenimento para crianças, jovens, adultos e idosos? (jardins, bares, cinema, dança, espetáculos, espaços culturais e/ou de lazer, tais como? Onde? Quem cuida deles?)

Vida organizativa (existência de associações no bairro, projectos, iniciativas comunitárias)

Grupos populacionais específicos (quais as principais problemáticas dos jovens, crianças, idosos, mulheres, deficientes, entre outros)

actividade são aprofundados e complementados os dados já levantados durante a pesquisa secundária na etapa anterior (Etapa 2).

Para a **realização da pesquisa**, cada associação deverá ser visitada após agendamento de um encontro com alguém da direcção ou algum responsável pela instituição. Neste encontro, a equipa social, composta por **dois pesquisadores**, deverá entender a **situação da organização do ponto de vista formal da associação** (natureza institucional, estatuto, certificação pública, registo, sede, património, número de colaboradores e custo mensal) e de sua actuação (serviços, dificuldades, perspectivas, articulações, recursos, principais encaminhamentos, projectos desenvolvidos e em desenvolvimento e expectativas). Durante a entrevista deverá ser efectuado também um **registo fotográfico** da associação e sua **localização no mapa**.

A pesquisa das entidades não deve ser vista apenas como uma actividade de conhecimento, mas também o início do relacionamento directo com as organizações que serão os parceiros e os interlocutores privilegiados de todas as actividades do projecto. Ademais, o estudo poderá gerar indicadores sobre as entidades antes da intervenção, facilitando a avaliação ex-post.

ROTEIRO DE PESQUISA COM AS ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Número de entidades pesquisadas

Número de projectos

Tempo de existência das entidades

Natureza institucional (se são associações, cooperativas, entidades religiosas, entre outras)

Entidades formalizadas ou que possuem estatuto registado

Situação da sede (se é própria, alugada, doada, em comodato, entre outros)

Sectores de actuação (educação; saúde; cultura, desporto e lazer; trabalho e qualificação profissional; meio ambiente; assistência social, entre outros)

Tipos de actividades realizadas pelas entidades no respectivo sector de actuação (ex. entidade que actua no sector de educação – tipos de actividades possíveis: reforço escolar, educação infantil, alfabetização de adultos, entre outras)

Custo mensal das entidades

Origem do apoio financeiro das entidades (órgão público, empresas, instituições privadas sem fins lucrativos, entre outros)

CONHECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES QUE ACTUAM NA MACRO ÁREA

Tarefa 1

A recolha de informações primárias sobre as organizações e instituições deve contemplar as agregações de pessoas e/ou grupos culturais, artísticos, religiosos, desportivos, educativos, associações de bairro, cooperativas (mesmo aquelas não formalizadas) voltadas para o benefício da comunidade.

Para **identificar as associações** é fundamental o apoio dos informantes-chave, moradores da macro área e ainda do secretário do bairro, que poderão ajudar também no agendamento das primeiras entrevistas. A lista das associações poderá ser complementada durante a execução da pesquisa com a indicação de outros grupos pelas associações entrevistadas. Ademais, cabe registar que nesta

Modalidade de repasse dos recursos financeiros (convénio, doação mensal, doação anual, doação esporádica, contrato, entre outros)

Perspectivas das entidades (ampliar parcerias, obter mais financiamentos, melhorar a sede, actuar em outros sectores, entre outros)

Principais dificuldades encontradas pelas entidades (recursos financeiros, estrutura física, número de colaboradores, baixa qualificação dos colaboradores, entre outros)

Número e idade de beneficiários

Bens e Recursos materiais dos projectos (computadores, linhas telefónicas, imóveis, automóveis, entre outros)

Capacitação dos colaboradores (se o projecto actua na capacitação dos colaboradores, articula-se com parceiros para profissionalizá-los, entre outros)

Dificuldades encontradas na execução dos projectos (recursos financeiros, situação da sede, número de colaboradores, baixa capacidade de gestão/administrativa, entre outros)

Tarefa 2

Pesquisa sobre as **instituições públicas e/ou privadas** que pode ser realizada com a ajuda dos informantes chave. Para a criação de bases eficientes a serem aplicadas pelo Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) é necessário reconhecer a actuação destas instituições públicas e privadas na macro área. Esta tarefa visa **conhecer as acções e projectos** já em andamento para que as acções futuras propostas no PDLI não se sobreponham e possam, pelo contrário, construir sinergias para o benefício da comunidade.

Deve ser preparada uma lista das instituições públicas e privadas (não comunitárias) presentes no território (instituições educativas ou da área de saúde, empresas privadas, instituições de qualificação profissional, entre outras). Estão incluídas nas pesquisas também as instituições públicas ou privadas cuja sede está sediada fora da macro área, mas que realizam projectos ou acções que abrangem o território ou seus moradores.

Os representantes destas instituições deverão ser convidados a **participar a um workshop de apresentação** que explique os objectivos da pesquisa, no contexto do programa integrado de desenvolvimento da macro área. Os representantes devem ser chamados a preencher uma ficha de conhecimento da instituição e dos projectos que estão sendo realizados na macro área e, da mesma forma, dos projectos futuros e planeados para o bairro.

A equipa formada por **dois pesquisadores** deverá agendar uma visita à sede da instituição ou do projecto (no caso em que a sede da instituição e o projecto realizado possuam espaços físicos diferentes, ambos deverão ser conhecidos).

Para a caracterização das instituições, a pesquisa deve considerar os seguintes aspectos:

- **Educação:** rede escolar da macro área, creches, escolas de ensino fundamental e médio, ensino técnico, faculdades; capacidade operacional (salas de aula/turnos; número de alunos por escola; percentuais entre professor/aluno); cobertura e acessibilidade - distribuição da população em idade escolar; desempenho - taxa de aprovação; taxa de frequência; taxa de abandono; distorção idade-série; condições de funcionamento/estrutura, padrões construtivos e conforto ambiental – iluminação, ventilação, segurança estrutural e vedações; estado de conservação/manutenção das salas de aula e respectivo mobiliário; condições de salubridade dos módulos sanitários; copa/cozinha; áreas de desporto e lazer; abastecimento de água e reservatórios- qualidade do fornecimento, segurança e salubridade das instalações; energia eléctrica - qualidade do fornecimento e segurança das instalações; gestão- número de funcionários da administração; capacitação do corpo docente; material escolar, equipamentos de informática e softwares; biblioteca; alimentação; transporte escolar; limpeza; segurança; convênios/parcerias.
- **Saúde:** rede de saúde pública e privada – quantidade, distribuição/localização (postos de saúde, centros médicos, hospitais, maternidades e farmácias); condições de funcionamento/estrutura (padrões construtivos; conforto ambiental – iluminação, ventilação, segurança estrutural e vedações); estado de conservação /manutenção dos equipamentos e respectivos sectores; condições de salubridade das enfermarias, condições e número de leitos; condições e número de quartos, enfermarias, UTIs, ambulatórios, socorro emergencial e ambulâncias; gestão: número de funcionários da administração; formação e quantidade do corpo médico/ enfermeiros / auxiliares; material para atendimento, equipamentos necessários; limpeza; segurança; convênios/parcerias.
- **Segurança e assistência social:** abrangência/cobertura, acessibilidade, estrutura e gestão dos equipamentos de segurança e de assistência social; quantidade e distribuição/localização (mapeamento) na macro área; número de esquadras de policia, características, número de agentes e veículos; facilidade de comunicação e acesso; nível percebido de segurança da área; tipos de crime e violência; mapeamento de locais de ocorrência de crime e violência e locais potencialmente inseguros; relações de vizinhança e violência; identificação de delimitações de territórios; disputas entre bairros ou áreas;
- **Desporto, Cultura e Lazer** abrangência/cobertura dos espaços de referência desportiva e entretenimento (quantidade de equipamentos e distribuição - mapeamento) para crianças, jovens, adultos e idosos: acessibilidade, estrutura, actividades, gestão de demandas para os equipamentos de desporto: clubes desportivos, quadras, pistas pedonais, piscinas; existência e uso de jardins, bares, cinemas, espaços para a dança, espetáculos, teatros, museus, entre outros; condições de funcionamento/estrutura: padrões construtivos; conforto ambiental (iluminação/ventilação/segurança estrutural/vedações); estado de conservação /manutenção dos equipamentos e respectivos sectores;
- **Instituições Religiosas:** quantidade, distribuição, localização, acessibilidade, estrutura, actividades e demanda das igrejas, mesquitas, templos, entre outros.

CONHECIMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA: EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS

ETAPA 4 - CONHECIMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA: EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS	74
DIMENSÃO URBANÍSTICO-AMBIENTAL	75
Actividade 1: Selagem ou cadastro das unidades habitacionais	75
Actividade 2: Mapeamento de componentes urbanos	76
DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA	77
Actividade 1: Pesquisa socio-económica das unidades habitacionais	78
DIMENSÃO SOCIO-ORGANIZATIVA	79
Actividade 1: Identificação e entrevistas com Informantes-Chave	80
Actividade 2: Conhecimento das organizações e instituições	80
DIMENSÃO FUNDIÁRIA	81
Actividade 1: Recolha de dados por bairro	81

DIMENSÃO URBANÍSTICO-AMBIENTAL

A exploração de fontes primárias dos atributos urbanísticos e ambientais existentes na área de intervenção visa identificar com maior precisão as características do espaço urbano e das unidades habitacionais. Trata-se de mapear os componentes urbanos e verificar as informações levantadas durante a pesquisa secundária, realizada anteriormente na Etapa 2.

Os instrumentais devem considerar os produtos cartográficos (mapa base, outros mapas e plantas da área) e a equipe de campo pode ser formada por um especialista **em planeamento e um cartógrafo**.

Para a realização desta Etapa são necessárias duas actividades (Actividade 1: Selagem ou cadastro das unidades habitacionais; Actividade 2: Mapeamento dos componentes urbanos).

ACTIVIDADE 1 SELAGEM OU CADASTRO DAS UNIDADES HABITACIONAIS

Tarefa 1

Identificação de cada domicílio existente na área de intervenção a partir da **selagem ou cadastro das unidades habitacionais**, que consiste na numeração dos domicílios presentes na área de pesquisa. O polígono da unidade habitacional deve ser associado a um número e em campo ser verificada a existência de uma ou mais unidades neste mesmo polígono (por exemplo, em caso de verticalização), bem como a localização dos equipamentos comunitários.

Antes de começar a selagem deve ser feita a **definição dos limites dos quarteirões**, podendo ser realizada em campo com o auxílio dos chefes de quarteirões. Os limites serão depois desenhados em forma de linhas e polígonos na base cartográfica SIG.

Em seguida, deve ser realizada a **divisão de cada quarteirão em quadras**, de modo a proceder com a numeração das unidades habitacionais e dos equipamentos comunitários.

Tarefa 2

A partir desta divisão e numeração, entre **dois a quatro pesquisadores** vão a campo **supervisionados por um especialista em cartografia** para localizar o polígono e transcrever o número em mapa, marcando a casa (pode ser um número pintado na casa, uma plaqueta pregada, um adesivo, ou qualquer outra forma de identificação definida pela equipa técnica). A selagem possibilita levantar o número das unidades habitacionais da área, localizando-as em mapa. À medida que as unidades habitacionais são numeradas, os técnicos vão inserindo os números no mapa segundo a disposição realizada em campo, gerando um mapa digital com a identificação dos domicílios e equipamentos comunitários.

A selagem tem também como função o congelamento da realidade sendo um inibidor de novas ocupações nas áreas livres, indicando que todos os benefícios provenientes dos planos e projectos de intervenção serão destinados aos domicílios já cadastrados da comunidade. Uma segunda função é o dimensionamento da comunidade, ou seja, todos os projectos serão elaborados em função do perímetro de intervenção levantado e dos domicílios cadastrados.

MAPEAMENTO DE COMPONENTES URBANOS

Tarefa 1

Mapeamento dos diversos componentes urbanos presentes na área de intervenção e complementação dos dados urbanísticos. As informações devem ser colectadas por **um urbanista e/ou arquiteto** e poderá contar com o apoio de **um cartógrafo**, que deverá atualizar a base cartográfica e depois transferir estas informações para a equipe de sistematização responsável por elaborar os mapas. Devem ser utilizados equipamentos fotográficos, mapas e plantas da área e entre os aspectos que a equipe poderá levantar em campo, destacam-se:

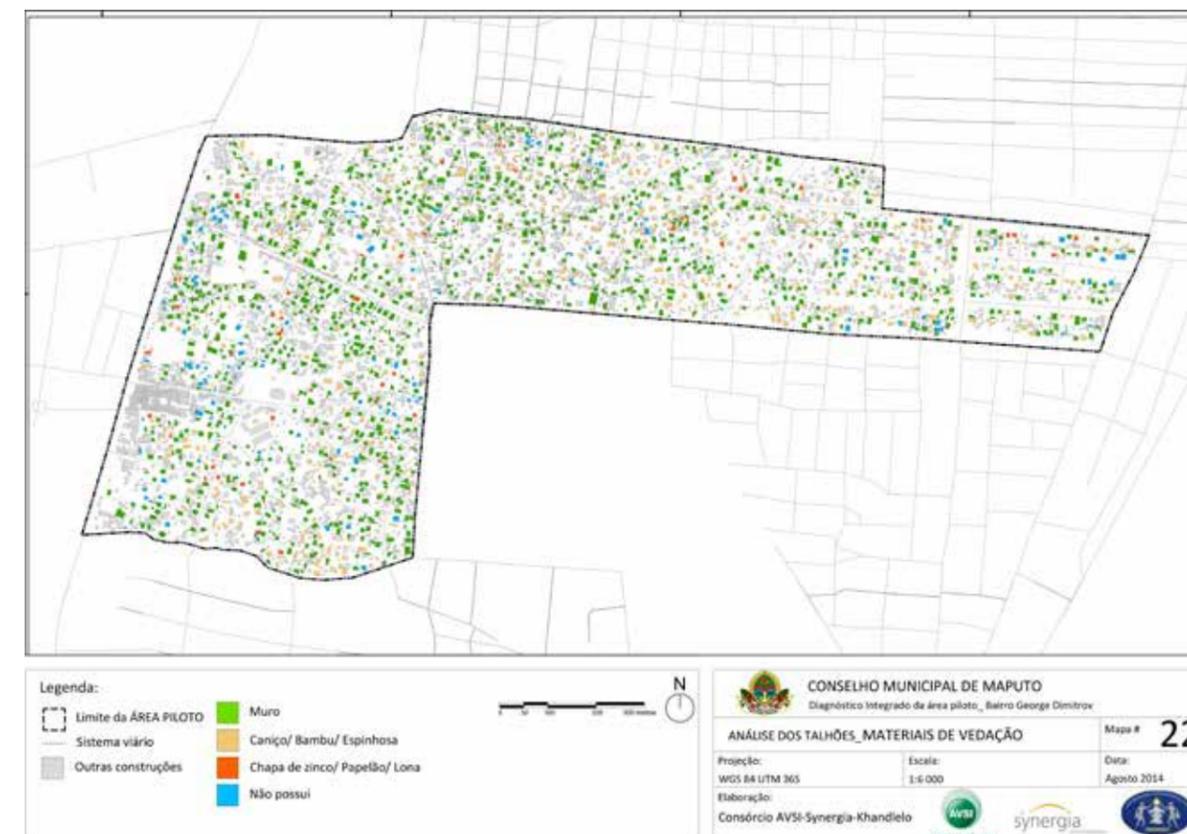
- Padrão das moradias: material de construção, número de andares, adensamento, alinhamento com as ruas;
- Abastecimento de água: rede oficial, ligações clandestinas, poços ou nascentes etc.; frequência do abastecimento;
- Rede de esgoto e RSU;
- Rede de drenagem das águas pluviais (estudo das bacias);
- Recolha de lixo: recolha oficial, recolha pela comunidade, presença e localização de contentores (em número e com capacidade suficientes ou não), se há pontos de acúmulo de lixo, se há lixo nas ruas, entre as casas, em rios ou canais; caso haja recolha, qual a frequência;
- Electricidade e telecomunicações; Iluminação pública: presença e estado de conservação de pontos de iluminação pública; se há locais não iluminados; energia eléctrica nas habitações;
- Pontos de risco (alagamentos, deslizamentos, desabamentos etc.), e se há construções em áreas de risco e necessidades de relocação;
- Sistema ambiental (áreas de protecção ambiental e de valor paisagístico);
- Uso do solo;
- Situação fundiária.

Figura 22 - Exemplo de tipos de vedação do talhão no bairro George Dimitrov, Maputo.



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo.

Figura 23- Mapeamento dos tipos de vedação do talhão no bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.

DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA

A etapa de **exploração de dados primários socioeconómicos na área de intervenção** tem como finalidade conhecer o perfil dos residentes. Nesta pesquisa, a investigação deve priorizar a demanda da população mais vulnerável e que poderá ser atendida do melhor modo possível no momento da implementação dos planos de acção.

É neste sentido que esta etapa de investigação primária possui importância primordial para a obtenção dos parâmetros relativos aos aspectos socio-económicos e culturais da população, como também das actividades produtivas. Os resultados desta pesquisa devem revelar uma série de informações que serão utilizadas para o planeamento das acções futuras no assentamento informal.

Os instrumentos de colecta de dados abrangem os questionários elaborados pela equipa de sócio-economia e validados pelo coordenador responsável.

Vale mencionar que antes do início desta pesquisa primária é extremamente importante que os **pesquisadores de campo** sejam **treinados** e que o **supervisor acompanhe previamente a aplicação dos questionários**. Deste modo, para a aplicação das pesquisas censitárias e o levantamento das demandas e desafios existentes na área de intervenção será necessária a **formação de uma equipa qualificada** e com experiência neste tipo de trabalho. Como na pesquisa amostral, também deve ser considerada a complexidade para a realização desta tarefa, sobretudo no que se refere a coleta de informações com os moradores, seja pela recusa em que alguns possam ter em fornecer dados pessoais, a indisponibilidade em participar da pesquisa ou do nível de entendimento do morador.

PESQUISA SOCIO-ECONÓMICA DAS UNIDADES HABITACIONAIS

Tarefa 1

A **pesquisa censitária na área de intervenção física** será realizada nas **habitações cadastradas** pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), permitindo assim identificar o número exato de famílias moradoras nos domicílios. Levando em conta as particularidades da área de intervenção, a equipa deverá aplicar o questionário com os moradores de todas as unidades habitacionais da área de intervenção visando identificar, além do **perfil socio-económico, os problemas prioritários, vulnerabilidades e expectativas da população local**. Sendo assim, a pesquisa primária deve seguir roteiros estruturados (ou ainda semiestruturados) e será aplicada após a conclusão do cadastro das unidades habitacionais (selagem).

Considerando que uma entrevista seja aplicada em aproximadamente trinta minutos, **um pesquisador** poderá aplicar entre **seis e oito entrevistas diárias**.

O coordenador da equipa deve elaborar os procedimentos metodológicos de pesquisa baseados nas tarefas e nos roteiros de pesquisa indicados por este Manual. O domicílio que será investigado pode ser consultado no mapa base fornecido pelo CMM, e ainda nos mapas já preparados pelos técnicos do projecto (Etapa 1- Actividades Preparatórias), e deverá estar localizado dentro do quarteirão de actuação seleccionado para cada pesquisador responsável pela entrevista. Em seguida, o profissional de campo pode verificar o número indicado no próprio mapa e no domicílio (determinado durante a actividade de numeração ou selagem) e identificar o questionário a ser aplicado naquela unidade habitacional. Deste modo, o número de identificação do questionário é o mesmo número aplicado na selagem. Ao final do dia de trabalho os pesquisadores deverão preencher um formulário reportando os questionários aplicados (ou fichas).

Desta forma, os parâmetros avaliados pelos instrumentos (questionários) devem ser agrupados segundo os temas desta dimensão, considerando questões referentes a demografia, trabalho e renda, educação, saúde, moradia, lazer, organização comunitária, relações sociais. O roteiro de pesquisa encontra-se disponível logo a seguir.

ROTEIRO DE PESQUISA SOCIO-ECONÓMICA NAS UNIDADES HABITACIONAIS

Tema: Demografia

Dados sobre gênero, faixa etária, estado civil e origem da população moradora da unidade habitacional

Número de moradores por domicílio

Tema: Sócio-economia

Emprego/ Renda

Situação ocupacional de todos os membros e agregados familiares, função e sector de trabalho, renda média mensal da família, localização e acessibilidade aos postos de trabalho, entre outros

Educação

Nível de escolaridade dos moradores, número/idade das pessoas matriculadas por etapa de ensino, taxa de analfabetismo, crianças em idade escolar, localização dos equipamentos, entre outros

Saúde

Condições de saúde da população (diagnósticos de doenças parasitárias e infecciosas, tratamento e existência de agregados familiares com deficiência) e dos serviços (existência de estabelecimentos e acessibilidade, transporte, acesso aos medicamentos, entre outros)

Moradia

Uso do domicílio, regime de ocupação, tipo de piso, cobertura, materiais utilizados nas paredes (externa e interna) do imóvel, existência e número de sanitários, esgotamento sanitário, abastecimento de água, acesso a electricidade, disposição dos resíduos domésticos, entre outros

Tema: Lazer e Organização Comunitária/Relações Sociais

Lazer

Levantamento dos hábitos de lazer e cultura dos moradores locais

Organização Comunitária

Principais instituições, associações e/ou projectos de referência para os moradores da área de intervenção, participação dos moradores nessas actividades, carências do bairro, recursos envolvidos, relações de vizinhança, entre outros.

Tarefa 2

Os supervisores deverão analisar sucessivamente todas as fichas em busca de encontrar eventuais inconsistências nas informações recolhidas. Caso a ficha apresente pendências, o supervisor responsável pode voltar directamente ao domicílio ou entregar novamente a ficha ao pesquisador para a actualização da informação.

Tarefa 3

Finalmente, as fichas aprovadas podem ser enviadas aos técnicos responsáveis pela digitalização dos dados e ao técnico de SIG para o lançamento dos dados no sistema. Deste modo, as informações socio-económicas obtidas deverão ser enviadas para a sistematização permitindo, assim, a elaboração de uma série de mapas temáticos e relatórios que poderão ser produzidos no momento da sistematização dos dados.

DIMENSÃO SOCIO-ORGANIZATIVA

A exploração de dados primários sobre a Dimensão Socio-organizativa na área de intervenção deve estar voltada para a identificação de informantes-chave, líderes, associações e instituições existentes.

As actividades podem ser desenvolvidas por **um ou dois pesquisadores da equipa social** e podem ser usadas como ferramentas os roteiros, mapas e plantas contendo a área de intervenção, máquinas fotográficas e equipamentos de áudio para registos das entrevistas caso sejam autorizados pelos actores locais.

1 IDENTIFICAÇÃO E ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE

Tarefa 1

Identificar os informantes-chave e líderes residentes na área de intervenção (líderes comunitários, secretários de bairro, chefes de quarteirão, moradores antigos, profissionais dos serviços locais, entre outros). Vale mencionar, novamente, que os informantes-chave não fornecem dados sobre a população residente na área de intervenção, mas informações sobre o local alvo do projecto.

Aqui devem ser **retomadas as tarefas realizadas anteriormente na Etapa 3** com o levantamento de dados primários voltados à dimensão socio-organizativa na macroárea (Consultar o Roteiro de Entrevistas). Devem ser aplicadas entrevistas e observações em campo por equipa social formada por **um ou dois pesquisadores** e os informantes-chave devem ser envolvidos nessas vistorias.

Figura 24 - Pesquisa das unidades habitacionais no Bairro Chamanculo C, Maputo



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo.

1 CONHECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES

Tarefa 1

Pesquisa das organizações e instituições actantes na área de intervenção a partir de vistorias realizadas por **um ou dois membros** da equipa social. A pesquisa primária deve levar em conta os aspectos já tratados no levantamento sócio-organizativo da macro área, destacando a investigação sobre a natureza e quantificação da cobertura de atendimento, localização, acessibilidade, demanda atendida das associações e instituições da área de educação, saúde, segurança e assistência social, desporto, cultura e lazer e das instituições religiosas existentes especificamente na área de intervenção.

DIMENSÃO FUNDIÁRIA

Na pesquisa da Dimensão Fundiária, um dos objectivos dos levantamentos de dados no Diagnóstico Integrado é prover informações para um futuro processo de regularização da posse da terra pelas famílias moradoras do assentamento.

A execução da actividade pode ser feita por **dois profissionais que integram a equipa urbanística** e para a colecta dos dados serão necessários **mapas e plantas** do local. Para registo das informações levantadas, os técnicos poderão fazer uso de equipamento fotográfico.

Figura 25 - Casa em caniço no bairro George Dimitrov, Maputo.



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo.

1 RECOLHA DE DADOS POR QUARTEIRÃO

Tarefa 1

Realizar pesquisa de limites, na qual as primeiras informações a serem recolhidas devem tratar do registo dos limites de quarteirões e bairros presentes na área de intervenção. Segundo o Manual de Regularização Massiva de DUATs do CMM, a equipa técnica deve consultar moradores que conheçam bem os limites do bairro e os limites de quarteirões devem ser indicados pelos chefes de quarteirões.

Para a realização desta tarefa são necessários dois técnicos da equipa urbanística, com conhecimento básicos de cartografia e prática de levantamentos de campo na área de engenharia ou arquitectura.

Tarefa 2

Recolha de dados por predominância (+51%) dos quarteirões:

- Forma de uso do talhão: residencial ou outros (segundo descrito no artigo 17 da Lei de Terras);
- Tipo de uso do talhão: que inclui as categorias residencial, comercial, institucional, de serviços, industrial ou outros;
- Tipo de acesso: se os talhões do quarteirão tem acesso directo à via pública ou através de um talhão vizinho.

ETAPA 5 - SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	82
DIMENSÃO URBANÍSTICO-AMBIENTAL	83
Actividade 1: Criação e alimentação de SIG	83
Actividade 2: Elaboração de Mapas Urbanísticos.....	84
Actividade 3: Elaboração de Mapas Ambientais	85
DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA.....	87
Actividade 1: Criação e alimentação do banco de dados da pesquisa amostral	87
Actividade 2: Criação e alimentação do banco de dados da pesquisa socio-económica (censitária).....	87
DIMENSÃO SOCIO-ORGANIZATIVA.....	88
Actividade 1: Sistematização de dados de lideranças locais e informantes-chave...	88
Actividade 2: Sistematização de dados sobre as Associações e Instituições	89
Actividade 3: Elaboração de Matriz de Stakeholders	90
DIMENSÃO FUNDIÁRIA.....	91
Actividade 1: Registo e espacialização das informações dos quarteirões	91

A Etapa 5 do Diagnóstico Integrado trata de organizar e sistematizar o extenso material levantado nas etapas precedentes de preparação das actividades, exploração de dados secundários e primários na macro área e área de intervenção. As bases de dados aqui sistematizados poderão ser armazenados de diferentes formas.

No caso das informações pesquisadas na Dimensão Urbanística-Ambiental serão necessárias a criação e alimentação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), a elaboração de mapas urbanísticos com os atributos levantados pelas equipas e ainda de mapas ambientais que retratem dos aspectos físicos-bióticos existentes no assentamento informal.

A sistematização dos aspectos da sócio-economia podem ser estruturados em dois bancos de dados que receberão as informações das pesquisas amostral e censitária.

Para a Dimensão Socio-organizativa, as entrevistas com os informantes-chave e o levantamento de associações e instituições devem também ser compilados em um banco de dados e ainda deverá ser elaborada uma matriz de stakeholders.

Finalmente, o levantamento da Dimensão Fundiária será registada pela equipa responsável e as informações deverão ser incorporadas ao banco de dados geográficos do projecto e posteriormente especializadas.

DIMENSÃO URBANÍSTICO-AMBIENTAL

ACTIVIDADE

1

CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE SIG

Tarefa 1

1 Criar um **Sistema de Informação Geográfica (SIG)** com a função de armazenar, sistematizar e permitir a análise, manuseio e apresentação de dados vinculados a um determinado recorte territorial. Capazes de armazenar e processar grandes volumes de informações em menos tempo e com um controle mais eficiente das fontes, os SIG agilizam os processos de consulta a informação e permitem o desenvolvimento de uma análise mais complexa e rápida, envolvendo um maior número de variáveis e alternativas. Tais características dão ao SIG um grande potencial em relação à sua aplicação na gestão de fenômenos territoriais fundamentados na integração multidisciplinar.

Os SIG permitem a interação de dados de diferentes naturezas, entre eles, geológicos, pedológicos, hidrográficos, a localização de infraestruturas, uso e cobertura da terra, distribuição da população (e os fatores socio-económicos relacionados) e acesso aos serviços, a definição de áreas que respondem a leis específicas, entre outros.

O SIG pode servir como instrumento eficaz para acompanhar o planeamento e gestão da Intervenção Integrada em Assentamentos Informais, considerando a participação dos diversos actores envolvidos no processo.

Esta tarefa compreende o trabalho de **um ou dois técnicos em geoprocessamento** e o tempo de execução pode ser de uma semana.

Tarefa 2

2 Construção de um **Banco de Dados Geográfico**. Ao construir um SIG, o banco de dados geográfico deve permitir relacionar feições geométricas aos dados alfanuméricos (tabelas). A modelagem deste banco é o processo através do qual são definidos os parâmetros para representação de dados/objectos da realidade no banco de dados informatizado. Deve incluir, entre outras definições, a escolha

do tipo e escala de representação, forma de apresentação e a implementação do banco (padrões, formas de armazenamento e estruturas de dados para implementar cada tipo de representação, os relacionamentos entre elas e as necessárias funções e métodos).

Tarefa 3

Construídos o SIG e o Banco de Dados, a tarefa seguinte envolve a **saída de informações**. A divulgação de dados por meio de mapas temáticos é a característica mais popular dos SIG, combinando informações de diferentes tipos (figuras, tabelas, gráficos e mapas vetoriais) e devendo ser compreensível para distintos públicos, inclusive por aqueles que são “leigos” em cartografia.

ELABORAÇÃO DE MAPAS URBANÍSTICOS

Tarefa 1

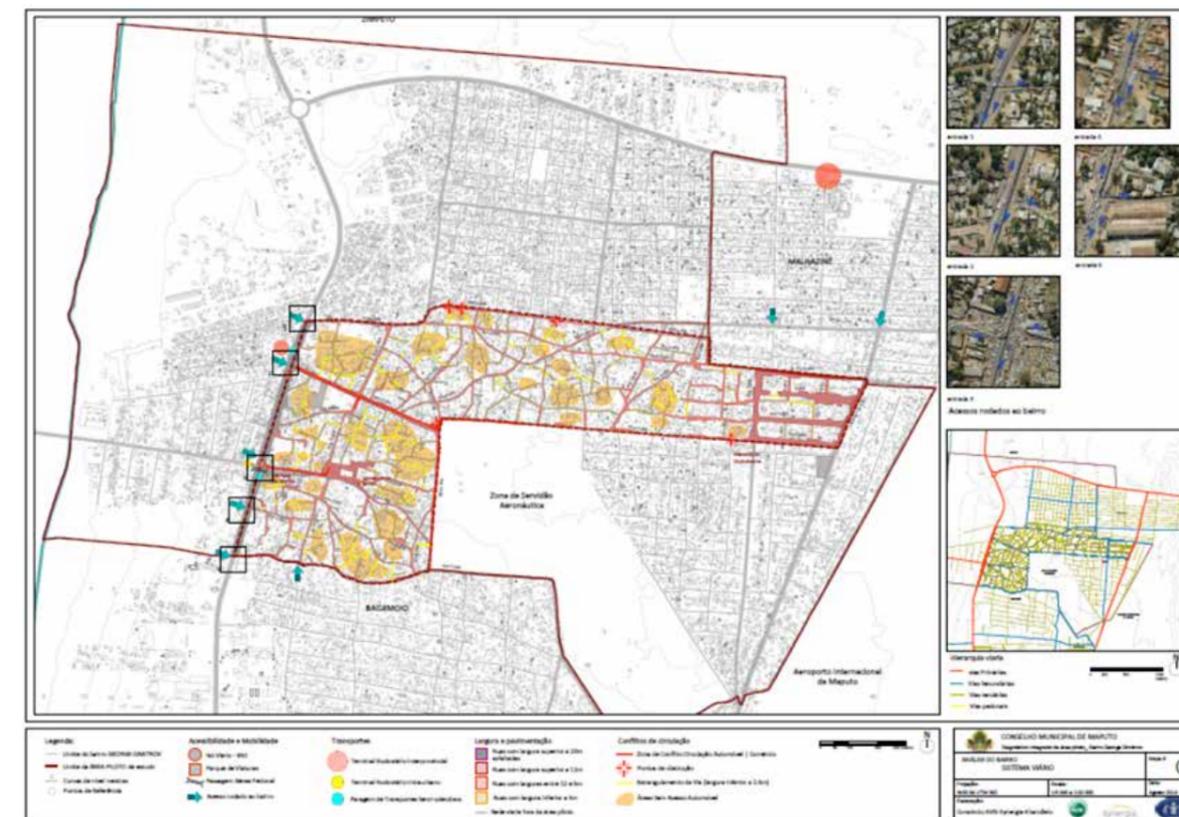
Elaborar **mapas temáticos com os componentes urbanísticos** levantados nas pesquisas secundária e primária. Diversos mapeamentos podem ser feitos por **um profissional de geoprocessamento**. Alguns exemplos de mapas temáticos podem ser vistos a seguir.

EXEMPLOS DE MAPAS URBANÍSTICOS QUE PODERÃO SER PRODUZIDOS



- Mapa de enquadramento territorial (1: 5.000 e 1: 100.000)
- Mapa de condicionantes e ordenamento (1: 5.000 e 1: 100.000)
- Análise do Bairro**
- Mapa do sistema viário (1: 5.000 e 1: 20.000)
- Mapa de uso do solo (1: 5.000)
- Mapa sobre equipamentos e espaços públicos (1:5.000)
- Mapa de drenagem e águas pluviais (1: 5.000 e 1: 20.000)
- Mapa de esgoto e RSU (1:5.000)
- Mapa de abastecimento de água (1:5.000)
- Mapa de eletricidade e telecomunicações (1:5.000)
- Análise dos quarteirões**
- Mapa sobre estrutura administrativa (1: 6.000)
- Mapa de densidade habitacional (1: 6.000)
- Mapa de densidade populacional (1: 6.000)
- Mapa de densidade construtiva (1: 6.000)
- Mapa percentagem de espaço público (1: 6.000)
- Análise dos domicílios**
- Mapa sobre tipo de talhão (1: 6.000)
- Mapa sobre Inundação do talhão (1: 6.000)
- Mapa de tempo de ocupação do talhão (1: 6.000)
- Mapa sobre materiais de vedação (1: 6.000)
- Mapa do uso do talhão para produzir alimentos (1: 6.000)
- Análise dos talhões**
- Mapa de regime de ocupação do domicílio (1: 6.000)
- Mapa do número de compartimentos no domicílio (1: 6.000)
- Mapa do número de famílias no domicílio (1: 6.000)
- Mapa do número de moradores no domicílio (1: 6.000)
- Mapa sobre os materiais de cobertura (1: 6.000)
- Mapa sobre os materiais das paredes externas (1: 6.000)
- Síntese**
- Mapa Síntese dos Pontos Fortes (1:5.000)
- Mapa Síntese dos Pontos Fracos (1:5.000)
- Mapa de Directrizes de Intervenção (1:5.000)

Figura 26 - Mapa do Sistema Viário do Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov.

ELABORAÇÃO DE MAPAS AMBIENTAIS

Tarefa 1

Organizar os parâmetros do meio físico e meio biótico levantados na macroárea e área de intervenção e espacializar os dados secundários e primários em mapas ambientais.

A **sistematização dos dados sobre clima, geomorfologia, solos e hidrologia** pode ser feita por **um técnico em geoprocessamento** e deve ser representada mediante mapas base e temáticos. Além dos mapas, a sistematização também pode ser organizada sob a forma de relatórios técnicos que apresentem a diversidade de informações levantadas ao longo da pesquisa ambiental. Para esta tarefa estima-se que o profissional responsável utilize entre uma a duas semanas de trabalho.

Os dados do meio físico podem ser qualificados e quantificados nos mapas, sendo apresentados os principais aspectos que interferem nas condições de vida dos moradores. Já a organização dos dados bióticos permitirá dimensionar as condições dos ecossistemas naturais, o potencial florestal e a existência de áreas degradadas na área de intervenção.

Dentre os mapeamentos ambientais que poderão ser gerados com a sistematização dos dados primários e secundários da macro área, destacam-se, por exemplo, os mapas sobre as áreas degradadas por processos erosivos, sobretudo de encostas que podem promover deslizamentos de diferentes intensidades, mapas de cobertura vegetal indicando focos de desmatamento, entre outros.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

MAPAS AMBIENTAIS QUE PODERÃO SER PRODUZIDOS



Mapa da Morfologia do Terreno (1:10.000) com a fisiografia, hipsometria, declives e exposições

Mapa de Risco (1:5.000 e 1:20.000) com as áreas inundáveis, declives, áreas com iluminação precária e depósitos de resíduos a céu aberto

Mapa sobre o Sistema Ambiental (1:5.000 e 1:100.000) – com as áreas de proteção ambiental e áreas de valor paisagístico

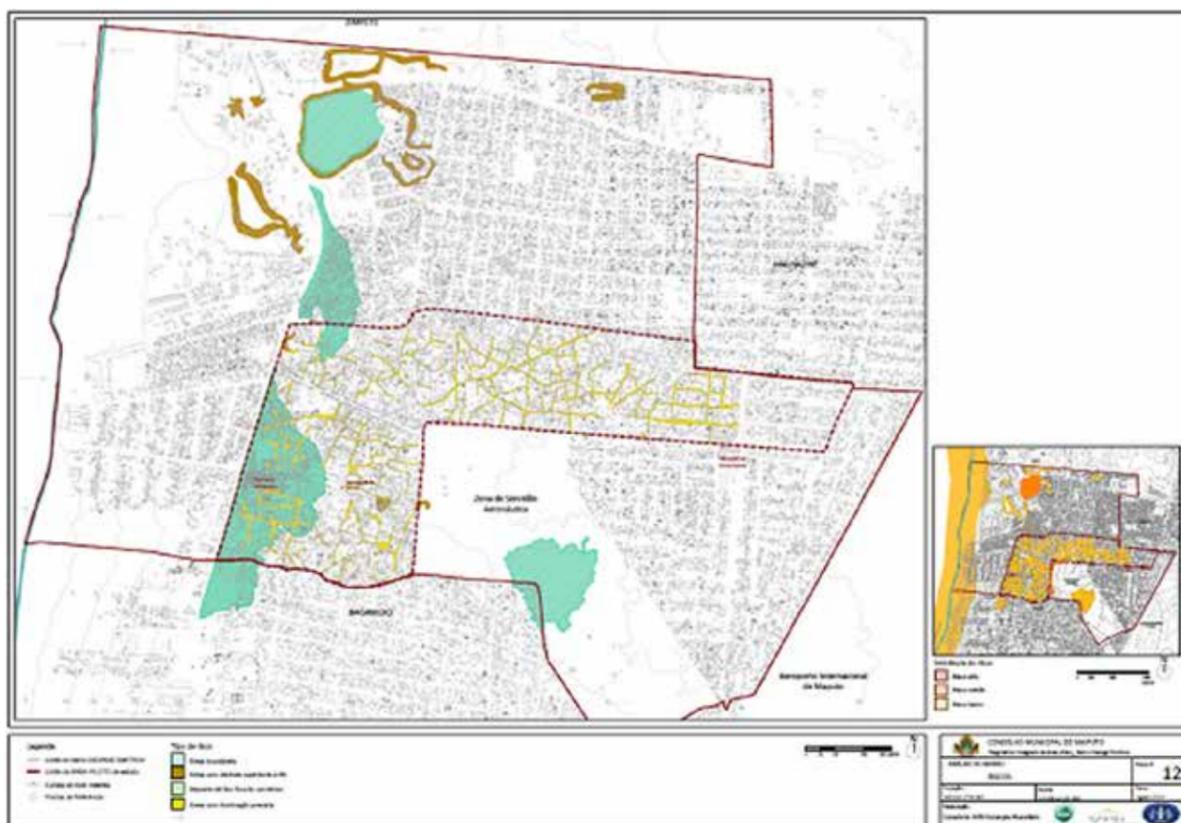
Figura 27 - Zonas de inundação na época de chuvas, Maputo.



Fonte: AVSI-Synergia-Khandlelo

Exemplo de mapeamento de área sujeita a alagamento no bairro George Dimitrov devido às características topográficas do terreno e da impermeabilização do solo pela presença de barreiras que impedem a drenagem de águas superficiais. Este levantamento é extremamente importante para mensurar as inundações/enchentes na macroárea (e ainda área piloto) e que afectam directamente as condições de vida dos moradores, causando problemas de habitabilidade, saúde pública, circulação da população na área, entre outros.

Figura 28 - Mapa de Risco do Bairro George Dimitrov, Maputo.



Fonte: CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov

DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO BANCO DE DADOS DA PESQUISA AMOSTRAL

Tarefa 1

Criar um **Banco de Dados** para o lançamento e organização das informações primárias recolhidas na macro área do projecto. Além do mais, o conjunto de dados secundários disponíveis nos diversos levantamentos realizados anteriormente também fará parte das informações organizadas no banco de dados construído nesta actividade. **Um técnico social** poderá realizar esta tarefa e a sua execução deve levar duas semanas de trabalho.

Os dados precisam ser armazenados em um sistema SPSS ou outro software voltado para a análise estatística de dados que utiliza menus e janelas de diálogo para a realização de cálculos complexos; sendo que os resultados são autoexplicativos e podem ser visualizados de forma simples. Caso sejam identificadas inconsistências deve ser considerado o retorno à área de intervenção para uma nova aplicação do instrumental de pesquisa, direcionado apenas ao levantamento das informações divergentes.

Tarefa 2

Criado o banco de dados, a equipa de trabalho deverá cruzar as pesquisas (secundárias e primárias) e preparar **mapas temáticos** com as principais informações sistematizadas. Outros produtos que deverão ser feitos nesta actividade pela equipa se referem aos **gráficos, tabelas e quadros**, bem como um **Relatório Técnico** produzido pelo supervisor. O Relatório deve ser elaborado com, no mínimo, a seguinte estrutura: Introdução, Descrição da Pesquisa, Principais Resultados e Considerações Finais.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO BANCO DE DADOS DA PESQUISA SOCIO-ECONÓMICA (CENSITÁRIA)

Tarefa 1

Organizar e sistematizar todas as informações primárias obtidas nas pesquisas realizadas nas unidades habitacionais localizadas na área de intervenção do assentamento informal. Esta tarefa compreende a transcrição e sistematização dos dados primários e entrevistas, necessitando preferencialmente de **um profissional da área social** e duas semanas para o desenvolvimento da actividade.

Nesta actividade, as informações também devem ser armazenadas em um **Banco de Dados** em sistema SPSS ou similar e ocorrendo imprecisão das informações colectadas, o pesquisador deve retornar à unidade habitacional para aplicação de nova entrevista.

Tarefa 2

A partir da sistematização da pesquisa socio-económica, o **coordenador da equipa** deve elaborar um **Relatório Técnico**, ou seja, um documento contendo os dados brutos da pesquisa, incluindo **gráficos e tabelas** que evidenciem as variáveis levantadas. O Relatório deve ser estruturado com itens referentes à Introdução, Descrição da Pesquisa, Principais Resultados e Considerações Finais. A equipa técnica deverá produzir ainda diversos mapas temáticos que espacializem as informações tratadas e poderão ser utilizados no Diagnóstico Integrado (DI).

DIMENSÃO SOCIO-ORGANIZATIVA

ACTIVIDADE

1 SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS DE LIDERANÇAS LOCAIS E INFORMANTES-CHAVE

2 Tarefa 1

Organização dos dados recolhidos junto ao conjunto de informantes-chave identificados e entrevistados nas fases de exploração de dados primários na macro área e área de intervenção. Esta tarefa pode ser desenvolvida por **um técnico social** e deve abranger pelo menos uma semana de trabalho.

5 Tarefa 2

Criação de um **Banco de Dados** constando os contactos dos **líderes e informantes-chave**, bem como informações relevantes sobre as áreas do projecto e os registos das reuniões e entrevistas realizadas. O Banco de Dados deverá ser constantemente alimentado e actualizado durante todo o processo de Intervenção Integrada.

Figura 29 - Encontro com vendedores informais no Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

ACTIVIDADE

1 SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS SOBRE AS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES

2 Tarefa 1

Registo e **organização dos dados colectados** durante a etapa de exploração de dados primários **sobre as associações e instituições investigadas na macro área e área de intervenção**. A actividade de sistematização envolve entre uma e duas semanas para a execução.

5 Tarefa 2

As informações resultantes dos vários levantamentos deverão ser sistematizadas em um **Banco de Dados** sobre as **Associações e Organizações** por um **técnico social**. As informações recolhidas em campo devem ser digitadas em um Banco de Dados e posteriormente tabuladas seguindo a estrutura dos instrumentais voltados para a pesquisa socio-organizativa e já apresentada por este Manual (Etapas 3 e 4). O Banco de Dados deverá ser actualizado durante a etapa de Intervenção Integrada. Deste modo, poderão ser construídos mapas e gráficos que resumam as principais informações:

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO DOS DADOS SOBRE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS



Tipologia da instituição (natureza institucional).

Sectores de actuação da instituição (Habitat, saúde, família, educação, trabalho e qualificação profissional, segurança, desporto e lazer, outros).

Localização da sede, estrutura física.

Principais projectos desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Tipologia dos beneficiários.

Área de abrangência e de influência (na macroárea).

Principais projectos planeados para o futuro na macro área.

Tarefa 3

O coordenador da equipa deverá elaborar um **Relatório Técnico** que subsidiará as acções seguintes do trabalho. O Relatório deve conter itens como Introdução, Descrição da Pesquisa, Principais Resultados (ilustrados com gráfico, tabelas e registos fotográficos) e Considerações Finais.

Figura 30 - Apresentação dos resultados do Diagnóstico no Bairro Chamanculo C, Maputo



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

ELABORAÇÃO DE MATRIZ DE STAKEHOLDERS

A sistematização do estudo dos stakeholders passa pela sua identificação e classificação, resultando na organização dos dados recolhidos em forma de uma Matriz. Para elaborar a Matriz, cabe lembrar que o estudo dos stakeholders buscará:

- Identificar os stakeholders;
- Qualificar os stakeholders;
- Analisar os stakeholders (oportunidades, riscos e potencial de criação de valor compartilhado);

Tarefa 1. Registo da Identificação de stakeholders

Serão considerados stakeholders, além de autoridades (governos, autarquias, poder legislativo) e outros empreendedores que tenham interesses ou relações com as actividades do projecto, com o desenvolvimento local ou que sejam julgados interessantes para o PDLI.

Das conversas informais com lideranças, das fontes secundárias pesquisadas, das reuniões realizadas e dos contactos para realização do Diagnóstico Integrado será extraída uma listagem preliminar de stakeholders, com uma projecção de relevância, indicando as principais categorias de actores que possam influenciar ou ser influenciados pelo projecto a partir de:

- Inputs:** Governo, ministérios, empresas concessionárias de serviços, associações de classe e parceiros institucionais;
- Outputs:** sociedade organizada (organizações da sociedade civil, movimentos sociais e ambientais, voluntários actuantes nas comunidades, organizações de base, partidos políticos, igrejas, etc.), comunidades locais e de fora da área de intervenção envolvidas na cadeia de desenvolvimento local, media, universidades e centros de pesquisa, empreendedores;
- Governança:** membros de Conselhos e Comitês relacionados ao Projecto.

Tarefa 2. Qualificação de stakeholders

Após a realização das entrevistas e recolha de dados primários e secundários, haverá uma classificação dos stakeholders indicando:

QUALIFICAÇÃO DE STAKEHOLDERS



- Representatividade;
- Temas de interesse;
- Tipo de actuação de cada agente;
- Principal finalidade da organização/ liderança;
- Interlocutores-chave;
- Necessidades e/ou expectativas;
- Potencial de parceria;
- Reconhecimento da actuação por outras entidades /comunidades;
- Escala territorial de reconhecimento.

BOX 12. O QUE SÃO STAKEHOLDERS?

Os stakeholders são todos os indivíduos ou organizações que interagem no ambiente interno e externo ao projecto e são portadores de interesses, expectativas e demandas sobre o projecto porque o afectam ou são por ele afectados.

A base de dados contemplando as informações de identificação e qualificação dos stakeholders deve ser actualizada permanentemente, com a revisão analítica que indique a mobilidade de actores e opiniões frente a factores influenciadores sobre cada grupo social.

Figura 31 - Exemplo de Estrutura de Matriz de Stakeholders

Nível	Entidade	Finalidade da organização	Competências	Stakeholder
Institucional, Comunitário, Misto	Nome da organização	Missão, objectivos	Acções desenvolvidas pela organização/ competências	Nome do representante
Cargo/ Função	Tipo de actuação	Interesse	Nível de interesse	Visão sobre o território
Cargo ou posição, formal ou informal	Competências	Temas de interesse "issues"	Alto, médio, baixo	

DIMENSÃO FUNDIÁRIA

REGISTO E ESPACIALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DOS QUARTEIRÕES

A análise de cada quarteirão deve ser realizada com o objectivo de caracterizar a urbanização dos quarteirões do assentamento, para vir a subsidiar a escolha futura das variantes de registo a adoptar, caso a área seja objecto de um processo de RMD.

Tarefa 1

Incorporar os dados levantados a Geodatabase - As informações do levantamento de dados primários devem ser incorporadas ao banco de dados geográficos do projecto, através da criação de campos como: Forma de uso predominante, Tipo de Uso predominante e Tipo de Acesso predominante para cada quarteirão do assentamento.

Tarefa 2

Elaborar mapa com quarteirões segundo predominância de:

- Forma de uso: residencial ou outros (segundo descrito no artigo 17 da Lei de Terras);
- Tipo de uso: que inclui as categorias residencial, comercial, institucional, de serviços, industrial ou outros;
- Tipo de acesso: se os talhões do quarteirão têm acesso directo à via pública ou através de um talhão vizinho. Segundo o Manual de RMD, este factor irá ditar o deferimento ou indeferimento para atribuição de DUAT.

ANÁLISES E CONCLUSÕES

ETAPA 6 - ANÁLISES E CONCLUSÕES	92
DIMENSÃO URBANÍSTICO-AMBIENTAL	93
Actividade 1: Análise de Dados Urbanísticos	93
Actividade 2: Análise de Dados Ambientais	93
DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA	94
Actividade 1: Análise dos Dados de Socio-economia	94
DIMENSÃO SOCIO-ORGANIZATIVA	95
Actividade 1: Análise dos Dados Sócio-organizativos	95

DIMENSÃO URBANÍSTICO-AMBIENTAL

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

ANÁLISE DE DADOS URBANÍSTICOS

Tarefa 1

As informações sistematizadas dos aspectos urbanísticos, mapeadas e organizadas nas três temáticas (rede de infraestrutura, uso do solo e paisagem) devem permitir a sobreposição, articulação e correlação dos resultados a fim de indicar as fragilidades e potencialidades da macroárea e da área de intervenção.

As análises devem ser representadas por **elementos textuais, gráficos, tabelas e planilhas**, além de mapas temáticos georreferenciados nas escalas pertinentes às disciplinas, âmbitos espaciais e abordagens específicas.

A análise das informações presentes na macro área e área de intervenção devem apontar para hipóteses de transformação cuja viabilidade técnica, financeira, social e política deve ser sucessivamente verificada, ajustada e legitimada, em âmbito técnico, administrativo e, sobretudo, participativo. Esta tarefa pode ser feita pelo **supervisor ou técnico especializado em planeamento e/ou urbanismo**, devendo levar em torno de duas a três semanas para ser realizada.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

ANÁLISE DE DADOS AMBIENTAIS

Tarefa 1

Analisar os **atributos físicos-bióticos** identificados na macro área e ainda na área de intervenção do assentamento irregular em busca de conhecer e futuramente mitigar os problemas ambientais que afectam a vida da população local, especialmente dos moradores mais vulneráveis. Compreender a **dimensão ambiental em sua origem, estrutura e dinâmica** e, deste modo, sinalizar os possíveis **riscos e as medidas de intervenção/correção** nos casos de desequilíbrios ambientais.

Um pressuposto essencial para a análise dos aspectos ambientais da macro área e área de intervenção envolve os **mapeamentos** levantados nas actividades preparatórias (Etapa 1) e daqueles sistematizados (Etapa 5). O uso destes produtos cartográficos permitirá uma melhor interpretação das condições ambientais e, assim, poderá indicar as medidas prioritárias para eventuais intervenções e ainda orientar as acções mais adequadas para a melhoria da qualidade urbana da macro área e da área de intervenção.

Além dos mapeamentos temáticos, os relatórios, cartas topográficas e geomorfológicas levantados nas pesquisas secundárias reúnem importantes subsídios para os pesquisadores preverem uma série de eventos ambientais. Uma rigorosa revisão do quadro actual físico-biótico e ecológico exige um **esforço notadamente interdisciplinar** e de visualização do cenário preexistente na macro área para detectar os principais problemas que se sobrepõem e/ou que se combinam. Esta tarefa deve ser realizada por um especialista da área ambiental e que possua expertise nos temas tratados pelo projecto. Estima-se que esta análise seja cumprida entre duas e três semanas de trabalho pelo técnico responsável.

A avaliação ambiental dos atributos físicos e bióticos deve considerar também a questão da escala territorial tendo em vista que os diversos fenômenos ambientais

estudados ultrapassam os limites da macro área e abrangem frequentemente o espaço regional e até mesmo macrorregional, como o clima, por exemplo.

A análise deve ser aprofundada nos casos de **identificação de áreas impróprias** para a ocupação humana e expansão urbana inadequada. A interpretação dos atributos climáticos, combinados com a análise dos aspectos morfológicos, litológicos e ecológicos do terreno, pode auxiliar na previsão de impactos de diversas ordens, escalas e magnitudes. A avaliação desses componentes físicos e bióticos pode ser focada nos eventos de maior relevância e de riscos para a população, como a **prevenção de inundações e de movimentos de massas do solo (deslizamentos), recuperação de áreas degradadas, preservação de mananciais**, entre outros.

No caso dos assentamentos irregulares de Maputo, a ocupação de áreas impróprias, como encostas de morros, áreas de preservação e margens de rios, por exemplo, interferem diretamente na qualidade ambiental do macro e micro território. Esta ocupação espacial inadequada produz impactos na qualidade da água, intensifica os processos erosivos, provoca a perda de vegetação, ameaça as espécies vegetais e animais, entre outras várias interferências no meio ambiente e paralelamente na saúde humana. Deste modo, visando um melhor uso do espaço, esses aspectos precisam ser estudados juntamente com as dinâmicas de uso e ocupação do solo, dentre elas, as infraestruturas urbanas instaladas com os sistemas de drenagem, depósitos de resíduos sólidos, formas de abastecimento de água e energia eléctrica e de drenagem residual.

Finalmente, os produtos gerados poderão apontar, previamente, as acções de intervenção técnica e as directrizes de gestão e monitorização ambiental para a macro área e na área de intervenção.

No caso do tema sobre **demografia**, por exemplo, as análises devem observar a lógica do crescimento e densidade populacional e confrontar com a distribuição/ocupação do assentamento informal. Além disso, as informações sobre demografia devem sinalizar o perfil dos agregados familiares da área de intervenção e assim avaliar simultaneamente com outros componentes de análise (habitabilidade, educação e saúde) as condições e a qualidade de vida dos moradores.

O estudo das **actividades económicas** pode apontar a diversidade de funções e sectores nos quais a população local está envolvida e assim direccionar futuras acções para a dinamização de alguma área específica, bem como para a geração de renda e emprego.

Outro aspecto revelador da pesquisa socio-económica envolve as **questões de saúde** dos agregados familiares e sua avaliação deve apontar as doenças, deficiências e os programas de saúde que atendem a população e, desta forma, propiciar a implementação de acções que atendam os moradores. Posteriormente, essas informações devem ser confrontadas com os demais dados levantados por esta dimensão de pesquisa e com os aspectos urbanísticos e ambiental, sobretudo no que diz respeito à abrangência da rede sanitária na área de intervenção.

Figura 32 - Mercado informal no Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA

ACTIVIDADE

1

ANÁLISE DOS DADOS DE SOCIOECONOMIA

2

Tarefa 1

Os dados de pesquisa levantados e sistematizados nos passos supracitados neste Manual permitirão a **análise Socio-económicos e das condições de vida da população** para o pleno conhecimento da realidade local e, assim, **identificar as variáveis prioritárias** para os futuros investimentos no assentamento informal. Deste modo, ancorados nos materiais e dados quantitativos e qualitativos sistematizados, os aspectos socio-económicos deverão ser consolidados nesta actividade, possibilitando que estes resultados subsidiem a elaboração do Diagnóstico Integrado (DI). Para tanto, as análises contarão com as informações disponibilizadas nos produtos cartográficos, tabelas e quadros e do conteúdo tratado nos relatórios produzidos no passo anterior.

Os diversos temas investigados nas pesquisas primária e secundária devem ser analisados sectorialmente e, posteriormente, em conjunto para a elaboração de um **quadro geral das principais características sociais e económicas**, sendo as interpretações feitas por **um técnico experiente** a fim de detalhar os resultados nos produtos finais que serão incorporados no DI. O tempo para execução desta actividade deve compreender entre duas ou três semanas.

3

4

5

DIMENSÃO SOCIO-ORGANIZATIVA

ACTIVIDADE

1

ANÁLISE DOS DADOS SÓCIO-ORGANIZATIVOS

2

Tarefa 1

Análise e caracterização do conjunto de actores sociais actantes tanto na macro área como na área de intervenção. A análise das informações referentes aos informantes-chave, associações e instituições funcionará como uma fonte direta para o conhecimento da demanda da população de um modo geral. Além disso, permitirá ampliar o conhecimento do contexto local e levantar possíveis elementos limitadores e/ou potencializadores que eventualmente possam interferir no processo de intervenção futura. A tarefa pode ser realizada em duas ou três semanas por **um especialista da área social**.

3

4

5

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO	96
Actividade 1: Síntese dos dados por dimensão	97
Actividade 2: Elaboração de Matriz FOFA.....	97
Actividade 3: Elaboração de Directivas para o PDLI	100

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

SÍNTESE DOS DADOS POR DIMENSÃO

Tarefa 1

Finalizada a **Etapa das Análises e Conclusões**, a equipa de supervisão deve especificar as problemáticas e potencialidades levantadas em cada uma das dimensões (urbanístico-ambiental, socio-económica e socio-organizativa) e, posteriormente, comparar e cruzar esses elementos de modo que seja produzida uma **síntese** e assim torne viável a elaboração do **Diagnóstico Integrado**.

Figura 33 - Levantamento de dados no Bairro Chamanculo C, Maputo



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

ELABORAÇÃO DE MATRIZ FOFA

Tarefa 1

Em se tratando de fornecer subsídio (matéria prima) para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o Diagnóstico Integrado deve encaminhar hipóteses e/ou directrizes a partir das sínteses elaboradas pelo próprio diagnóstico.

O primeiro passo é a construção de **Matriz FOFA**¹ — Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça —, na qual se estabelecem as **principais linhas ou idéias força da análise**, bem assim as relações nas quais determinadas condições presentes (fortes e frágeis, internas e externas) à cada situação se contrapõem vectores presentes ou tendenciais, que se mostrem como risco ou oportunidade para ampliar as vantagens daquela situação ou para mitigar seus efeitos negativos.

¹Tradução da sigla inglesa SWOT (Strength, Weakness, Opportunity, Threat).

Figura 34

EXEMPLO DE MATRIZ FOFA

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização nas imediações de uma das principais vias de acesso a Maputo para o Norte do País; ▪ Boas condições de dispersão atmosférica face à proximidade do litoral e ao regime de ventos; ▪ Morfologia suave e exposição solar favorável; Baixo risco de erosão; ▪ Área urbana com uma forte presença de espécies vegetais, arbustivas e arbóreas que minimiza processos de erosão do solo e confere conforto bioclimático e visual; ▪ Existência de inúmeros equipamentos que poderão servir como âncoras aos processos de qualificação e estruturar espaços de socialização e novas centralidades; ▪ Forte implantação de igrejas que estruturam redes de relações sociais, alargando a sua acção a aspectos assistenciais, de solidariedade, apoio e convivência; ▪ Bom nível de capacitação básica da população; ▪ Densidade média de urbanização. Espaços livres de utilização pública e privada nos quarteirões e quintais em torno das habitações, com vegetação dispersa sobretudo árvores de fruto e arbustos; ▪ Convivência da comunidade e respeito pelo espaço/bens de cada um. Apesar da insegurança em relação à propriedade/ocupação; ▪ Preocupação da população em melhorar as suas condições de habitabilidade e investimento na melhoria da habitação e no espaço exterior das casas; ▪ Estrutura de governação e administração local com representação ao nível do bairro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Níveis freáticos superficiais, dificultando a infiltração das águas pluviais; ▪ Problemas de congestionamento rodoviário na N1; ▪ Existência de constrangimentos ao nível da oferta de transportes públicos; ▪ Existência de ‘áreas tampão’ que impedem a continuidade da malha urbana no sentido Nascente-Poente – a EN1 e a Servidão da Aeronáutica; ▪ Ausência de espaços públicos e áreas verdes devidamente tratadas e infra estruturadas (espaços públicos são espaços de ninguém); ▪ Carências ao nível dos equipamentos sociais primários; ▪ Ausência de infra estruturas de drenagem de águas residuais e pluviais que levam à inundaçao de uma parte significativa do bairro quando chove (grave problema de saúde pública); ▪ Deficiências graves ao nível do saneamento básico – latrinas e fossas de deficiente eficácia.; ▪ Carências na recolha e transporte de resíduos sólidos domésticos traduzindo-se na sua dispersão pelos espaços públicos do bairro; ▪ Abastecimento de água deficiente sem controlo da qualidade; ▪ Rede de distribuição de energia deficiente e com bastantes fragilidades; ▪ Existência de debilidades ao nível da iluminação pública; ▪ Problemas referenciados de insegurança pública e de criminalidade; ▪ Níveis elevados de desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão do abastecimento de água pela rede municipal do FIPAG ou de sistemas melhorados de distribuição de água; ▪ Crescimento populacional associado à capacidade de atracção da população; ▪ Melhoria da escolaridade da população; ▪ Potencial para o desenvolvimento empresarial, industrial e logístico, associado às acessibilidades, com potencial impacte ao nível da criação de emprego; ▪ Potencial da área de intervenção associado a uma malha urbana interessante e a um movimento individual de melhoria das habitações que pode ser estimulado e dirigido para o ‘espaço comum’; ▪ Existência de um espaço público com caracter de centralidade e um forte potencial na estruturação da malha e na afirmação de um espaço de sociabilização. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Situações episódicas de degradação da qualidade do ar em função de emissões pontuais ou do levantamento de material particulado para o ar (poeiras), também devido à circulação nas ruas não asfaltadas; ▪ Incapacidade de controlo de riscos de poluição das águas superficiais e subterrâneas (riscos de contaminação), com um potencial problema de saúde pública a curto e médio prazo; ▪ Risco de agravamento das situações de inundaçao a médio/longo prazo se não forem criadas medidas para conter o processo de densificação e aumento das áreas impermeabilizadas com consequências potencialmente graves nas condições de habitabilidade e saúde pública, águas estagnadas e poluídas, assim como na utilização dos espaços; ▪ Densificação elevada da ocupação urbana e populacional (face à pressão do crescimento demográfico registado) com consequências nas condições ambientais e de habitabilidade; ▪ Incapacidade em mobilizar os investidores para se aliarem como parceiros na construção de um caminho comum.

ELABORAÇÃO DE DIRECTIVAS PARA O PDLI

Tarefa 1

O Diagnóstico Integrado (DI) produz o quadro a partir do qual serão apresentadas as propostas de melhoria para a macro área e a área de intervenção física. Para tanto, deve estabelecer directrizes (áreas temáticas) para nortear as acções a serem financiadas com recursos do projecto e eventualmente oriundos de articulação com outros actores públicos e privados.

Portanto, acções que favoreçam o desenvolvimento deverão ser acções voltadas a criar condições básicas a partir das quais as pessoas, livremente, poderão actuar em favor de seu próprio desenvolvimento. Isso é de fundamental importância quando se pensa que um PDLI deve ser monitorado e assim serem medidos os seus resultados.

O DI poderá somente indicar as principais directrizes (ou temáticas) para que, a partir destas, possam ser pensadas acções específicas que favoreçam o desencadeamento deste processo. A depender da leitura dos recursos e das necessidades da área física de intervenção e da macro área realizada através do DI, poderão ser priorizados os seguintes temas:

- **Habitação;**
- **Infraestrutura;**
- **Serviços (educação, saúde, segurança);**
- **Trabalho e renda;**
- **Desenvolvimento comunitário e fortalecimento da sociedade civil.**

Figura 35 - Comércio informal no Bairro George Dimitrov, Maputo



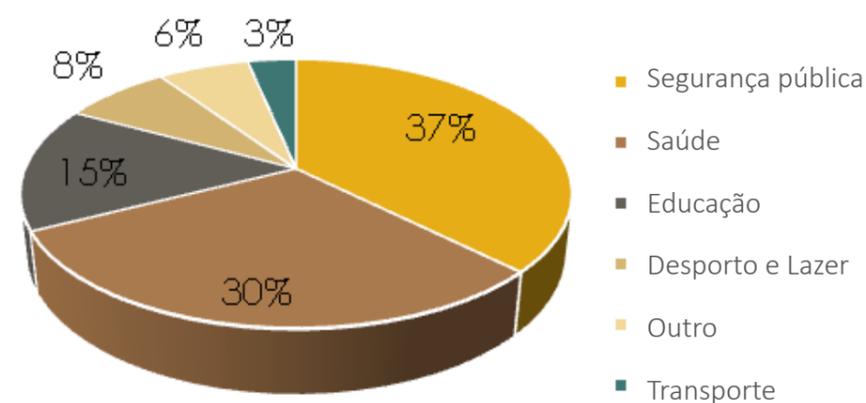
Fonte - AVSI - Synergia - Khandlelo

A **equipa técnica e social** deverá verificar a correspondência destas directrizes no território a partir dos dados evidenciados no DI. Dentro de cada área deverão ser indicadas as **acções prioritárias**, pois os recursos disponíveis em qualquer projecto nunca são suficientes para responder a todas as necessidades evidenciadas. Portanto, é fundamental priorizar aquelas acções que tenham um valor mais estratégico para a comunidade e obter as informações relevantes a partir do DI. Além disso, **parâmetros de avaliação** deverão ser associados aos **princípios metodológicos**, entre eles:

- **Visão de desenvolvimento integrado**
- **Valorizar o positivo**
- **Participação comunitária**
- **Fortalecimento das associações**
- **Parcerias e arranjos institucionais**

Se o DI, por exemplo, identificar uma carência de estruturas educativas destinadas ao público infantil e este dado for confirmado pela comunidade como prioritário, o projecto poderá responder a esta necessidade, porém seguindo as indicações metodológicas (antes de construir uma nova estrutura educativa, deverá verificar a existência na comunidade de recursos ligados a esta directriz). No caso em que existam uma ou mais associações que desenvolvem projectos de educação infantil na área, o projecto poderá optar por fortalecer a actuação destas associações (com diferentes acções de infraestrutura, formativas, de regularização, fortalecimento institucional, etc.) no lugar de investir recursos para realizar um novo projecto ou construir uma nova estrutura educativa, procurando parcerias, sinergias com outros actores, valorizando a acção comunitária e favorecendo a participação comunitária.

Figura 36 - Resultado da pesquisa sobre as principais carências do bairro George Dimitrov.



Fonte - CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov

Figura 37 - Exemplo de Directrizes do Diagnóstico Integrado

DIRECTRIZES	DADO LEVANTADO	POPULAÇÃO	ÂMBITOS PRIORITÁRIOS DE ACÇÃO
Infra estrutura e serviços	Sistema viário com pontos de estrangulamento e dificuldade de acessibilidade	Em toda a área piloto	Identificação de critérios para a redução dos pontos de estrangulamento e implementação de mudanças no sistema viário Reabilitação das principais vias de acesso a área e manutenção das novas infra-estruturas viárias reabilitadas
	Falta de áreas de desporto/lazer e de áreas para organizar eventos e encontros entre os moradores	Em toda a área piloto	Identificação das áreas que podem ser utilizadas para criar novos espaços de desporto e lazer Identificação das áreas que podem ser utilizadas para criar novos pontos de encontro entre a comunidade
	Baixa qualidade do abastecimento de água potável e fornecimento da energia eléctrica	Uma parte da área piloto (dificuldade de acesso aos serviços)	Verificação preliminar da situação de abastecimento de água e energia eléctrica das famílias Acordo com a instituição distribuidora para uma revisão das condições de abastecimento de água e fornecimento da energia eléctrica
	Baixa qualidade da iluminação pública	Em toda a área piloto	Identificação das vias que podem ser iluminadas e criação de novos pontos de iluminação
	Presença de várias antenas de telefonia perto das habitações	Talhões próximos as antenas	Acordo com as companhias de telefonia para instalar novos pontos em espaços mais adequados
	Dificuldade de acesso a área	Em toda a área piloto	Melhorar o sistema de acesso, em particular resolvendo a dificuldade de entrada na área para quem vem da cidade
	Dificuldade de acesso ao transporte público	Uma parte da área piloto que é distante de Av. de Moçambique	Verificação e criação das condições para a entrada do transporte público na área piloto
	Mercado desorganizado e "dumba-nengue" nas ruas	Algumas partes da área piloto	Verificação da possibilidade de reordenar o mercado e criar espaços adequados para os "dumba-nengue"

DIRECTRIZES	DADO LEVANTADO	POPULAÇÃO	ÂMBITOS PRIORITÁRIOS DE ACÇÃO
Segurança	Área livre de propriedade da Aeronáutica	Área da Aeronáutica	Acordo com a Aeronáutica para verificar as condições de uso da área por parte da comunidade
	Baixa qualidade da iluminação pública, sobretudo nos becos	Em toda a área piloto	Identificação das vias que podem ser iluminadas e criação de novos pontos de iluminação
Serviços sociais	Carência de serviços educativos	Em toda a área piloto	Fortalecimento dos serviços existentes/ ampliação dos serviços/formação do pessoal
	Carência de serviços de saúde	Em toda a área piloto	Fortalecimento dos serviços existentes/ ampliação dos serviços/formação do pessoal
	Carência de áreas de lazer	Em toda a área piloto	Fortalecimento dos serviços existentes/ ampliação dos serviços/formação do pessoal

Figura 38 - Área inundada no Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI - Synergia - Khandlelo



CAPÍTULO IV METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO PDLI

Figura 39 - Espaço público no Bairro George Dimitrov, Maputo

Fonte - AVSI - Synergia - Khandlelo

1. O QUE É E PARA QUE SERVE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO

Figura 40 - Estudantes da escola primária do Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI - Synergia - Khandlelo

Após a elaboração do Diagnóstico Integrado, tem início a fase de planeamento e proposição de acções e projectos para promover o desenvolvimento integrado e sustentável do assentamento. Nesta fase é elaborado o chamado Plano de Desenvolvimento Integrado, o PDLI.

O PDLI deve tornar-se um instrumento de referência do Conselho Municipal para o desenvolvimento da área objecto de intervenção, prevendo acções estruturais, tanto de cunho físico como de cunho social, discutidas e aprovadas pela comunidade local e demais actores sociais.

Por abordar acções e projectos que deverão acontecer a curto, médio e longo prazo, o PDLI é um Plano Estratégico, que identifica e hierarquiza as acções considerando a legislação, os interesses da comunidade afectada, a viabilidade técnica e a disponibilidade orçamental.

É importante lembrar que o PDLI faz parte do início de um processo de mudança que ocorre progressivamente, um percurso para o desenvolvimento que deve manter diálogo com o processo de desenvolvimento global da cidade, e que compreende as dimensões urbanística-ambiental, socio-económica, socio-organizativa e jurídica. Por isso, a metodologia pressupõe a mobilização da comunidade local e de distintos actores da sociedade civil, governo e empresas para avaliar, hierarquizar e validar as propostas apresentadas pelo grupo técnico responsável pelo desenvolvimento do Plano.

BOX 13 – O QUE É O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL?

“É um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgir de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se das suas vantagens locais”. (Franco, 1998, p.1)²

O PDLI deve ser elaborado com base no diagnóstico integrado, considerando tanto as análises técnicas como também os inputs da população residente e demais stakeholders consultados na fase de conhecimento da área. Igualmente, o PDLI deve atender toda a legislação ambiental e urbanística vigente no momento da sua preparação.

²FRANCO, Augusto. *Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável. Cadernos Comunidade Solidária, nº 6, junho de 1998, IPEA, Brasília.*

No que toca a legislação urbanística, interessa estabelecer uma relação entre o PDLI e um instrumento de ordenamento territorial. Na falta de um instrumento de gestão territorial (Plano de Urbanização, Geral ou Parcial, Plano de Pormenor) que compreenda a área em estudo, deve-se prever no mínimo um plano urbanístico simplificado ou masterplan. Em alternativa, deve-se à considerar ou elaborar pelo menos uma extrapolação das orientações do PEUMM, tendo em conta a dificuldade (recursos humanos, financeiros e tempo) de elaborar um plano de urbanização simplificado ou um plano base para a zona.

A relação entre o PDLI e um **plano físico** visa assegurar a coerência das acções estratégicas e o enquadramento das propostas de intervenção numa visão urbanística articulada da região e da cidade, buscando evitar desperdícios de recursos.

A partir do diagnóstico integrado são elaboradas as propostas de intervenções abrangendo tanto a área de intervenção física quanto a macroárea de referência. As propostas são apresentadas tanto no nível estratégico, quanto no nível operativo. Na sua elaboração devem ser considerados:



- A capacidade de implementar acções dentro da comunidade, o que depende principalmente das escolhas estratégicas fora da comunidade ou da definição de novas políticas sectoriais;
- A necessidade de realizar acções urgentes e prioritárias, conforme solicitado pela comunidade ou porque são acções que podem por em movimento dinâmicas de desenvolvimento significativas;
- Os recursos disponíveis no orçamento municipal, a possibilidade de articular outros programas governamentais pre-existentes e a necessidade de captação de novos recursos.

Figura 41 - Criança do Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI - Synergia - Khandlelo

A elaboração do PDLI deve ser orientada a atender os seguintes objectivos específicos:



- Definir acções a curto, médio e longo prazo a partir das directrizes do Diagnóstico Integrado;
- Estimular a elaboração de políticas públicas a partir da praxis socio-económica e urbanístico-ambiental;
- Estimular a reestruturação de infraestruturas e o atendimento em serviços públicos;
- Fortalecer os actores sociais (associações e instituições) que actuam na área e evidenciar as modalidades de envolvimento no projecto;
- Definir acções de acompanhamento social da comunidade na execução das obras e no acompanhamento da implementação do Plano de Acção para o Reassentamento;
- Possibilitar maior interacção entre poder público e população;
- Estimular a participação, acesso a informação e consciência de sujeito social;
- Identificar outros recursos financeiros a serem activados.

Após sua finalização, o PDLI deve estar disponível aos profissionais envolvidos nos processos de intervenção integrada no assentamento informal a que se refere, assim como às organizações e representantes da comunidade local e às empresas privadas responsáveis por detalhar ou executar as intervenções planeadas.

No presente capítulo são apresentadas as etapas do processo de trabalho para elaboração de um PDLI.

É de fundamental importância lembrar que o processo participativo que ocorre durante a elaboração deste Plano está detalhado no Capítulo V deste mesmo Manual.

Figura 42

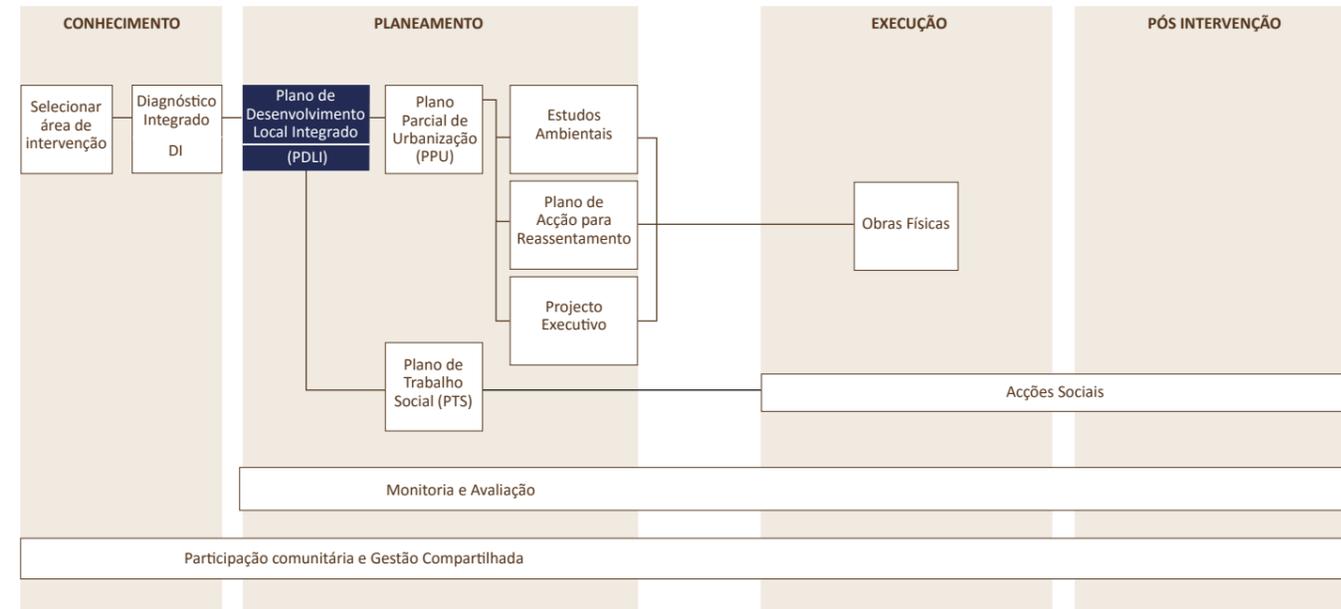
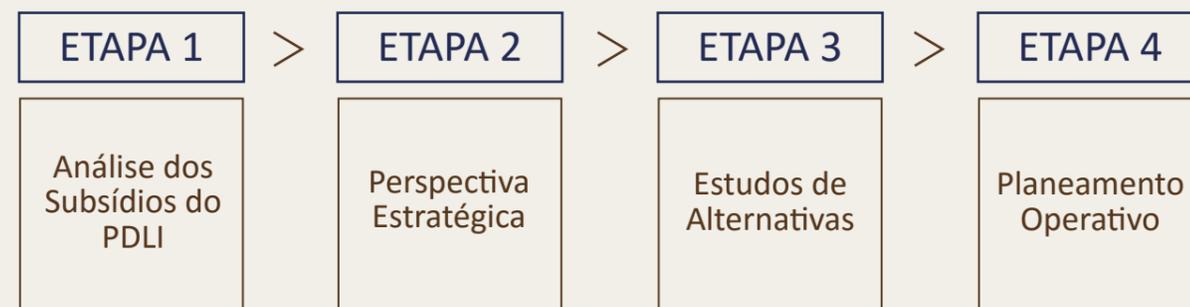
ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PDLI

VOCÊ ESTÁ AQUI



CONHECIMENTO

Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)



É de fundamental importância lembrar que o processo participativo que ocorre durante a elaboração deste Plano está detalhado no Capítulo V deste mesmo Manual.

2. ETAPAS, ACTIVIDADES E TAREFAS

A elaboração do PDLI deve respeitar a sequência de etapas e actividades apresentadas a seguir:

ANÁLISE DOS SUBSÍDIOS PARA O PLANO

ANÁLISE DOS SUBSÍDIOS PARA O PLANO110

Actividade 1: Análise do Diagnóstico Integrado 111

Actividade 2: Análise do Enquadramento legal 112

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO

As propostas do PDLI devem ser elaboradas tomando por base o Diagnóstico Integrado preparado para a área. A partir das conclusões desse Diagnóstico, e designadamente da Matriz FOFA, deverá ser possível identificar eixos temáticos e as futuras acções estruturantes, necessárias para influenciar positivamente a qualidade de vida da população.

Tarefa 1. Elaboração da Síntese do DI

A leitura do DI permite que a equipa responsável se aproprie das principais questões a serem abordadas na requalificação da área. A análise das sínteses por dimensão, a indicação de potencialidades e ameaças e, finalmente, as directrizes do Diagnóstico Integrado permitirão à equipa responsável pela elaboração do PDLI propor os principais eixos de intervenção do Plano.

A partir dos dados levantados no DI, são evidenciadas as principais necessidades do bairro, os recursos existentes, os equipamentos sanitários, educacionais e a presença de instituições e associações da sociedade civil. A leitura conjunta destes dados permite traçar as principais directrizes de desenvolvimento para esta área e os âmbitos prioritários para a execução de acções.

Como conteúdo mínimo, a síntese do DI deverá indicar:

- Os dados gerais da área de intervenção: Área do assentamento em hectares, População Total, Densidade média (habitantes/hectares), Total de domicílios cadastrados e pesquisados, Média de domicílios residenciais por quarteirão, Média de moradores por domicílio, Número total de famílias, Média de famílias por domicílio, Média de compartimentos por domicílio, Média do tempo de residência no talhão, Pirâmide etária, e Composição populacional por gênero;
- Os principais itens das análises por cada uma das quatro dimensões: urbanístico-ambiental, socio-económica, socio-organizativa e fundiária;
- O resultado da análise integrada prospectiva, apresentando o resumo das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades indicadas.

Figura 43 - Construções informais no Bairro Xipamanine, Maputo



Fonte - AVSI - Synergia - Khandlelo

ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO LEGAL

Tarefa 1. Enquadramento do assentamento segundo a legislação urbanística pertinente

Além das informações contidas no Diagnóstico Integrado, para a elaboração do PDLI devem ser analisadas as normativas vigentes e directrizes apontadas nos seguintes documentos:

- Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM);
- Estratégia Municipal e Metodologia de Intervenção em Assentamentos Informais.

No casos em que o assentamento informal objecto do Plano se encontre numa unidade territorial com Plano Parcial de Urbanização (PPU) aprovado pelo Conselho Municipal. Deverá ser apresentado no PDLI a síntese do PPU. No caso de o Conselho Municipal ter decidido a sua elaboração mas esta ainda se encontre em curso, deverão ser apresentados os elementos que já disponham de suficiente consolidação. A síntese deve exibir dados a respeito da caracterização da demanda e das propostas de intervenção:

- Projecções populacionais;
- Estimativa de necessidades de equipamentos coletivos;
- Propostas do PPU: Cenários, Propostas de Reordenamento, Tipologias Habitacionais, acções/obras prioritárias, Cronograma de fases de implantação.

BOX 14 - O QUE É O PPU?

O Plano Parcial de Urbanização (PPU) é um Instrumento de Ordenamento Territorial de nível autárquico subordinado ao Plano de Estrutura Urbana. O PPU é o instrumento de gestão territorial, de nível municipal, que estabelece a estrutura e qualifica o solo urbano, tendo em consideração o equilíbrio entre os diversos usos e funções urbanas, e define as redes de transporte, comunicações, energia e saneamento, e os equipamentos sociais, com especial atenção às zonas de ocupação espontânea com base sócio-espacial para a elaboração do plano.

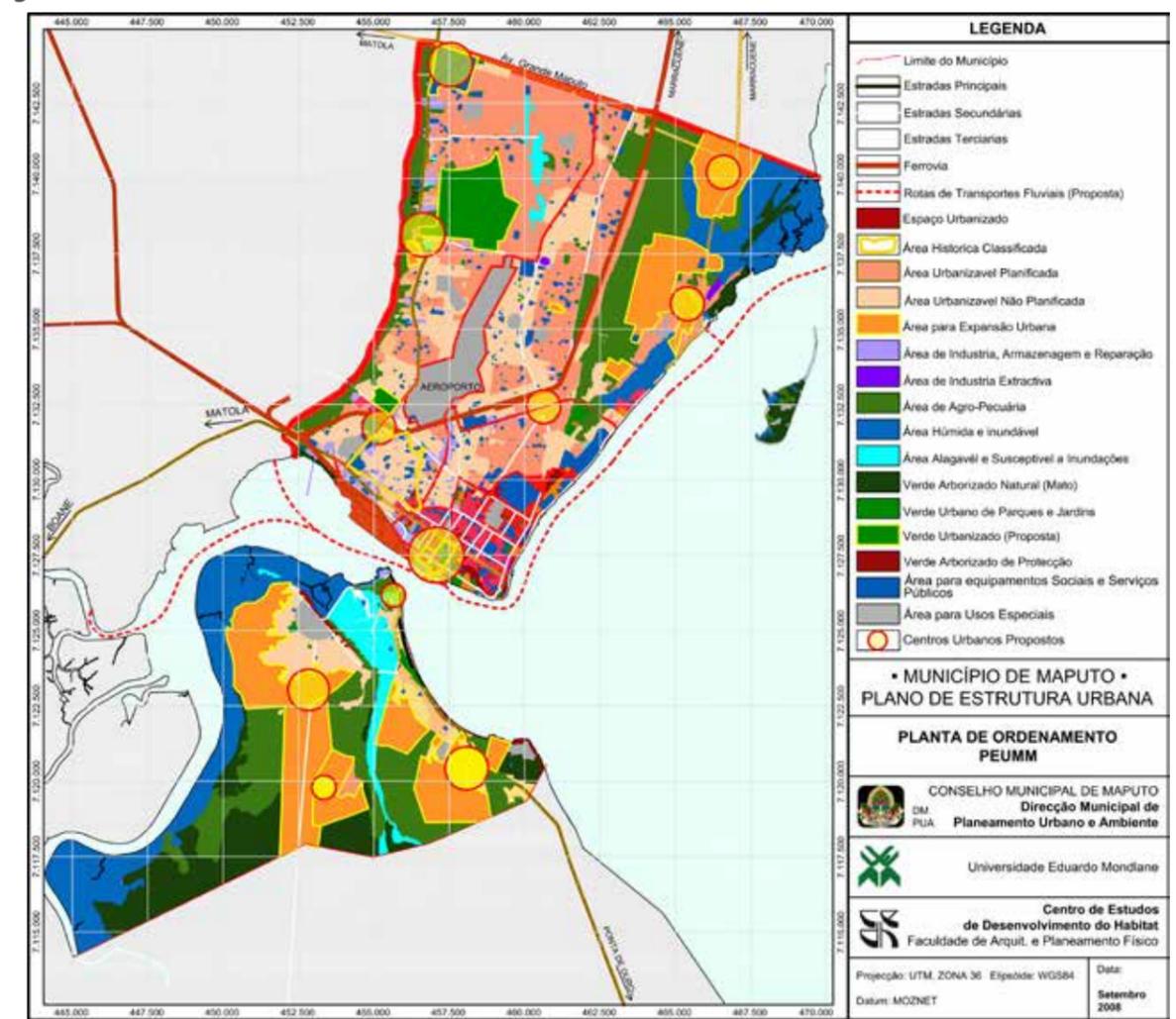
BOX 15 - ENQUADRAMENTO LEGAL DA ÁREA PILOTO

A maior parte da área piloto (100 hectares no Bairro George Dimitrov) está enquadrada pelo PEUMM como 'Espaço Urbanizável – Área urbanizável não planificada' para a qual está prevista a elaboração de Planos Parciais de Urbanização e Planos de Pormenor, cuja intervenção será levada a cabo através da: (a) Regularização Urbanística: desenho das plantas de zonamento/implantação e condicionantes e elaboração do regulamento do plano; (b) Dotação de infra-estruturas; (c) Regularização fundiária; (d) Equipamentos de utilidade pública; e (e) Verde urbano. A zona mais a Nascente é delimitada como 'Área urbanizável planificada', uma vez que corresponde a uma malha urbana mais estruturada.

Está também em fase bastante adiantada de elaboração o PPU do Bairro George Dimitrov, promovido pelo Conselho Municipal no âmbito do ProMaputo II e elaborado com o apoio de um Consórcio constituído pelas empresas Cenorvia e CPU Intervalor.

O PPU do Bairro George Dimitrov inclui todos os elementos necessários para a sua tramitação e aprovação pela Assembleia Municipal, designadamente o Relatório, o Regulamento, a Planta de Condicionantes e a Planta de Ordenamento. No entanto, uma vez que este PPU também assume características de um Projecto Básico tem um detalhe maior do que seria exigido. Assim, "para além da proposta de reordenamento, o Plano deverá paralelamente permitir acções de intervenção de urbanização." e "será garantida a compatibilização dos elementos descritos com os objectivos de pormenorização das soluções e propostas, garantindo um nível de detalhe que permita quantificar e informar a execução."

Figura 44 - Planta de Ordenamento do PEUMM



Fonte: PEUMM – Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (2008)

ETAPA 2 - PERSPECTIVA ESTRATÉGICA114

Actividade 1: Definição de Objectivos e Eixos de Intervenção 115

ACTIVIDADE

1
2
3
4
5

DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS E EIXOS DE INTERVENÇÃO

Tarefa 1

Com base na análise do Diagnóstico Integrado e PPU/Plano Urbanístico a equipa deve traçar os principais **eixos de intervenção para a execução de acções do PDLI**. Cada um dos eixos contém um conjunto de **Acções**, que por sua vez são compostas por um número de **Medidas**.

EIXOS DE
INTERVENÇÃO
DEFINIDOS PARA A
ÁREA PILOTO



1. Melhoria de infra-estruturas e serviços básicos.
2. Segurança da terra e melhoria das habitações.
3. Melhoria dos serviços e equipamentos comunitários.
4. Dinamização da economia local.
5. Fortalecimento comunitário e institucional.

Figura 45 - Escola primária Unidade 27 antes e depois à intervenção no Bairro G. Dimitrov



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

Tarefa 2

A seguir, a equipa deve construir os quadros com os Actores (Responsáveis e Parceiros), os Objectivos e os Resultados Esperados para cada Eixo de intervenção, conforme o exemplo apresentado no quadro a seguir.

EIXO DE INTERVENÇÃO 1: MELHORIA DAS INFRA-ESTRUTURAS E DOS SERVIÇOS BÁSICOS E SALVAGUARDA DO MEIO AMBIENTE

Responsável: Conselho Municipal

Parceiros: Distrito Municipal, Secretaria do Bairro, Comité de Acompanhamento do Projecto, Moradores da comunidade, associações locais, EDM, FIPAG e outras empresas privadas fornecedoras de serviços

OBJECTIVOS:

- Urbanização programada e faseada, nomeadamente ao nível das infra-estruturas, áreas residenciais, áreas multifuncionais, áreas de actividades económicas, espaços verdes e espaços de equipamentos;
- Contenção do alastramento urbano desordenado, incoerente e de expressão urbanística desqualificada;
- Urbanização das áreas planificadas transformando-as em espaços urbanizados;
- Melhoria das infra-estruturas existentes e programação faseada de novas infra-estruturas viárias, de abastecimento de água, saneamento e escoamento das águas pluviais, bem como as de electricidade;
- Definição de parâmetros, índices e regras que devem reger as operações urbanísticas;
- Determinação de regras de compensação e incentivos aos residentes afectados pelas operações urbanísticas;
- Preservação do ambiente e salvaguarda das áreas ecológicas sensíveis, nomeadamente as linhas de água e as áreas de maior declive, mitigando os riscos ligados as mudanças climáticas;
- Manutenção, sempre que possível, da morfologia do terreno para minorar os volumes de aterro e escavação;
- Definição de malhas viárias coerentes e devidamente estruturadas, correctamente articuladas com a rede viária estruturante, promovendo soluções de continuidade e fluidez, procurando integrar-se na topografia do terreno para evitar grandes modelações;
- Identificação dos imóveis com interesse e criar regras de salvaguarda.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Adjudicação do projecto executivo
- Projecto executivo elaborado
- Concurso lançado

RESULTADOS ESPERADOS:

- Adjudicação da obra
- Adjudicação da fiscalização
- Entrega da obra
- Monitorização da garantia de obra
- Aprovação de Regulamento municipal com regras de compensação e incentivos aos residentes afectados pelas operações urbanísticas

Figura 46 - Mercado Benfica antes da intervenção no Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

ETAPA 3 - ESTUDOS DE ALTERNATIVAS	118
Actividade 1: Elaboração de Alternativas de Ordenamento Físico e Soluções Tecnológicas.....	119
Actividade 2: Elaboração de Alternativas de Atendimento de Demandas Sociais.....	120

1 ELABORAÇÃO DE ALTERNATIVAS DE ORDENAMENTO FÍSICO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Tarefa 1

O enquadramento das alternativas de intervenção física no assentamento objecto do PDLI devem atender a um plano mais vasto, evitando a indicação de intervenções isoladas e desperdício de recursos. Neste contexto, faz-se necessário que o PDLI incorpore alternativas referentes a um **plano físico global do assentamento**, que pode ser o Plano Parcial de Urbanização anteriormente referido, um Plano de Pormenor ou ainda elaborado na forma de um masterplan ou de um estudo/plano urbanístico simplificado.

Nos casos de elaboração de PDLI para uma área que já possua um instrumento de ordenamento físico previsto na legislação urbanística moçambicana (Plano de Urbanização, Geral ou Parcial, Plano de Pormenor), o PDLI deverá considerar tal Plano como um dos subsídios para sua elaboração.

As alternativas propostas devem focalizar as zonas críticas e de risco, déficits de cobertura e carências de serviço urbanos, os problemas na estrutura dos assentamentos, inclusive a carência ou a desqualificação do espaço público.

BOX 16 - O QUE É UM MASTERPLAN?

É um plano que mostra as alterações físicas de uma determinada área. O plano inclui o novo desenho urbano proposto assim como as alterações sugeridas para paisagismo, infra-estrutura, circulação e o uso da terra no local. É composto por ilustrações na forma de mapas, fotos aéreas e desenhos em perspectivas, além de textos e diagramas que descrevam como um local específico será desenvolvido no que se refere a futuras intervenções físicas, localizando e estimando quantitativos para cada tipo de intervenção.

A proposição de alternativas para o ordenamento físico do assentamento deve ir de encontro com as deficiências apontadas no Diagnóstico Integrado, sobretudo aquelas indicadas na Síntese da Dimensão Urbanística-Ambiental.

Entre outras, as alternativas para ordenamento físico podem propor:

- A melhoria das infra-estruturas e complementação dos serviços básicos abordando: sistema viário, abastecimento de água, drenagem pluvial e residual, electricidade e iluminação pública e recolha de resíduos sólidos.
- Elaboração de projectos urbanos que incluam a criação de áreas verdes ou espaços públicos.
- Conexões viárias e acessibilidade através da melhoria de eixos viários constituídos, bem como da proposição de novas ligações que sejam necessárias.
- Reforço das centralidades existentes, ou a definição de novas zonas urbanas “âncora”, que funcionem como polos com a concentração de usos comerciais, de serviço ou institucionais.

- A delimitação de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) de forma a cobrir de forma total e abrangente a área de intervenção. Tais unidades são recortes territoriais para os quais se podem estabelecer os pressupostos e objectivos concretos para um nível de planeamento mais detalhado, com vista à sua execução.

BOX 17 - ÁREA PILOTO DO BAIRRO GEORGE DIMITROV

No caso da área piloto do Bairro George Dimitrov, o CMM, com o apoio do Consórcio AVSI-Synergia-Khandlelo, elaborou em 2014 o Diagnóstico Integrado e com o apoio do Consórcio CPU-Cernovia um projecto executivo de intervenção na área piloto e o Plano Parcial de Urbanização (PPU). O PPU elaborado serviu como um dos subsídios do Plano de Desenvolvimento Local Integrado da área piloto, indicando as alternativas e as propostas finais de intervenção física consideradas para a área.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

ELABORAÇÃO DE ALTERNATIVAS DE ATENDIMENTO DE DEMANDAS SOCIAIS

Nesta actividade são traçadas as alternativas de soluções técnicas para cada um dos eixos temáticos que não envolvam obras de requalificação urbana.

Tarefa 1. Observar as políticas de desenvolvimento

As linhas prioritárias de acção deverão ser de investimento para a melhoria gradativa dos índices de desenvolvimento humano e autonomia, envolvendo, portanto, acções de carácter preventivo e educativo, atreladas a políticas públicas estruturais das áreas de: educação, saúde, segurança, trabalho e renda, desporto e lazer, entre outras. A mesma lógica é válida para as políticas de qualidade de vida, inclusive as de acesso à terra urbana.

Para tanto, deve-se considerar em primeira instância o alinhamento às directrizes das políticas públicas municipais identificadas na etapa de Enquadramento Legal, além dos objectivos estratégicos gerais e eixos de intervenção propostos pela equipa.

Tarefa 2. Propor lista de acções

As acções para atender um mesmo eixo podem incluir projectos de melhoria física (construção ou melhoria de equipamentos, expansão de construções já existentes) ou a implantação de projectos piloto para melhorar a eficiência de atendimento, fortalecimento de processos, capacitação de pessoal ou apetrechamento das instituições/equipamentos.

BOX 18 - PROPOSTAS DE ACÇÕES

No PDLI do bairro George Dimitrov, as acções de Educação propostas para o eixo temático MELHORIA DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS incluem tanto acções de melhoria física como de capacitação e suporte ao melhor atendimento dos usuários.

Ao elaborar as propostas de acções dentro de cada eixo, a equipa deve estar atenta a:

- Identificar as carências da população alvo e o contexto em que está inserida.
- Focalizar o cliente preferencial para as acções sociais. Deverão ser estabelecidas linhas prioritárias de acção que contemplem políticas sociais de protecção, de curto prazo, e políticas de desenvolvimento, de médios e longos prazos. As políticas de protecção deverão ser focalizadas nos grupos sociais vulneráveis, tais como:



- Famílias em situação de indigência.
- Chefes de família desempregados.
- Idosos e pessoas portadoras de deficiência de baixa renda.
- Crianças e adolescentes fora da escola.

- Identificar oportunidades para avançar no desenvolvimento do bairro.
- Avaliar a qualidade das parcerias estabelecidas e o seu potencial de desenvolvimento.
- Trabalhar com recortes territoriais onde se acumulam os problemas do bairro. Estas áreas poderão constituir o foco de acções integradas mais abrangentes, que demandarão um maior investimento no planeamento de acções intersectoriais.

ETAPA 4 - PLANEAMENTO OPERATIVO122

Actividade 1: Detalhamento de Acções	123
Actividade 2: Estimativa de Custos.....	123
Actividade 3: Priorização de Acções e Obras.....	126
Actividade 4: Estruturação das acções integradas para o curto prazo	127

Na etapa do Planeamento Operativo, as acções de cada eixo temático serão detalhadas tanto do ponto de vista qualitativo (objectivos, público alvo, localização) como quantitativo (dimensionamento de recursos, estimativa de custos para implantação, tempo e fase de execução).

ACTIVIDADE

1
2
3
4
5**1 DETALHAMENTO DE ACÇÕES**

Identificadas e escolhidas as alternativas de intervenção mais adequadas para a área, dar-se-á início a discussão e definição detalhada das acções necessárias para sua efetiva implementação.

BOX 19 - DETALHAMENTO DAS OBRAS NECESSÁRIAS PARA A ACÇÃO DE MELHORIA DE SISTEMA VIÁRIO

No PDLI elaborado para o bairro George Dimitrov, o detalhamento de acções (incluído no **Eixo de Intervenção Melhoria de Infraestruturas e Serviços Básicos**) indicou a seguinte lista de actividades a executar:

- Revestimento das vias distribuidoras com sub-base e base e respectiva compactação e execução/reperfilamento das valetas em betão.
- Reperfilamento de vias existentes, promovendo uma estrutura viária mais ortogonal.
- Limpeza do terreno, saneamento de solos, compactação.
- Revestimento das vias com sub-base e base e respectiva compactação e execução/reperfilamento das valetas em betão.
- Terraplanagem; limpeza do terreno; escavações e aterros; saneamento de solos; compactação; modelação; aberturas de valas para drenagem das águas pluviais e construção de passagens hidráulicas.
- Colocação de lancil de passeio em betão na separação entre passeios e faixa de rodagem.
- Pavimentação de vias e passeios.
- Implantação de caldeiras e árvores nos arruamentos.
- Fornecimento e colocação de sinalização vertical e horizontal.

ACTIVIDADE

1
2
3
4
5**2 ESTIMATIVA DE CUSTOS**

Estimar custos significa prever os recursos para a realização de cada acção específica no projecto. Estimativas sobrevalorizadas poderão induzir ao erro na hierarquização da acção ou até mesmo no alcance dos objectivos do eixo de intervenção. Por outro lado, estimativas subvalorizadas implicam na não realização da acção no tempo previsto, ou na necessidade de realocação de recursos destinados a outros fins.

A estimativa de custos consiste em uma aproximação, uma maneira preliminar de se orçar uma obra ou actividade de modo a obter o volume de recursos necessários à realização da acção. Ela está baseada na definição clara do âmbito/escopo, de sua duração e dos recursos materiais a serem utilizados.

A equipa deve estar atenta às seguintes directrizes básicas:

- Deve formular um documento claro, que sirva como base para a tomada de decisões tanto para a elaboração do PDLI, como também para que o poder público inicie sua implementação.

- Deve realizar um processo simples, com vistas a uma minimização dos recursos e prazo necessários esta etapa do Plano.
- Uma vez que sua utilização é primordial na tomada de decisões, os resultados das estimativas devem ser próximos dos valores reais, de modo a não impactar a implantação das acções na fase de execução do Plano.
- Na estimativa não são orçados serviços individualmente porém são utilizados dados referentes a algum parâmetro relacionado com o projecto em questão (área construída, extensão, número de alunos, número de leitos, capacidade, etc.).

Tarefa 1: Levantamento dos custos de referência

Uma vez que na estimativa são aplicados métodos conceituais que utilizam valores de referência para determinar o custo aproximado de uma determinada tarefa ou produto, a primeira tarefa a ser realizada é o levantamento dos valores de entrada e custos de referência no mercado local.

BOX 20 - REFERÊNCIAS DE CUSTOS QUE SÃO ÚTEIS NA ELABORAÇÃO DO PDLI

- Elaboração de cartografia
- Elaboração de projectos por hectare (planos de pormenor, projectos urbanos)
- Regularização fundiária / talhão
- Custos de implantação de sistema viário por metro linear
- Implantação de redes de abastecimento de água, drenagem pluvial, esgotamento sanitário e rede de abastecimento de energia eléctrica e iluminação pública por metro linear
- Custo de construção de habitação social/ m² ou por unidade
- Custo de requalificação de equipamentos públicos por m² (escolas, esquadra, mercado municipal, centro de saúde e hospitais)
- Custos de construção de zonas verdes, parques e jardins por m²
- Capacitação e qualificação de mão de obra, formação profissional (por pessoa)
- Construção de equipamentos (por leitos ou numero de vagas) – escola, hospital, centro de saúde
- Campanhas de prevenção de doenças por pessoa
- Implantação de áreas verdes e áreas de lazer por m²
- Custo de reassentamento por agregado familiar

Tarefa 2: Composição de custos

Muitas são as metodologias disponíveis para a estimativa de custos, aqui são destacadas três delas, que podem ser aplicadas na composição de custos do PDLI.

- Dimensões físicas- estima-se o custo através da utilização de um parâmetro físico característico da obra: comprimento, área, volume etc. O exemplo mais clássico é o custo por metro quadrado (US\$/m²), o custo do quilómetro de rua, custo do metro linear do túnel.

- Unidades do produto final - se baseia em dados históricos de projectos similares que permitam relacionar o custo total da obra com uma unidade de capacidade da edificação. Se utiliza a comparação do número de leitos (hospital- US\$/leito), número de alunos (escola- US\$/aluno), número de quartos (hotel- US\$/quarto).
- Factor de capacidade - utilizado quando se dispõe de uma grande quantidade de projectos similares, que permita a correlação entre custo e tamanho (capacidade). Pode ser utilizado na estimativa de estações de tratamento, por exemplo (custo por volume de esgoto tratado).

A tabela de custos por acção pode seguir o modelo apresentado abaixo, que refere-se ao PDLI da área piloto do bairro George Dimitrov (2015):

Quadro 2 – Custos por acção

	MEDIDAS	FASE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (USD)	CUSTO (USD)
3.1.1	Requalificação da EPC Unidade 29	1	1	800.000	800.000
3.1.2	Capacitação técnica e formação humana dos professores	1	50	300	15.000
3.1.3	Identificação de um espaço estável a ser equipado para actividades pós-escolare.	1	1	100.000	100.000
3.1.4	Suporte para material escolar para os professores e estudantes	2	1.500	100	150.000
3.1.1	Projecto de reforço escolar para 100 alunos	3	1	350.000	350.000
3.1.5	Identificação de um espaço estável a ser equipado para actividades de apoio às famílias e crianças entre 0-6 anos	3	1	150.000	150.000
3.1.6	Construção de uma escola infantil (creche) gerida por uma associação local	4	1	550.000	550.000
3.1.7	Expansão da EPC Unidade 29	5	1	900.000	900.000
TOTAL					3.015.000

Depois de se estimar o custo de cada acção específica, parte-se para a composição de custos do Plano como um todo, que deve considerar todas os Eixos de Intervenção determinados nas etapas iniciais.

No caso do PDLI de George Dimitrov (2015), obteve-se a seguinte tabela de custos gerais:

Quadro 3 - Custo das acções estratégicas

ACÇÕES	ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3	ETAPA 4	ETAPA 5	TOTAL (USD)
Eixo 1. Melhoria dos serviços e equipamentos comunitários						
1.1 Rede viária	1.260.000	2.856.000	2.184.000	4.704.000	3.192.000	14.196.000
1.2 Rede de abastecimento de água	46.500	105.400	80.600	173.600	117.800	523.900
1.3 Drenagem pluvial e residual	146.250	331.500	253.500	546.000	370.500	1.647.750
1.4 Electricidade e iluminação pública	442.500	1.003.000	767.000	1.652.000	1.121.000	4.985.500
1.5 Recolha de RSU	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	200.000
Eixo 2. Segurança da terra e melhoria das habitações						
2.1 Elaboração de Planos de Pormenor	265.500	214.200				479.700
2.2 Elaboração de projectos urbanos	130.000	160.000	188.000			478.000
2.3 Actualização do cadastro e identificação de DUAT	13.800	12.780	12.960	16.200	4.980	60.720
2.4 Elaboração de projectos-tipo de arquitectura e engenharia de edifícios	30.000					30.000
Eixo 3. Melhoria das infra-estruturas e dos serviços básicos e salvaguarda do meio ambiente						
3.1 Educação	915.000	150.000	500.000	550.000	900.000	3.015.000
3.2 Saúde	140.000	120.000	450.000	350.000	800.000	1.860.000
3.3 Cultura, desporto e lazer	500.000	750.000	500.000	750.000	500.000	3.000.000
3.4 Segurança	80.000	150.000				230.000
Eixo 4. Dinamização da economia local						
4.1 Actividades produtivas e comerciais	38.500	115.500	500.000			654.000
4.2 Trabalho e Renda	30.000	800.000				830.000
Eixo 5. Fortalecimento comunitário e institucional.						
5.1 Associativismo e redes locais	160.000	100.000	100.000			360.000
5.2 Fortalecimento institucional	50.000	100.000	200.000			350.000
TOTAL	4.288.050	7.008.380	5.526.060	8.781.800	7.046.280	32.900.570

ACTIVIDADE 1 PRIORIZAÇÃO DE ACÇÕES E OBRAS

Após determinar os custos envolvidos, é possível prosseguir com a priorização de acções e obras. Nesta actividade devem constar dos pontos de discussão a estrutura, os recursos necessários e disponíveis entre os agentes envolvidos, as metas e responsabilidades entre os diversos agentes.

O processo de discussão deverá ser desdobrado entre duas vertentes: a primeira, institucional, deverá envolver os agentes do governo, e a segunda, comunitária, através de fóruns populares. O detalhamento das actividade priorização que envolvem a participação comunitária será feito no Capítulo V deste Manual.

Tarefa 1. Elaboração de matriz

Como produto da discussão e do esforço de consensar e compatibilizar as intenções, carências, problemas, expectativas e potencialidades às políticas públicas municipais e aos recursos necessários/disponíveis, deverão ser elaboradas matrizes que permitam a ordenação das acções. Com esta articulação é possível estabelecer agendas de acções e obras para os anos subsequentes no assentamento.

ACTIVIDADE 1
2
3
4
5

ESTRUTURAÇÃO DAS ACÇÕES INTEGRADAS PARA O CURTO PRAZO

Esta actividade tem como principal objectivo a formulação de propostas para implementação das acções de curto prazo definidas na Agenda de Acções. Estando as questões categorizadas e definidas na etapa anterior, será possível estabelecer as propostas de acção prioritárias bem como as estratégias de acção social, já considerando o dimensionamento de recursos necessários para sua implementação.

As acções definidas como estratégicas deverão ser apresentadas por Eixo em um capítulo próprio no Plano. Devem ser indicados a temática a que se refere acção estratégica apresentada, e uma descrição sucinta de seu objectivo e principais actividades. A estimativa de custo deve especificar os valores necessários para cada um dos itens que compõem a implementação da actividade.



CAPÍTULO V METODOLOGIA PARA A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E GESTÃO COMPARTILHADA

Figura 47 - Primeira audiência pública no Bairro Chamanculo C, Maputo

Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

A participação social é o único caminho para a realização da gestão compartilhada. As pessoas devem assumir o papel de protagonistas do processo de desenvolvimento local, neste caso da elaboração e implementação do PDLI, para que ele alcance sucesso. É dentro do processo participativo que as instâncias de governança do Projecto são criadas, estruturadas e consolidadas.

O engajamento e compromisso da comunidade local com o Programa acontece com a adopção de estratégias de planeamento e gestão compartilhada, que por sua vez ocorrem através de processos que permitem à comunidade, com a experiência prática de participação, o aprendizado necessário para que ela seja capaz de identificar potencialidades, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas, problemas, limites e obstáculos ao seu desenvolvimento, a partir dos quais poderá, ela mesma, escolher vocações, estabelecer metas, definir prioridades, monitorar e avaliar resultados, enfim, planejar e gerenciar, com o governo e demais actores, o processo de desenvolvimento local.

A evolução do processo participativo permite uma interação interdisciplinar e multisectorial, facilitando o surgimento de soluções mais criativas e ajustadas a cada contexto. Desse modo, minimiza-se possibilidade de elaboração de projectos dissociados da realidade.

O processo participativo acontece no ciclo completo da intervenção (Fases de Conhecimento, Planeamento, Intervenção e Pós-intervenção) perpassando todas as etapas do Programa com actividades específicas, sendo que até a terceira etapa ele integra actividades que visam o reconhecimento e mobilização da comunidade. A partir daí, a participação social estrutura-se em instâncias de gestão compartilhada, construídas de acordo com as especificidades de cada nova etapa do Programa. Deve haver o envolvimento individual e permanente, considerando que a participação é indivisível, devendo ocorrer em todo o processo.

Em síntese, o processo de gestão compartilhada é resultado do amadurecimento do processo participativo, não sendo possível desvincular um do outro. A evolução da gestão compartilhada, ao longo de cada etapa do Programa, acontece dentro de actividades de participação social adequadas para aos seus objectivos.

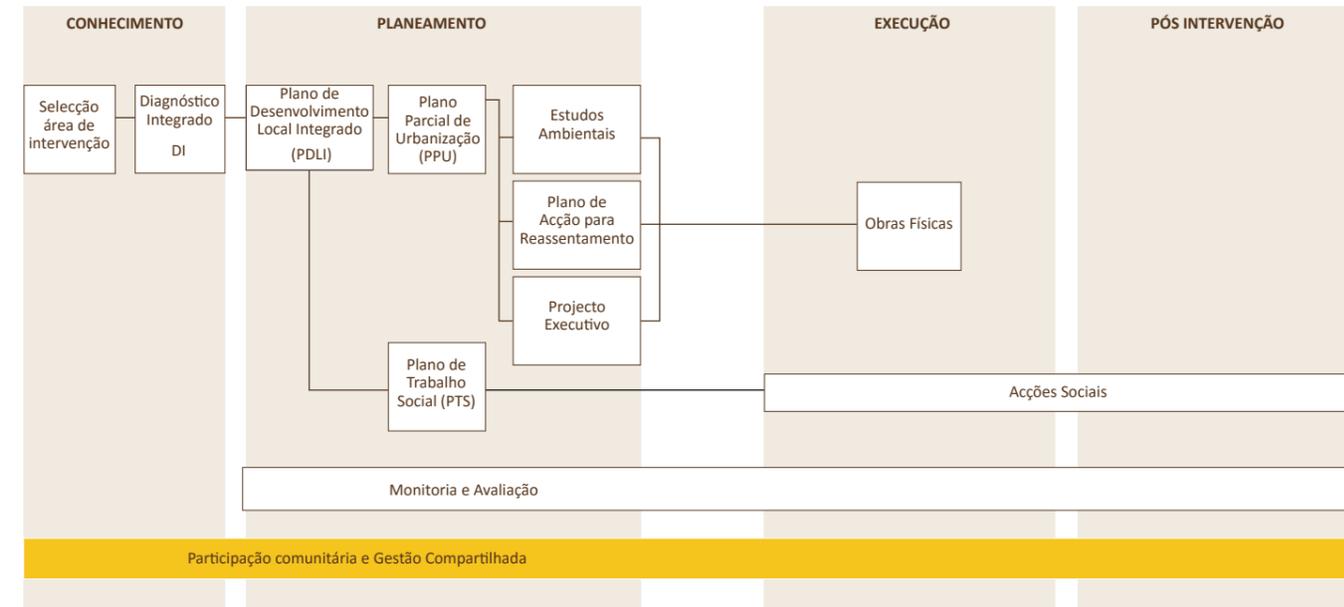
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CICLO COMPLETO DA INTERVENÇÃO

VOCÊ ESTÁ AQUI



CONHECIMENTO

Participação comunitária e Gestão Compartilhada



ETAPA 1

ETAPA 2

ETAPA 3

ETAPA 4

ETAPA 5

ETAPA 6

ETAPA 7

ETAPA 8

Reconhecimento e mobilização dos actores (etapa de Preparação para o Diagnóstico)

Estabelecimento de instância de gestão compartilhada: Comitê de Acompanhamento de Obras e Grupos de Temáticos (etapas de Diagnóstico e Elaboração do PDLI)

Estabelecimento de instância de gestão compartilhada: Comitê de Acompanhamento de Obras e Grupos de Temáticos (etapas de Diagnóstico e Elaboração do PDLI)

Estabelecimento de instância de gestão compartilhada: Comissão Mista e Grupos Temáticos (etapas de Implementação, Monitoria e Avaliação)

1. PRINCIPAIS ACTIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL QUE SUPORTAM A GESTÃO COMPARTILHADA DO PROGRAMA

As actividades de participação social, em função de suas características específicas, alcançam diferentes resultados: informação, capacitação, deliberação, compartilhamento, etc. Assim, o tipo de actividade pode se repetir, contemplando diferentes conteúdos, objectivos e metas, nas diversas etapas do Programa.

A seguir são descritas as características das actividades mais utilizadas, permitindo a seleção de metodologias participativas sempre que se quiser desenvolver o Programa em um território.

Mobilização

Actividade planeada e sistemática que envolve o público em torno de um tema específico, ou de um determinado evento, utilizando-se, para isso, diversos meios de comunicação. Toda actividade que visa a participação de um grupo implica na sua prévia mobilização. Assim, esta é uma actividade que precede todas as demais.

- **Objectivo:** Informar o público alvo sobre determinadas idéias ou eventos, buscando o seu engajamento e participação.
- **Recursos** (a serem definidos de acordo com o tema/evento e disponibilidade de recursos):
 - Materiais de comunicação (convites, cartazes, folders);
 - Carros ou bicicleta de som;
 - Publicidade (em media impressa e electrónica).
- **Ferramentas:**
 - Visitas domiciliares;
 - Reuniões com pequenos grupos de lideranças;
 - Mensagens por email ou telefonemas.
- **Duração:** Depende da abrangência que se quer dar.

Reuniões

Eventos de no máximo duas horas de duração, com participação ilimitada de pessoas, que pode ser orientada por um facilitador ou um líder. Reúne pessoas vinculadas por interesses comuns, a fim de discutir assuntos relacionados com políticas, acções, projectos e resultados de trabalho relacionados aos temas ou territórios de seu interesse.

Devem ser direcionadas por uma pergunta/questão orientadora (resultante de uma problematização previamente definida pelo facilitador ou líder).

A pergunta orientadora deve:

- provocar a reflexão e o interesse individual e colectivo a respeito do tema;
- ser entendida com facilidade por todos;
- despertar a curiosidade do grupo pelo resultado da discussão, incentivando a participação;
- provocar a diversidade de opiniões, estimulando o debate;
- desencadear novas perguntas que alimentarão a discussão.

- **Objectivo:** Discutir um assunto pré-determinado e decidir, em conjunto, quais as melhores acções a serem desenvolvidas.
- **Recursos:**
 - Flipchart ou datashow (opcional).
- **Ferramentas:**
 - Lista de presença;
 - Acta.
- **Duração:** até duas horas.

Oficinas

Evento em que as pessoas envolvidas opinam, sugerem e debatem uma determinada questão ou problema para chegar a uma solução satisfatória. Pode ainda ter o carácter de treinamento. É necessário alguém com experiência para conduzir o processo. A dinâmica da sessão divide-se em três momentos: exposição, discussão em pequenos grupos ou equipa e conclusão.

O trabalho em pequenos grupos visa melhorar a dinâmica do processo, possibilitando estabelecer uma discussão mais ampliada e consistente das idéias. Assegura a intensiva criação de idéias, que, no momento seguinte, serão socializadas e aperfeiçoadas em plenário. Com essa técnica, busca-se também aumentar o nível de participação das pessoas e a sua responsabilização perante o processo. A divisão de uma plenária em grupos de trabalho também aumenta a interação e a confiança mútua entre as pessoas, trabalhando “face-a-face”, melhorando a dinâmica e a produtividade dos trabalhos. Os grupos devem ter carácter informal e temporário, com a tarefa de analisar, debater, estudar, planejar ou mesmo refletir sobre algum tema. Devem ser elaboradas propostas que serão submetidas aos demais participantes, que poderão acatá-las, modificá-las ou rejeitá-las totalmente.

O resultado desse processo será um produto acordado e assumido por todos.

- **Objectivo:** Familiarizar os participantes com um assunto específico, para que construam a partir de suas experiências as directrizes, processos ou encaminhamentos sobre o tema. Também visa detalhar um determinado assunto de maneira mais prática (menos teórica).
- **Recursos:** Variam de acordo com a duração e as dinâmicas escolhidas pelo moderador. Basicamente deve haver disponibilidade de:
 - Papel;
 - Canetas de cores diversas;
 - Lousa;
 - Espaço que comporte a divisão do público em grupos;
 - Flipchart.
- **Ferramentas:**
 - Registo fotográfico ou audiovisual (opcional);
 - Relatório da actividade.
- **Duração:** de 4 a 30 horas.

Reuniões de Rua (ou por polígonos territoriais)

Reunião baseada na busca de uma comunicação rápida para uma platéia específica de moradores, sobre um tema que afete somente um determinado território. A ideia é sensibilizar a opinião dos presentes para a reflexão sobre assuntos que irão impactar as suas rotinas (mudanças, obras, alterações de acesso, etc.). Um coordenador levanta um tema de interesse geral e busca a opinião da coletividade. Ocorre debate livre até que conclusões possam ser extraídas.

- **Objectivo:** Colher opiniões e apresentar conclusões que representem o consenso da maioria sobre a estratégia para realização de uma determinada intervenção num território específico.
- **Recursos:**
 - Microfone (opcional);
 - Cartilha ou informativo sobre o facto que afetará a vida dos participantes (opcional).
- **Ferramentas:**
 - Relatório da actividade.
- **Duração:** Máximo de duas horas.

Palestras

Evento caracterizado pela apresentação de um tema, por um especialista, a um grupo de até duzentas pessoas, que tenham interesse em aprofundar seu conhecimento sobre aquele tema. Após a apresentação, é aberta a possibilidade de questionamentos. O tema deve ser apresentado de forma sucinta, e pode ser detalhado durante os questionamentos, de acordo com as dúvidas dos participantes.

- **Objectivo:** Informar e actualizar o público sobre um determinado assunto.
- **Recursos:**
 - Espaço equipado com assentos, som e iluminação adequados ao público participante;
 - Datashow.
- **Ferramentas:**
 - Lista de presença;
 - Registo fotográfico ou audiovisual (opcional).
- **Duração:** entre uma e duas horas.

Seminários

Este termo provém de sua raiz “sêmen”, e significa disseminação de conhecimentos. No Seminário os temas devem ser apresentados por mais de um especialista. Os especialistas são as pessoas que detém melhores informações sobre determinado aspecto e que poderão subsidiar o grupo com pontos de vista diferenciados sobre ele.

A troca de informações e a discussão entre especialistas também pode ser provocada no Seminário, onde os assuntos relacionados ao tema central podem ser apresentados sob diferentes formas: painel, palestras, mesa redonda, etc.

- **Objectivo:** Apresentar temas específicos sobre diversos ângulos, debater e possibilitar a reflexão sobre eles.

- **Recursos:**
 - Espaço adequado com som, iluminação e assentos para um público de até 200 pessoas;
 - Lanches;
 - Datashow;
 - Transporte e hospedagem para especialistas (opcional).
- **Ferramentas:**
 - Registo fotográfico e audiovisual;
 - Relatório do evento.
- **Duração:** Até três dias, com carga horária total mínima de 08 horas.

Consultas Populares

Os principais traços das audiências públicas são a oralidade e o debate efectivo sobre um tema relevante, que afete os interesses colectivos. Pode acontecer na forma de audiências ou consultas públicas, sendo um instrumento que dá legitimidade e transparência a uma decisão externa (política ou económica).

É um momento em que todas as pessoas que possam sofrer os reflexos de uma decisão/acção externa tenham oportunidade de se manifestar antes do desfecho do processo. A participação nessas consultas pode se dar tanto pela exposição da opinião do próprio morador, quanto através das manifestações das organizações ou associações legalmente reconhecidas. Admite-se, portanto, nas consultas populares, que quaisquer pessoas, ONGs, partidos políticos, etc., discutam previamente as decisões a serem tomadas por agentes económicos ou pelo governo.

Tais opiniões não vinculam a decisão, pois têm carácter consultivo, mas são via de regra analisadas e consideradas, conduzindo a uma decisão de maior aceitação conceitual.

A actividade é facilitada por moderador.

- **Objectivo:** Garantir que a população se manifeste e valide as decisões políticas e económicas que lhe afectam.
- **Recursos:**
 - Espaço que comporte grande número de participantes, com som e iluminação adequados.
- **Ferramentas:**
 - Registo audiovisual;
 - Registo de presença.
- **Duração:** no máximo oito horas por dia, porém podem se estender por vários dias.

2. ETAPAS, ACTIVIDADES E TAREFAS

Será apresentado a seguir o processo de construção da gestão compartilhada ao longo de todo o ciclo do DI, relacionando as actividades de participação social adequadas à cada etapa do projecto.

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE AS ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO

ETAPA 1

ETAPA 1 - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE AS ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO136

- Actividade 1: Oficina com representantes do CMM responsáveis pelo Projecto para identificação de sua percepção sobre as grandes questões socio-económicas locais e a indicação de stakeholders estratégicos..... 137
- Actividade 2: Reunião com lideranças indicadas pelo CMM para apresentação da equipa e validação da agenda de entrada na área 138

Nesta etapa o processo participativo será delineado a partir do compartilhamento das informações dos gestores do CMM sobre o território. É quando se identificará os actores estratégicos com os quais será estabelecido contacto para apresentação do Projecto e entrada da equipa na área.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

OFICINA COM REPRESENTANTES DO CMM RESPONSÁVEIS PELO PROJECTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE SUA PERCEPÇÃO SOBRE AS GRANDES QUESTÕES SOCIO-ECONÓMICAS LOCAIS E A INDICAÇÃO DE STAKEHOLDERS ESTRATÉGICOS

Tarefa 1. Mobilização dos participantes da reunião

Devem ser convidados para esta oficina todos os representantes do CMM responsáveis pelo Projecto, das diferentes Direcções Municipais: Direcção de Serviço Municipal de Planeamento Urbano e Ambiente - **DMPUA**, Direcção Municipal de Infra estrutura - **DMI**, de Mercados e Feiras- **DMMF**, de Saúde e Salubridade - **DMSS**, de Transporte e Trânsito - **DMTT**, de Educação, Cultura e Desporto – **DMED**. Cada Direcção poderá indicar o representante mais adequado para participar do evento. Os convites podem ser enviados via e-mail e no texto da mensagem deve ser especificado o motivo da reunião e o objectivo.

Tarefa 2. Realização da oficina com os representantes do CMM

A equipa técnica do projecto (com os consultores) deverá apresentar a todos os participantes, através da utilização de slides e Datashow, os objectivos do projecto e as principais etapas de realização (conhecimento – planeamento – execução), juntamente com as estratégias metodológicas para a realização das acções previstas. Em particular deverão ser apresentadas as principais actividades para a realização do Diagnóstico Integrado.

Após a apresentação será aberta uma discussão para conhecer a percepção dos participantes sobre as grandes questões socio-económicas relativas a área do projecto, de forma que cada um possa indicar, segundo seu conhecimento e sua área de actuação, as principais problemáticas do local e os principais recursos existentes, indicando também quais focos de actuação deveriam ser priorizados. Os participantes deverão ainda sugerir uma lista de actores estratégicos e stakeholders que poderiam ser contactados para ampliação do conhecimento da área.

Considerando-se o número de participantes, na segunda etapa da oficina será utilizada a técnica de *open space*, onde os participantes são divididos em mesas para trabalharem os temas indicados acima. Cada mesa elege no início da discussão um representante, que anotarás as conclusões de seu grupo. Ao final as mesas são desfeitas e se estabelece novamente a plenária, onde os representantes de cada mesa apresentarão as suas conclusões, aí sim para uma discussão de poucos minutos, colectiva. É importante em cada oficina registar os principais conteúdos em uma acta e ter uma lista de presença assinada por todos.

Tarefa 3. Mobilização feita por entrevistas individuais com os actores chave do CMM

Após a oficina geral com todos os representantes do CMM serão marcadas entrevistas individuais de aprofundamento com alguns deles, para melhor entendimento dos assuntos gerais abordados na reunião colectiva e para

eventualmente ampliar a lista dos stakeholders estratégicos do projecto. É uma acção onde, além do levantamento de informações, já se estabelece uma estratégia de engajamento dos actores chave ao processo, a partir de suas áreas de actuação e interesses específicos.

Tarefa 4. Esboço de lista de stakeholders, lideranças e informantes chave da área

Após o ciclo de reuniões colectivas e entrevistas individuais, a equipa do projecto deverá ter uma primeira lista de pessoas da comunidade e representantes institucionais que deverão ser encontrados pelos técnicos do projecto, antes do início das actividades em campo.

Figura 48 - Apresentação pública do PPU do Bairro Chamanculo C, Maputo



Fonte: AVSI - Synergia - Khandlelo

em contacto com pessoas influentes do bairro e informantes chave que poderão apoiar as actividades do Diagnóstico Integrado e oferecer uma primeira visão panorâmica da situação do bairro, suas principais problemáticas e recursos. É importante em cada reunião registar os principais conteúdos em uma acta e ter uma lista de presença assinada por todos.

Tarefa 2. Mobilização com uso de reunião com o Secretário do Bairro e oficinas com comissões de apoio ao Secretário do Bairro

Da mesma forma o Vereador do distrito poderá apresentar a equipa do projecto ao Secretário do Bairro, que, por sua vez, favorecerá o encontro e o diálogo com as diferentes comissões de apoio ao Secretário do Bairro (Comissão de Actividades Económicas, Mercados e mercados informais; Comissão de Educação, Cultura e Desporto). Como na tarefa anterior, nestas oficinas a equipa poderá conhecer pessoas influentes do bairro e informantes chave que poderão apoiar as actividades do Diagnóstico Integrado e oferecer novas informações sobre o território, suas principais problemáticas e recursos. É importante em cada evento registar os principais conteúdos em uma acta e ter uma lista de presença assinada.

Tarefa 3. Reunião com os chefes de quarteirão e representantes das 10 casas

O secretário do bairro deverá introduzir também a equipa aos chefes de quarteirão e representantes das 10 casas que, por serem moradores do bairro, possuem um conhecimento directo tanto das pessoas que residem na área, como também das grandes questões, recursos e interesses dos moradores, de forma mais detalhada. Os representantes de quarteirão e chefes das 10 casas também terão um papel fundamental no desenvolvimento da pesquisa censitária e amostral que será realizada dentro do DI, e no reconhecimento dos limites dos quarteirões. Esta tarefa também deve ter seus principais conteúdos registados em uma acta e ter uma lista de presença assinada.

Tarefa 4. Oficina com informantes chaves e líderes comunitários

Além dos representantes institucionais, existem em cada bairro, pessoas influentes, líderes comunitários, moradores particularmente activos na vida comunitária, pessoas que possuem um conhecimento profundo da área. É fundamental que a equipa possa reunir com estas pessoas e apresentar o trabalho, pedindo suporte e ajuda no desenvolvimento do projecto, e especialmente colectando informações estratégicas sobre o bairro. Para este último fim, a equipa social deve utilizar a técnica de *open space*, citada anteriormente (vide Tarefa 2). A actividade tem os principais conteúdos registados em acta e deve ter uma lista de presença assinada.

1

REUNIÃO COM LIDERANÇAS INDICADAS PELO CMM PARA APRESENTAÇÃO DA EQUIPA E VALIDAÇÃO DA AGENDA DE ENTRADA NA ÁREA

2

Tarefa 1. Mobilização com uso de reunião com o Vereador do Distrito e encontros com as direcções distritais e conselho consultivo do distrito

3

4

A equipa dos técnicos do projecto, acompanhada pelos técnicos do CMM, deverá reunir-se com o Vereador do Distrito e os representantes das direcções distritais, para se introduzir e apresentar o trabalho que será desenvolvido no bairro. O Vereador do Distrito também favorecerá o encontro entre a equipa e os membros do conselho consultivo do distrito, através do qual os técnicos poderão entrar

5

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A EXPLORAÇÃO DE FONTES SECUNDÁRIAS

ETAPA 2 - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A EXPLORAÇÃO DE FONTES SECUNDÁRIAS.....140

Actividade 1: Identificação em publicações e internet de actores estratégicos relevantes 141

Nesta etapa o entendimento das relações sociais e de poderes existentes é ampliada, a partir dos registos existentes na media, internet, artigos, etc.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

IDENTIFICAÇÃO EM PUBLICAÇÕES E INTERNET DE ACTORES ESTRATÉGICOS RELEVANTES

Tarefa 1. Análise dos documentos existentes para identificação de actores estratégicos relevantes

Da análise dos documentos seleccionados para a elaboração do Diagnóstico Integrado (conforme detalhado em capítulo anterior) poderão ser listados outros actores chave a serem incluídos na lista dos stakeholders, por exemplo empresas públicas e privadas que realizam serviços no território. Estes actores serão contactados sem entrevistas individuais.

Figura 49 - Mobilização comunitária no Bairro Chamanculo C, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS DA MACROÁREA

ETAPA 3 - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS DA MACRO ÁREA.....142

Actividade 1: Constituição do Escritório de campo	143
Actividade 2: Constituição do Centro Comunitário	143
Actividade 3: Reunião com lideranças e moradores para apresentação da proposta de aplicação de pesquisas	144
Actividade 4: Constituição do comité de acompanhamento do projecto e dos Grupos Temáticos – GT	145
Actividade 5: Actividades preparatórias para a realização de estudos, pesquisas e entrevistas com informantes chave	146
Actividade 6: Realização de estudos, pesquisas e entrevistas com informantes chave	147
Actividade 7: Mapeamento e elaboração da matriz de stakeholders.	147

Esta é uma etapa de intensa relação entre a equipa de campo e a comunidade. Marca a entrada formal do Projecto na área e a formação das instâncias de gestão compartilhada que irão acompanhar o Projecto até o final da elaboração do PDLI: o Comitê de Acompanhamento de Obras e os Grupo Temáticos.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7

1 CONSTITUIÇÃO DO ESCRITÓRIO DE CAMPO

Tarefa 1. Instalação do escritório de campo

Para facilitar a coordenação das actividades do projecto no campo e estabelecer um ponto de encontro permanente entre a equipa técnica e a comunidade, é fundamental instalar e apetrechar um escritório de campo na área de intervenção. O escritório deve ser a base do trabalho social e da presença da equipa técnica, por este motivo deve ser situado numa área de fácil acesso para a comunidade (possivelmente numa praça, ou lugar acessível e conhecido). A estrutura pode ser simples, mas deve existir uma sala para o trabalho técnico, equipada com um computador e impressora e uma sala para os atendimentos individuais dos moradores que necessitem de orientações ou informações que devem ser oferecidas pelos técnicos do projecto.

Tarefa 2. Organização da rotina do trabalho no escritório de campo

Deve-se garantir a presença permanente de pelo menos dois técnicos sociais – que falem fluentemente a língua local – no escritório de campo, todos os dias, para atendimento da comunidade e registo de tudo. No escritório acontecem os atendimentos individuais e colectivos para esclarecimentos e encaminhamentos relacionados com o projecto. O escritório de campo permite à equipa social do projecto desenvolver uma leitura de dentro da realidade do bairro. A presença diária dos técnicos sociais favorece o relacionamento com os moradores, possibilitando o estabelecimento de elos de confiança, não só no que diz respeito à equipa social, como também em relação ao projecto.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7

2 CONSTITUIÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO

Tarefa 1. Instalação e equipamento do Centro Comunitário

Para o envolvimento da comunidade no processo de intervenção, é fundamental a existência de um espaço social para encontros, à disposição da comunidade. O Centro Comunitário deve ser situado numa área de fácil acesso para a comunidade (possivelmente numa praça, ou em lugar conhecido) e perto do escritório de campo. A estrutura pode ser simples, mas deve existir uma área aberta, espaçosa e com cobertura para a chuva, que possa sediar um elevado número de moradores. Nela devem acontecer os encontros comunitários sistemáticos com núcleos de entidades parceiras dos projectos, as reuniões com os representantes comunitários e com as associações locais. O centro comunitário é o lugar de discussão na fase de mobilização e de restituição dos resultados do Diagnóstico Integrado à comunidade. A equipa técnica de intervenção deve realizar neste espaço os encontros que possam garantir o acompanhamento do projecto por parte da comunidade e as audiências públicas nas suas principais etapas, com o objectivo de compartilhar os resultados dos estudos e definir as prioridades de intervenção da área.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7

Tarefa 2. Organização da rotina do trabalho no escritório de campo.

Deve ser pensada uma forma de gestão deste espaço comunitário, em colaboração com a equipa do projecto, mas com a participação e o comprometimento da comunidade. Isto pode acontecer através de cessão da estrutura para actividades de organizações ou associações locais, que também podem gerenciar e promover a sua utilização para manifestações artísticas ou culturais.

REUNIÃO COM LIDERANÇAS E MORADORES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE PESQUISAS

Figura 50 - Reunião com os líderes comunitários do Bairro George Dimitrov



Fonte - AVSI - Synergia - Khandlelo

Tarefa 1. Reunião com líderes e representantes comunitários

A equipa dos técnicos do projecto deverá encontrar as lideranças formais e informais do bairro para preparar a entrada em campo da equipa técnica para o trabalho da colecta de dados para o Diagnóstico Integrado. Nesta fase serão apresentados aos moradores os objectivos e metas dos estudos e pesquisas que acontecerão na macroárea, apresentando também, quando possível, os técnicos que irão realizar essas pesquisas e os instrumentos que serão utilizados. Nesta reunião se deve pedir às lideranças todo o apoio possível para divulgar as informações para os moradores, fornecendo o material de comunicação (folders, panfletos, cartazes) que poderão suportar o trabalho de divulgação das actividades do projecto. Também os líderes comunitários poderão ser engajados para apresentar as actividades do Diagnóstico Integrado para os moradores durante as reuniões comunitárias. Também nessa actividade é importante registar os principais conteúdos em uma acta e ter uma lista de presença assinada. Durante a pesquisa, os pesquisadores deverão ser identificados com uma blusa ou boné com a marca do projecto, de forma a serem facilmente identificáveis pelos moradores.

Tarefa 2. Mobilização com reuniões com a comunidade

Para preparar a entrada em campo da equipa técnica para o trabalho da colecta de dados na macroárea para o Diagnóstico Integrado, deverão ser organizadas algumas reuniões comunitárias no Centro Comunitário, para favorecer a presença do maior número possível de moradores. Os moradores deverão ser chamados a participar destas reuniões através da utilização de folhetos,

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7

CONSTITUIÇÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO DO PROJECTO E DOS GRUPOS TEMÁTICOS – GT

Tarefa 1. Seminário com líderes comunitários para constituição do Comité de Acompanhamento do Projecto

Todos os líderes comunitários e informantes chave conhecidos são convidados a participar de um Seminário, a ser realizado no Centro Comunitário, para a constituição do Comité de Acompanhamento do Projecto.

No Seminário, técnicos de diferentes sectores e expertises apresentarão os diversos aspectos do conceito de Desenvolvimento Local Integrado, e as suas metas nos níveis ambiental, socio-económico e urbanístico, detalhando os macro-processos envolvidos. O evento deve garantir que após cada apresentação haja um debate em plenária, onde os participantes poderão expressar suas opiniões e questionamentos sobre o projecto e o processo de participação e gestão compartilhada.

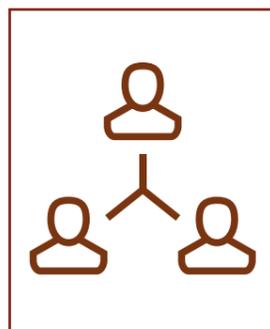
O processo de adesão ao Comité deve ser espontâneo, apoiado por intensa acção de mobilização e estratégia de comunicação. A participação ao Comité não deve ser restrita aos líderes comunitários (chefes de quarteirão, chefes das 10 casas e pessoas influentes no bairro), ao contrário, deve ser estendida a outros moradores que manifestarem interesse em participar. Por este motivo, após o Seminário com os líderes, pode haver novas adesões de moradores. O Comité de Acompanhamento do Projecto é a primeira instância de gestão compartilhada formalmente estabelecida, estruturada para garantir a discussão de cada etapa do Projecto e respectivas estratégias e programações. Não possui um carácter deliberativo, mas é um ponto de diálogo constante entre o poder público, investidores, consultores e executores, com a comunidade. O Comité tem a função principal de se posicionar sobre temáticas específicas e a sua função é a de planejar, acompanhar e avaliar as acções de interesse da comunidade.

Tarefa 2. Constituição dos Grupos Temáticos – GTs

Para garantir a participação mais efectiva dos líderes comunitários e moradores interessados, o Comité de Acompanhamento do Projecto deve se consolidar na forma de Grupos Temáticos, organizados por interesses específicos, cuja actuação se dá desde as etapas consultivas de planeamento das acções até as deliberativas, relacionadas à priorização de acções, investimentos, metas e indicadores sociais de avaliação. Eles constituem a instância efetiva e formal para as acções de gestão compartilhada, respondendo muitas vezes pela capilarização da escuta da comunidade assim como pela divulgação aos moradores das

informações sobre o andamento e perspectivas do Projecto.

Os Grupos Temáticos (GT) são, via de regra, os seguintes:



1. GT Obras prioritárias (acompanhamento das obras)
2. GT Educação
3. GT Saúde
4. GT Trabalho e Renda
5. GT Meio Ambiente
6. GT Desporto/Cultura/Lazer e Prevenção da Violência

Figura 51 - Reunião com o Comité de Acompanhamento do Projecto no Bairro Chamanculo C



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7

ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS E ENTREVISTAS COM INFORMANTES CHAVE

Tarefa 1. Reuniões de rua ou por polígonos territoriais

Para garantir a actividade dos pesquisadores na realização de estudos e pesquisas, além das reuniões comunitárias gerais para informar a população do início das actividades, é necessário realizar reuniões de rua ou por polígonos territoriais, para dar informações aos moradores sobre a metodologia do trabalho das pesquisas amostrais que serão realizadas na macroárea. Os convites para participar destas reuniões deverão ser entregues pela equipa social e/ou líderes comunitários de casa em casa. As reuniões deverão acontecer no centro comunitário, em horários que permitam a participação do maior número de moradores.

Tarefa 2. Mobilização de divulgação porta a porta

Além da realização de reuniões, é necessário que todos os moradores sejam informados do início das actividades de estudo e da pesquisa socio-económica, em que os pesquisadores entrarão nas casas de alguns dos moradores para aplicação de questionários. Por este motivo é fundamental que a equipa social e/ ou os líderes comunitários, entreguem material de divulgação e explicativo através de um trabalho “porta a porta”, garantindo que moradores não entrevistados não se sintam excluídos.

Tarefa 3. Reuniões Comunitárias

Além das reuniões por polígonos territoriais, é importante realizar, no centro comunitário, reuniões gerais convidando todos os moradores e líderes comunitários, para informar os moradores sobre o início das actividades de estudos e pesquisas amostrais. Os convites para estas reuniões deverão ser entregues pela equipa social e lideranças comunitária de casa em casa.

Tarefa 4. Divulgação no bairro

Também é fundamental distribuir na comunidade material informativo sobre o início das actividades de estudos e pesquisa socio-económica no bairro, assim como distribuir cartazes nos pontos mais conhecidos do bairro e, se for necessário, divulgar a actividade através de carro de som.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7

REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS E ENTREVISTAS COM INFORMANTES CHAVE

Tarefa 1. Reuniões com informantes chave

Além da constituição do Comité de Acompanhamento do Projecto e dos Grupos Temáticos, deverão ser realizadas algumas entrevistas com os informantes chave, para aprofundar o conhecimento da macroárea. As entrevistas serão realizadas conforme especificado no capítulo III , e devem levantar informações sobre o acesso ao mercado de trabalho, e sobre as **organizações e instituições que actuam na macroárea**, identificando todas as associações da sociedade civil presentes no território assim como instituições públicas e privadas e equipamentos que desenvolvem algum tipo de serviço para a comunidade (escolas, hospitais, centros de saúde etc.). O conhecimento das associações da sociedade civil e equipamentos será realizado conforme especificado no capítulo III – Metodologia para elaboração do Diagnóstico Integrado

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7

MAPEAMENTO E ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE STAKEHOLDERS

Tarefa 1. Mapeamento dos Stakeholders

Durante o levantamento da Dimensão Socio organizativa do DI e durante a realização de entrevistas, estudos e pesquisas, é possível mapear de forma mais sistemática todos os principais Stakeholders presentes no território e que possuem uma importância estratégica para a execução das diversas actividades do projecto e, de forma geral, para o desenvolvimento da comunidade. O mapeamento deve elencar todos os actores e suas principais funções relacionadas com o objectivo do projecto, e é a base para a elaboração da matriz de stakeholders, que irá direcionar as relações com cada público alvo.

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE O CONHECIMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA

ETAPA 4 - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE O CONHECIMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA.....148

Actividade 1: Reuniões com grupos de moradores, por ruas ou polígonos territoriais, para apresentação do Projecto e da metodologia	149
Actividade 2: Reuniões Comunitárias para divulgação do início da pesquisa cadastral e censitária.....	150
Actividade 3: Acompanhamento das pesquisas.....	150

Nesta etapa as relações da equipa com a comunidade são estreitadas, e vão além do público participante do Comitê de Acompanhamento de Obra, capilarizando-se a cada domicílio afetado pelo Projecto. O processo de gestão compartilhada garante aqui que toda a comunidade compreenda e possa manifestar-se sobre as actividades de Diagnóstico que serão realizadas, permitindo que se identifique expectativas e peculiaridades sociais de territórios ou grupos específicos. Aqui será focalizada especificamente a população da área de intervenção física, objecto directo do PDLI.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

1 REUNIÕES COM GRUPOS DE MORADORES, POR RUAS OU POLÍGONOS TERRITORIAIS, PARA APRESENTAÇÃO DO PROJECTO E DA METODOLOGIA

Tarefa 1. Reuniões de rua ou por polígonos territoriais

Para garantir a actividade dos pesquisadores na realização da pesquisa cadastral na área de intervenção física, além das reuniões comunitárias gerais para informar a população do início das actividades, é necessário realizar reuniões de rua e/ou por polígonos territoriais, para dar informações aos moradores sobre a metodologia do trabalho desta pesquisa censitária, conforme descrito no Capítulo III. Os convites para participar destas reuniões são entregues pela equipa social e/ou líderes comunitários de casa em casa, em visitas domiciliares de mobilização. As reuniões acontecem ao ar livre, no território abrangido, ou no centro comunitário atendendo grupos de famílias de área determinada, em horários que permitam a participação do maior número de moradores.

Tarefa 2. Mobilização com entrega de material de divulgação

Além da realização de reuniões directamente com a população, é necessário que todos os moradores sejam informados da segunda visita às suas casas pelos pesquisadores, para realização da pesquisa que acontecerá especificamente na área de intervenção física. Por este motivo é fundamental que a equipa social e/ ou os líderes comunitários, entreguem material explicativo através de um trabalho “porta a porta”, diferenciando as duas pesquisas que serão realizadas: a primeira amostral e a segunda censitária.

Figura 52 - Reunião por quarteirão no Bairro Chamanculo C, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

REUNIÕES COMUNITÁRIAS PARA DIVULGAÇÃO DO INÍCIO DA PESQUISA CADASTRAL E CENSITÁRIA

Tarefa 1. Reuniões Comunitárias

Além das reuniões por polígonos territoriais, é importante realizar, no centro comunitário, reuniões gerais convidando todos os moradores e líderes comunitários do território de intervenção para informar sobre o início da pesquisa cadastral e censitária, explicando quais os limites territoriais (áreas) de realização desta pesquisa, para que populações que não serão visitadas não se sintam excluídas. Os convites para estas reuniões deverão ser entregues pela equipa social e lideranças comunitárias de casa em casa.

Tarefa 2. Divulgação sobre a pesquisa nas áreas pré definidas

Também é fundamental distribuir na comunidade que será pesquisada o material informativo sobre o início das actividades de pesquisa, assim como distribuir cartazes nos pontos mais conhecidos do bairro e, se for necessário, divulgar a actividade através de carro de som.

Figura 53 - Reunião no centro comunitário do Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

ACOMPANHAMENTO DAS PESQUISAS

Tarefa 1. Acompanhamento social

Técnicos sociais deverão acompanhar a realização das duas pesquisas para, caso sejam identificadas situações de vulnerabilidade extrema, sejam dados os encaminhamentos sociais necessários. Esses técnicos também devem mediar situações de resistência ou desconfiança em relação à pesquisa, atuando na orientação e esclarecimento às famílias.

Figura 54 - Ficha do Cadastro rápido das Construções

Área piloto George Dimitrov FICHA DO CADASTRO RÁPIDO DAS CONSTRUÇÕES		 Conselho Municipal de Maputo	
1 - Nº Selo:		5 - Uso do Domicílio:	
2 - Endereço (Rua, Avenida, Beco...):		<input type="checkbox"/> 1 - Residencial <input type="checkbox"/> 2 - Comercial/Artesanal (*) <input type="checkbox"/> 3 - Industrial/Produtivo (*) <input type="checkbox"/> 4 - Serviços Comunitários (*) <input type="checkbox"/> 5 - Serviços Técnicos (*) <input type="checkbox"/> 6 - Desocupado ou Em construção (*) <input type="checkbox"/> 7 - Misto (*) (*) Especifique: _____	
3 - Número:			
4 - Talhão (Lote):			
<input type="checkbox"/> Singular <input type="checkbox"/> Colectivo ► Selos relacionados: _____			
I - Visitas / Tentativas e Identificação do Responsável			
6 - Data	7 - Hora	8 - Situação	
		<input type="checkbox"/> 1-Realizado <input type="checkbox"/> 2-Recusa <input type="checkbox"/> 3-Ausente <input type="checkbox"/> 4-Imóvel Fechado <input type="checkbox"/> 5-Outros:	
		<input type="checkbox"/> 1-Realizado <input type="checkbox"/> 2-Recusa <input type="checkbox"/> 3-Ausente <input type="checkbox"/> 4-Imóvel Fechado <input type="checkbox"/> 5-Outros:	
		<input type="checkbox"/> 1-Realizado <input type="checkbox"/> 2-Recusa <input type="checkbox"/> 3-Ausente <input type="checkbox"/> 4-Imóvel Fechado <input type="checkbox"/> 5-Outros:	
9 - Nome completo do entrevistado(a):		10 - Contacto:	11 - Nome completo do responsável da família:
12 - Situação entrevistado em relação ao responsável:			
<input type="checkbox"/> 1 - Responsável da família <input type="checkbox"/> 2 - Espos(a)/Companheiro(a) <input type="checkbox"/> 3 - Filho(a) <input type="checkbox"/> 6 - Outro Parente <input type="checkbox"/> 9 - Outros: _____			
II - Dados sobre o Talhão (Lote)			
13 - Desde quando mora no talhão? ____		15 - Tipo de vedação do talhão (marque somente se identificado):	
14 - Quando chove o talhão inunda-se?		<input type="checkbox"/> Muro <input type="checkbox"/> Caniço/Bambu/Espinhosa <input type="checkbox"/> Chapa de Zinco/Papelão/Lona <input type="checkbox"/> N/P	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		16 - Usa o talhão para produzir alimentos? <input type="checkbox"/> Horta <input type="checkbox"/> Criação <input type="checkbox"/> N/P	
III - Dados sobre o Domicílio (Casa)			
17 - Regime de ocupação do domicílio:		18 - Número total de pisos (pavimentos) na edificação: _____	
<input type="checkbox"/> 1 - Própria: ► <input type="checkbox"/> 1.1 - Tem DUAT <input type="checkbox"/> 1.2 - Não tem DUAT <input type="checkbox"/> 2 - Arrendada: ► <input type="checkbox"/> 2.1 - APIE <input type="checkbox"/> 2.2 - Particular <input type="checkbox"/> 3 - Cedida <input type="checkbox"/> 4 - Outros (especifique): _____ <input type="checkbox"/> 5 - NS/NR		19 - Número de pisos ocupados pelo mesmo domicílio: _____ 20 - Número de compartimentos no domicílio: _____ 21 - Número de moradores no domicílio: _____ 22 - Número de famílias no domicílio: _____	
23 - Situação da Cobertura:			
<input type="checkbox"/> 1 - Telha <input type="checkbox"/> 2 - Argila <input type="checkbox"/> 3 - Caniço/Bambu <input type="checkbox"/> 4 - Chapa tratada <input type="checkbox"/> 5 - Chapa de Zinco/Lusailite/Amianto/ Papelão/Lona <input type="checkbox"/> 6 - Outros: _____			
24 - Situação das paredes externas:			
<input type="checkbox"/> 1 - Alvenaria com revestimento <input type="checkbox"/> 2 - Alvenaria sem revestimento <input type="checkbox"/> 3 - Argila <input type="checkbox"/> 4 - Caniço/Bambu <input type="checkbox"/> 4 - Chapa de Zinco/Papelão/Lona <input type="checkbox"/> 5 - Outros: _____			
Observações:			
27 - Pesquisador:		28 - Data Aplicação : ____/____/____	
29 - Revisor:		30 - Data Revisão : ____/____/____	

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A CONCLUSÃO DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO

ETAPA 5 - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A CONCLUSÃO DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO152

- Actividade 1: Devolução dos resultados das pesquisas para o Comité de Acompanhamento e GT's 153
- Actividade 2: Reuniões para devolução da pesquisa às associações comunitárias..... 154
- Actividade 3: Reuniões comunitárias para devolução dos resultados das pesquisas à população em geral 154

Nesta etapa o Diagnóstico será validado pela comunidade. É uma etapa estratégica para a gestão compartilhada, pois deve garantir que a visão técnica que irá conduzir a elaboração do PDLI está alinhada com a da população moradora, representando a sua percepção sobre o território e todas as suas complexas dimensões sociais.

Como na etapa anterior, aqui a consulta à população vai além do Comité de Acompanhamento de Obras, envolvendo todas Associações e Instituições com actuação local, e numa estratégia específica, toda a população.

Figura 55 - Reunião com moradores do Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

- ACTIVIDADE**
- 1 **DEVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS PARA O COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO E GT'S**
 - 2 **Tarefa 1. Reunião com o Comité para devolução dos resultados das pesquisas**
 - 3 É importante que a equipa técnica compartilhe com o Comité de Acompanhamento do Projecto todos os resultados das pesquisas e estudos realizados, tanto na macroárea, como na área de intervenção física. O *feedback* do Comité de Acompanhamento do Projecto sobre a veracidade dos resultados dos estudos do DI é fundamental para as próximas etapas do trabalho. Também nesta reunião deve ser discutida a estratégia e abordagem para a divulgação dos resultados para a comunidade.
 - 4 **Tarefa 2. Oficinas com os Grupos Temáticos**
 - 5 Devem ser marcadas oficinas sectoriais, específicas, com os diferentes Grupos Temáticos do Comité, para análise conjunta e em detalhes, de cada estudo e pesquisa. Por exemplo, o GT Trabalho e Renda deverá actuar numa análise mais aprofundada no estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho na macroárea. Da mesma forma o GT Educação deverá analisar e conhecer o estudo sobre as instituições educativas da área etc. Essa avaliação dos Grupos Temáticos permite a verificação da pertinência dos resultados dos vários estudos.

1

REUNIÕES PARA DEVOLUÇÃO DA PESQUISA ÀS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

2

Tarefa 1. Devolução da pesquisa para as Associações da Sociedade Civil

3

Este público deve validar os resultados dos estudos da socio-organização local. Assim, é importante que, terminado o estudo sobre as associações comunitárias, estas sejam convidadas para uma reunião no Centro Comunitário, aberta para a comunidade, para que possa ser apresentado e discutido com elas o resultado da pesquisa. É fundamental que as associações se reconheçam no diagnóstico realizado e verifiquem a veracidade dos resultados colectados. Poderão ser utilizadas as ferramentas de data show e flip chart.

4

5

1

REUNIÕES COMUNITÁRIAS PARA DEVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS À POPULAÇÃO EM GERAL

2

Tarefa 1. Reuniões comunitárias

3

Uma vez analisado e verificado o conteúdo de cada estudo com o Comité de Acompanhamento do Projecto, os Grupos Temáticos e os diferentes segmentos da população interessados, é fundamental organizar um momento público de devolução geral dos resultados das pesquisas para toda a comunidade. As reuniões serão organizadas com grupos de moradores, reunidos por territórios ou temas de interesse, e deverão acontecer no Centro Comunitário, sendo abertas a todos os moradores interessados.

4

5

A divulgação poderá acontecer com o suporte dos líderes comunitários, através da entrega de convites porta a porta e os eventos deverão ser realizados em horários compatíveis com os compromissos dos moradores. Para a apresentação dos conteúdos para a comunidade é fundamental utilizar uma forma comunicativa adequada, suportada por material áudio visual. Também é desejável que alguns membros do Comité, pertencentes aos diferentes GT's, possam apresentar directamente parte dos conteúdos aos moradores, como forma de aumentar seus compromissos com o projecto.

Figura 56 - Audiência pública no Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A ELABORAÇÃO DO PDLI

ETAPA 6 - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A ELABORAÇÃO DO PDLI156

Actividade 1: Reunião preparatória com Comité de Acompanhamento do Projecto e discussão com CMM	157
Actividade 2: Oficinas com comité de acompanhamento e GT para Definição de Eixos de intervenção e acções estratégicas	157
Actividade 3: Reuniões comunitárias para apresentação das propostas de acções e diálogo com a comunidade	158
Actividade 4: Oficinas de Capacitação para os GT	158
Actividade 5: Mobilização da comunidade e Consultas Populares	159

A gestão compartilhada da elaboração do PDLI é complexa, pois o Plano é elaborado por especialistas, numa linguagem e sob conceitos de difícil entendimento. Assim, os Grupos Temáticos devem ser capacitados nesta etapa para a discussão de cada intervenção proposta.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

1 REUNIÃO PREPARATÓRIA COM COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO DO PROJECTO E DISCUSSÃO COM CMM

Tarefa 1. Reunião do Comité de Acompanhamento do Projecto

Para poder preparar a comunidade para o diálogo sobre a elaboração do PDLI, é necessária uma reunião preparatória em que é apresentada, pela Equipa, a síntese dos principais resultados do DI, a partir do qual são deduzidas as principais directrizes para o desenvolvimento da área. Deve ser demonstrado ao Comité o processo lógico que partiu da leitura dos dados da realidade, para chegar a evidenciar os principais eixos de intervenção. Estes eixos de intervenção e as prioridades para o desenvolvimento do bairro devem ser compartilhados e discutidos com o Comité, de forma a haver um consenso sobre a base para a elaboração do PDLI.

Tarefa 2. Seminário para discussão da equipa técnica com os representantes do CMM

Os eixos prioritários definidos, derivados do DI e discutidos com o Comité de Acompanhamento do Projecto deverão ser apresentados aos técnicos de todas as instâncias representativas do CMM interessadas ao desenvolvimento do bairro, em um Seminário onde os diversos técnicos envolvidos no estudo defenderão os eixos prioritizados, e o prognóstico de sua implantação. Após o diálogo com o CMM deverá haver um consenso sobre os eixos prioritários de intervenção para a área.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

2 OFICINAS COM COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO E GT PARA DEFINIÇÃO DE EIXOS DE INTERVENÇÃO E ACÇÕES ESTRATÉGICAS

Tarefa 1. Oficinas com os GTs

Uma vez alcançado o consenso sobre as prioridades para intervenção da área, a equipa deverá organizar o trabalho sectorial para os diferentes Grupos Temáticos, para que cada um deles possa propor as acções prioritárias para cada eixo de intervenção, assim como sugerir as modalidades de execução das acções propostas. As oficinas deverão ser diferenciadas para cada GT e trabalhadas com modalidades interactivas, de forma a favorecer a participação activa dos interessados. Poderão ser utilizadas ferramentas como o flip chart e no final de cada oficina deverá ser redigida uma acta, assinada pelos participantes, em que serão resumidas as principais sugestões de cada Grupo Temático.

Tarefa 2. Reunião com o Comité de Acompanhamento do Projecto e GT

Após realizados os trabalhos temáticos com cada GT, é necessário realizar uma reunião geral com todo o Comité para apresentação das diferentes propostas e discussão/diálogo sobre seus conteúdos, para alcançar um consenso sobre as acções do PDLI. A partir deste diálogo a equipa técnica elaborará uma proposta de PDLI já previamente discutida com a Comunidade. No final da reunião deverá ser redigida uma acta, assinada pelos participantes, contendo as principais sugestões do Comité.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

REUNIÕES COMUNITÁRIAS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ACÇÕES E DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Tarefa 1. Elaboração da proposta do PDLI e Oficina com o CMM

A equipa técnica deverá elaborar, a partir dos trabalhos de discussão e construção conjunta com a comunidade, uma apresentação da proposta das principais acções de desenvolvimento que compõem o PDLI. Esta proposta deverá ser apresentada em uma oficina com as principais instâncias representativas do CMM e discutida com os participantes. As sugestões dos participantes deverão ser incluídas na apresentação, que servirá como base para a elaboração do documento final (conforme detalhado no capítulo IV).

Tarefa 2. Reunião comunitária de apresentação das acções do PDLI

A equipa técnica, após a realização dos trabalhos sectoriais com os diferentes GT's, a discussão com o Comité de Acompanhamento do Projecto e o diálogo com o Município, terá elaborado uma proposta de acções do PDLI, deverá realizar uma reunião comunitária, no Centro Comunitário, aberta para as lideranças, os moradores, os representantes das associações locais, para apresentar as propostas do PDLI para a comunidade, com a participação das instâncias representativas do CMM. Após a apresentação deverá acontecer um momento de diálogo com os participantes para verificar que a comunidade esteja de acordo com as propostas efectuadas. Caso contrário a proposta poderá ser revista e alterada.

Figura 57 - Apresentação das propostas de intervenção no Bairro Chamanculo C, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

OFICINAS DE CAPACITAÇÃO PARA OS GT

Tarefa 1. Oficinas de capacitação para os Grupos Temáticos

É necessário estruturar a formação específica para cada GT, ligada às acções propostas no PDLI, para favorecer um acompanhamento mais efectivo dos participantes no desenvolvimento do Projecto. As oficinas deverão trabalhar os aspectos gerais relacionando ao papel dos Grupos Temáticos e à importância de seu envolvimento no decorrer do projecto, e também uma formação mais técnica para cada GT, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para garantir o acompanhamento da equipa técnica, dos consultores contratados, e para a supervisão e apoio ao desenvolvimento do projecto.

Figura 58 - Segunda audiência pública no Bairro Chamanculo C, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE E CONSULTAS POPULARES

Tarefa 1. Mobilização da comunidade, com divulgação e para uma Consulta Popular

A comunidade deverá ser convidada, com o apoio das lideranças locais e da equipa técnica, a participar de uma Consulta Popular de apresentação das acções do PDLI, que acontecerá na forma de uma Audiência Pública. A divulgação poderá acontecer através de convites entregues nas casas, além de anúncios em eventos/locais, distribuição de material informativo, cartazes e eventualmente, a depender da extensão da área, através também de divulgação através de anúncios no rádio e/ou carros de som.

Tarefa 2. Audiências Públicas

Uma vez alcançado o consenso da comunidade e do CMM sobre a proposta das acções do PDLI, é fundamental realizar, no Centro Comunitário, um evento público e oficial, que apresente para a comunidade o programa das acções a serem desenvolvidas no bairro, com seu cronograma de actuação. Na audiência pública deverão estar presentes os representantes do CMM, a equipa técnica e os líderes comunitários que apoiaram a elaboração do Plano. É importante ter um registo fotográfico e uma síntese dos principais assuntos tratados durante este encontro.

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

ETAPA 7 - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS.....160

Actividade 1: Oficinas e reuniões para definição dos critérios de uso dos equipamentos construídos	161
Actividade 2: Oficinas e reuniões de definição de critérios de selecção de parceiros	161
Actividade 3: Fiscalização e acompanhamento social dos edifícios comunitários.....	162

É importante destacar que nem sempre o PDLI resultará na construção de equipamentos. Assim, esta etapa diz respeito apenas às áreas onde ocorrer a implantação de edifícios.

As actividades desta etapa diferem da lógica estabelecida para a gestão compartilhada até aqui, pois uma estratégia de gestão será estabelecida para cada equipamento construído. Daí a importância de uma Comissão Mista poder acompanhar o andamento das diversas acções, de forma integrada, enquanto os Grupos Temáticos, relacionados a cada intervenção, devem compartilhar a gestão dos equipamentos, junto aos actores que serão directamente responsáveis por sua operação e utilização.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

1 OFICINAS E REUNIÕES PARA DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE USO DOS EQUIPAMENTOS CONSTRUIDOS

Tarefa 1. Reuniões com o CMM para definição dos critérios de uso dos equipamentos construídos

Cabe ao Município definir a tipologia de uso dos espaços comunitários construídos pelo CMM, dependendo da tipologia de edifício, das possibilidades de gestão da comunidade e da existência de interesse de investidores privados na região. Desta forma, tendo em conta os sujeitos presentes no território, o CMM deverá definir para cada edifício construído, qual a tipologia de uso do espaço: permissão de uso, concessão ou parceria público privada.

Tarefa 2. Busca de parceiros

Uma vez definida a tipologia de uso do espaço, a equipa técnica deverá oferecer suporte ao Município na busca de parceiros (associações comunitárias, grupos, lideranças, ou investidores privados) para a gestão dos edifícios, segundo as capacidades e potencialidades de cada um, visando o desenvolvimento do bairro.

Figura 59 - Centro comunitário do Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

2 OFICINAS E REUNIÕES DE DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PARCEIROS

Tarefa 1. Reuniões com Comité de Acompanhamento do Projecto

A escolha dos possíveis parceiros para a gestão dos edifícios deverá ser compartilhada com o Comité de Acompanhamento do Projecto e com os Grupos Temáticos, que poderão sugerir possíveis sujeitos comunitários interessados.

Tarefa 2. Definição dos critérios de selecção dos parceiros

Juntamente com o Comité de Acompanhamento do Projecto e com os Grupos Temáticos, a equipa técnica deverá redigir os critérios de selecção dos parceiros, a serem apresentados e discutidos com o CMM, de forma que atendam os principais requisitos, sendo eles: Garantia do atendimento ao Interesse Público, Sustentabilidade económica, Planeamento e Controle Orçamentário.

Para a escolha dos parceiros poderão ser adoptadas as seguintes modalidades:



- a. Concurso de Propostas de Projecto para entidades sem fins lucrativos;
- b. Credenciamento;
- c. Manifestação de Interesse por proponente privado;
- d. Chamada pública.

1

FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DOS EDIFÍCIOS COMUNITÁRIOS

2

Tarefa 1. Fiscalização por parte do CMM

A fiscalização por parte do CMM acontece de acordo com seu organograma (Vereador do Distrito Municipal, Secretário do bairro, chefes de quarteirões e chefes das dez casas), para supervisionar e acompanhar o andamento de cada projecto com o objectivo de garantir o interesse público.

4

Tarefa 2. Fiscalização por parte da Comunidade

A fiscalização por parte da comunidade se dá principalmente através do Comité de Acompanhamento do Projecto e através da acção específica dos Grupos Temáticos, que receberam formação também para supervisionar o andamento das acções do Projecto.

5

Tarefa 3. Criação de comissões mistas para a gestão dos diversos equipamentos, que asseguram a participação dos actores envolvidos

As comissões mistas são fundamentais para que a gestão compartilhada aconteça em todos os níveis e, por essa razão, devem ser compostas por membros do CMM, usuários directos do equipamento e operadores (parceiros privados, entidades sociais, parceiros comunitários etc.).

Tarefa 4. Definição de indicadores de monitoramento

Para garantir a fiscalização da gestão dos edifícios públicos, é necessário que, para cada um deles, possam ser definidos os indicadores prioritários e, ao mesmo tempo, seja definida uma rotina de trabalho para monitorar o andamento das actividades, assim como fiscalizar a conservação do estado do imóvel. A lista dos indicadores de monitoramento pode ser sugerida pela equipa técnica e pelos GT interessados, mas deve ser aprovada e definida pelo CMM, responsável pelos edifícios públicos.

Figura 60 - Encontro com o Comité de Acompanhamento do Projecto no Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A MONITORIA E AVALIAÇÃO

ETAPA 8 - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A MONITORIA E AVALIAÇÃO164

Actividade 1: Seleção e acompanhamento de Indicadores 165

Actividade 2: Avaliação..... 165

A gestão compartilhada na etapa de monitoria e avaliação deve refletir a maturidade alcançada pela comunidade local para gerir de forma autónoma os seus interesses. O apoio técnico será dado para a construção dos instrumentos e de uma agenda de monitoria, porém a rotina da realização desta agenda será comandada pela própria comunidade, através dos Grupos Temáticos e de lideranças envolvidas numa Comissão Mista que deverá ser criada especificamente para este fim, que também estarão envolvidas na gestão dos equipamentos comunitários.

A metodologia de monitoria e avaliação foi explicitada no capítulo VI deste Manual.

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES

Tarefa 1. Oficinas de Capacitação da Comissão Mista e Grupos Temáticos

É importante destacar que a Comissão Mista e Grupos Temáticos devem ser capacitados em oficinas próprias, para distinguir e acompanhar a evolução de indicadores de processos, de resultados e de impactos, e seus respectivos meios de verificação.

Os indicadores propostos para a avaliação de processos têm foco nas actividades desenvolvidas pelo projecto. Permitem acompanhar as metas quantitativas das actividades propostas, a relação entre o planeado e o realizado, a presença do público alvo nas actividades e verificar a pertinência das metas definidas. Oferecem às partes interessadas, um quadro para avaliação do andamento da execução do projecto.

Os indicadores de resultados apontarão com que qualidade os objectivos de cada Eixo do Projecto estão sendo cumpridos. Eles devem estabelecer uma relação mensurável entre as metas de qualidade e os resultados alcançados.

Os indicadores de impacto só poderão ser verificados após cada intervenção, pois se relacionam aos impactos positivos efectivos que a implementação do Plano deixou como legado à comunidade.

Tarefa 2. Construção dos Instrumentos de Controle

Uma pequena base de dados deverá ser formatada, acessível aos grupos responsáveis pela monitoria. Nas oficinas será feita a capacitação para a colecta dos dados e alimentação da base de dados, assim como serão definidos os parâmetros para avaliação de cada indicador (o que será considerado um desempenho bom, ruim ou mediano).

ACTIVIDADE

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

AVALIAÇÃO

Tarefa 1. Oficinas de Avaliação

As oficinas de avaliação serão feitas com a Comissão Mista, trimestralmente, devendo direccionar adequações às actividades do PDLI que estejam com desempenho ruim. Seus resultados devem ser divulgados para toda a comunidade.



CAPÍTULO VI MONITORIA E AVALIAÇÃO

Figura 61- Mercado Benfica no Bairro George Dimitrov, Maputo

Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Aqui são apresentados, de forma sintética e didática, alguns conceitos básicos sobre monitoria e avaliação (M&A). Anteriormente à discussão dos conceitos básicos de M&A, é oportuna uma breve introdução teórico-metodológica³.

DEFINIÇÕES

Monitorar e avaliar significa mensurar, normalmente por meio de indicadores, o desempenho de um projecto em relação a metas, assim como seus resultados sobre os beneficiários, directos e eventualmente indirectos. Seria errado pensar, como frequentemente ocorre, que a M&A tenha finalidades de fiscalização. Em realidade, a M&A é um instrumento central de gestão, necessário para acompanhar o andamento de um projecto e ajustar o rumo do mesmo onde for necessário, ou investigar seus efeitos, visando saber se os objectivos foram atingidos, inclusive buscando lições a serem aplicadas em outros projectos. Nesse sentido, na M&A conhecimento, decisão e acção são componentes imprescindivelmente ligados entre si.

Para finalidades didáticas, algumas definições são oportunas.

BOX 21 - MONITORIA E AVALIAÇÃO

MONITORIA. Processo contínuo de recolha e análise de informação para saber o quão bem um projecto, programa ou política está sendo implementado, basicamente em relação às actividades e aos produtos esperados (metas).

É uma actividade de gestão, que busca determinar se os recursos materiais, humanos e financeiros são adequados; se as actividades estão sendo implementadas conforme o cronograma e metas; se o plano de trabalho foi executado e se os produtos previstos foram efectivamente elaborados.

AVALIAÇÃO. Averiguação de uma intervenção planeada, em andamento ou concluída, para determinar a relevância, eficiência, efectividade, impacto ou sustentabilidade.

O foco é, normalmente, nos resultados de um projecto.

Objectivo é também incorporar lições aprendidas no processo de tomada de decisão.

Documenta e mede não somente o quanto um projecto foi bem sucedido, mas também de que maneira e porquê – o que fez o projecto funcionar?

Explora também resultados inesperados, alternativas possíveis.

Figura 62 - Entrevista aos moradores do Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

³Este capítulo está baseado em F. Notarbartolo di Villarosa, *Monitoramento e avaliação de programas de ação integrada em assentamentos precários*, Capítulo 7, em Denaldi R. (org.), *Curso à Distância - Ações Integradas de Urbanização em Assentamentos Precários*, Ministério das Cidades/Cities Alliance, Brasília/São Paulo 2009, pp. 353-379; Raupp M. e Rechlie A., *Avaliação: Ferramentas Para Melhorar Projetos*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC 2003; e Banco Mundial, *Curso de Monitoramento e Avaliação*, Brasília 2004 (mimeo)

Relações e diferenças entre M&A

É importante esclarecer as relações entre monitoria e avaliação.

A monitoria é uma actividade contínua ao longo do projecto – ela é menos episódica que a avaliação, que é normalmente realizada só no meio e no final do projecto, enquanto a monitoria é efectuada para períodos de tempo mais curtos (geralmente, produz relatórios a cada dois ou três meses).

A avaliação é facilitada pela monitoria pois desfruta de alguns dos dados desta última, mas usa também outras fontes de informação.

Também seus objectos são diferentes – a monitoria foca as actividades e eventualmente os produtos de um projecto, a avaliação os resultados (para as definições de actividades, produtos e resultados ver mais adiante a secção sobre Marco Lógico).

Portanto, espera-se que a monitoria mesure o desempenho efectivo em relação às metas do projecto (por exemplo: se a meta era “construir 1 km de estrada em três meses”, a monitoria mensura a extensão de estrada efetivamente construída no período considerado, indicando a eventual diferença entre o planeado e o realizado e tentando explicar e corrigir as razões pelas quais a meta não foi atingida).

Do outro lado, espera-se que a avaliação responda a perguntas mais abrangentes, investigando os efeitos gerados pelo projecto em relação aos objectivos finais desse último, assim como as razões pelas quais estes foram atingidos ou não (continuando no mesmo exemplo, buscando entender se a construção de 1 km de estrada contribuiu para melhorar a mobilidade no bairro, reduzindo o tempo de deslocamento de seus moradores assim como o trânsito, e articulando eventuais conclusões num contexto mais amplo, de impacto sistémico no bairro ou na cidade).

Na prática, a melhor maneira de pensar em monitoria e avaliação é como um processo contínuo e não como actividades discretas ou separadas. Embora tenham periodicidade, objectos e finalidades distintas, existe um certo grau de interação ou sobreposição entre as duas: de um lado, a avaliação utiliza alguns dos resultados da monitoria, embora aprofundando-os e interpretando-os num contexto mais abrangente; do outro lado, a monitoria não se limita somente a descrever o desempenho do projecto, mas o interpreta buscando soluções gerenciais a eventuais problemas identificados.

A M&A é um instrumento técnico, mas depende grandemente de um adequado suporte político. Consequentemente:



- Precisa de comprometimento das lideranças.
- Precisa de recursos técnicos, humanos e financeiros adequados.
- Precisa de uma combinação de capacidade institucional e vontade política.

Um erro que é cometido frequentemente, é limitar, na prática, o objecto da M&A aos investimentos e às actividades – conforme um viés orçamentário, contável. Por exemplo, medir quantos cursos com quantos participantes foram realizados e com que custo, é muito mais fácil do que medir quanto se aprendeu nestes cursos, e quanto foi aplicado na prática em decorrência dos mesmos. Entretanto, o que mais importa, num projecto, é o que se produz e com quais resultados para os beneficiários – não se pode esquecer que os

investimentos e as actividades são, em realidade, meios para atingir produtos e resultados que visam melhorar a vida das pessoas. Nesse sentido, ressalta-se mais uma vez que a M&A é um instrumento para gestão: o orçamento (os investimentos) gera actividades, mas estas não geram mecanicamente produtos e resultados – estes últimos são efeitos de uma boa gestão dos recursos investidos, e a M&A é justamente um instrumento para apoiar tal gestão.

TIPOS DE M&A

Dependendo do momento, no ciclo de vida de um projecto, em que é realizada a M&A, a finalidade desta última varia. A princípio, podemos considerar o “antes”, “durante” e “depois”.

- Diagnóstico (“antes”): precede o desenho de um projecto – identifica um problema, e desenha um projecto para solucioná-lo. Por exemplo, no caso do Projecto Piloto do bairro George Dimitrov, o diagnóstico integrado – urbanístico, social e ambiental – anteriormente descrito.
- Formativo (“durante”): referente aos processos implementados – comprova que as actividades estão sendo desenvolvidas de acordo com o planeado, documenta como estão ocorrendo, quais produtos são elaborados, aponta sucessos e fracassos, identifica áreas problemáticas, faz recomendações. Por exemplo, no caso do Projecto Piloto do bairro George Dimitrov, trata-se basicamente da avaliação de meio termo e dos relatórios periódicos de actividades.
- Sumativo (“depois”): referente aos resultados finais obtidos (correspondendo à avaliação final).

Alternativamente, pode ser usada a seguinte tipologia:

- Ex-ante: análise da relevância e viabilidade política, técnica, financeira e institucional do projecto (a ser realizada antes da elaboração do projecto); construção da linha de base (a ser realizada após a elaboração do projecto mas antes do início da intervenção).
- Durante: análise dos processos, produtos, eficiência, repercussão (a ser realizada ao longo da intervenção).
- Ex-post: análise do impacto e eficácia; lições aprendidas (a ser realizada depois do encerramento da intervenção).

Figura 63 - Pesquisa amostral no Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandllelo

CRITÉRIOS DA M&A

A M&A, conforme anteriormente dito, implica em mensurações; estas, por sua vez, são normalmente feitas com base em determinados critérios ou parâmetros específicos para o que se quer mensurar. Na M&A, os critérios mais frequentes são os seguintes:

- Eficácia: o grau em que o projecto atinge os seus objectivos específicos.
- Eficiência: a relação custo/benefício do projecto (se os benefícios são adequados aos custos, em termos monetários, de tempo etc.).
- Efectividade: se o projecto tem efeitos no ambiente externo; se está contribuindo para o alcance do fim (ou objectivo) geral.
- Sustentabilidade: a capacidade de continuidade dos efeitos do projecto após o seu término.
- Custo-efetividade (ou -oportunidade): comparação de formas alternativas de acção para atender ao mesmo objectivo com o menor custo (se mais benefícios poderiam ser obtidos pelo mesmo custo, ou os mesmos por um custo menor).

2. PLANEAMENTO DA M&A

Neste item é apresentada sinteticamente a sequência das etapas a serem consideradas no planeamento da M&A. Tal sequência foi considerada, com os devidos ajustes, na elaboração do plano operacional de M&A das intervenções no piloto de George Dimitrov.

Preliminarmente, algumas regras a serem seguidas na elaboração do Plano de M&A:

- Considerar a abrangência do Plano versus os recursos disponíveis.
- No desenho da M&A, simplificar, não complicar.
- Utilizar amostragem quando possível e oportuno.
- Identificar informações que permitam comparações.
- Usar instrumentos de boa qualidade técnica.
- Buscar a triangulação⁴ da informação.
- Desagregar os dados⁵.

As etapas que o Plano de M&A deve considerar são as seguintes:

- Esclarecer os objectivos do projecto e, portanto, da M&A.
- Seleccionar as perguntas às quais se quer responder com a M&A.
- Detalhar o desenho da M&A.
- Seleccionar os indicadores.
- Definir instrumentos e procedimentos para recolha dos dados.
- Definir instrumentos e procedimentos para análise dos dados.
- Definir previamente as características dos relatórios.
- Esboçar a estratégia para divulgação dos resultados.

Além das oito etapas acima listadas, há uma actividade que não se coloca cronologicamente dentro da sequência das etapas, mas é funcional a todas elas: trata-se da identificação dos elementos-chave para construção e manutenção do sistema de M&A, inclusive sua equipa.

Figura 64 - Recolha de dados no Bairro George Dimitrov, Maputo



Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

⁴Triangular os dados significa comparar os valores dos mesmos obtidos por fontes diferentes.

⁵Obviamente, dados originariamente desagregados sempre podem ser agregados conforme necessidade de análise. Vice-versa, dados que na sua origem já estão agregados não podem ser sucessivamente desagregados na análise.

ESCLARECER OS OBJECTIVOS

Os objectivos do M&A estão ligados aos objectivos e resultados esperados do projecto. Valem aqui as seguintes indicações:

- Não definir os objectivos e resultados sem considerar o ponto de vista de todos os stakeholders.
- Transformar as preocupações destes em resultados positivos esperados.
- Adoptar uma abordagem cooperativa, consultiva, comprometida com o consenso.
- Desagregar o objectivo: para quem? onde? quanto? quando?

Os objectivos de um projecto devem ser claros, explícitos e mensuráveis. Não adianta idealizar objectivos ambiciosos se os mesmos não podem ser mensurados pela M&A. O Marco Lógico (ver mais adiante, Secção 4) é uma ferramenta que auxilia neste sentido o desenho de um projecto.

É importante não confundir produtos com objectivos. Por exemplo, num projecto em São Paulo, cujo objecto era o plantio de árvores numa área degradada, a avaliação não era para focar – como poder-se-ia pensar superficialmente – o objectivo de quantas árvores tinham sido plantadas ou se a área resultasse embelezada, mas o resgate da auto-estima da comunidade que morava em tal área. Do esclarecimento deste objectivo – para o qual foi decisiva a conversa com os stakeholders – derivou evidentemente a escolha de um determinado desenho da M&A e de determinados instrumentos no lugar de outros.

Igualmente, num projecto de urbanização de assentamentos informais, normalmente o objectivo final não é o número de habitações reformadas ou de metros de estradas pavimentadas, mas a melhoria das condições de vida dos residentes.

ETAPA 1: ESCLARECER OS OBJECTIVOS172

SELECCIONAR
AS PERGUNTAS

A M&A tem início com uma pergunta, um problema ou uma hipótese, claramente associados aos objectivos do projecto. Selecionar as perguntas significa definir o foco da M&A, para que este não seja demasiado amplo e vago, ou específico e complexo demais.

Por exemplo, num projecto de urbanização de assentamentos precários focado na melhoria da mobilidade, a pergunta pode ser “quantas famílias ou alunos reduziram seu tempo de deslocamento até a escola ou trabalho”⁷, e “de quanto foi a melhoria média do tempo de deslocamento das famílias ou alunos até a escola ou o trabalho”, ou “qual o aumento mínimo necessário das linhas de transporte público para alcançar na média o tempo de deslocamento X”, e “qual o custo disso”. Evidentemente, trata-se de perguntas complementares e não alternativas. Entretanto, é fundamental que sejam explícitas.

**BOX 22 - CRITÉRIOS SUGERIDOS PARA SELECÇÃO DAS PERGUNTAS AS QUAIS
A M&A QUER RESPONDER:**

Por que é importante responder a esta pergunta?

Quem está interessado nesta informação?

O que se pode fazer com esta informação?

ETAPA 2: SELECCIONAR AS PERGUNTAS174

⁷Observe-se que estas duas perguntas, embora semelhantes, podem explicitar resultados muito diferentes. No primeiro caso, podemos ter, por exemplo, um número grande de famílias que melhoraram pouco seu tempo de deslocamento; no segundo caso, podemos ter – por trás de uma melhoria da nota média – poucas famílias que melhoraram muito seu tempo de deslocamento.

O desenho da M&A especifica quais dados recolher, como analisá-los e quais comparações serão feitas. A credibilidade do desenho está baseada na evidência da validade e na confiabilidade dos métodos propostos.

BOX 23 - VALIDADE E CONFIABILIDADE

Validade = quando o método é apropriado para medir o que queremos medir (ex. a balança para medir peso).

Confiabilidade = quando um método reproduz os mesmos resultados em aplicações repetidas, dadas as mesmas condições.

Evidentemente, o desenho da M&A depende, em boa parte, dos objectivos e das perguntas da M&A previamente definidas, mas também da disponibilidade dos dados e dos custos (monetários, de recursos humanos, de tempo etc.) necessários para obtê-los, processá-los etc.

Continuando o exemplo anterior, para saber quantas famílias melhoraram seu tempo de deslocamento até a escola ou o trabalho teremos que comparar os tempos antes e depois da intervenção, e contar em quantos casos houve redução do tempo de deslocamento em relação ao total; para saber de quanto melhorou a média do tempo de deslocamento, a comparação será entre a média antes e depois – em ambos os casos, as fontes dos dados serão as mesmas (pesquisa de campo). Já para saber qual o aumento mínimo necessário das linhas de transporte público para alcançar uma determinada redução na média do tempo de deslocamento, o procedimento seria mais complexo – teríamos que realizar uma pesquisa de origem-destino dos moradores, calcular a distribuição de frequência do tempo de deslocamento versus a origem-destino e dividir as famílias em grupos correspondentes, alocar novas linhas de transporte público para tais grupos, calcular quantos passageiros leva cada machibombo (ou autocarro) num determinado tempo, e, com base nestes dados, realizar simulações até encontrar a alocação mínima necessária. Ainda mais, para saber os custos, teremos que precificar os valores do investimento e custeio necessários para as novas linhas de transporte público.

Anteriormente, comentamos que a intenção que está na origem de um projecto deve ser expressada em objectivos mensuráveis, em quantidade, qualidade e prazo. Os indicadores são os instrumentos para tal medição. Um indicador está bem definido quando estabelece os critérios pelos quais se pode julgar o nível de sucesso alcançado em um tempo determinado. Por exemplo, a intenção de “reduzir o tempo de deslocamento até o trabalho ou a escola” pode ser transformada no objectivo de “reduzir o tempo de deslocamento médio em 20 minutos até o final do ano por meio da pavimentação de três vias por um total de 5 km e do fornecimento de duas novas linhas de transporte público”. Neste caso, os indicadores serão: “diferença do tempo de deslocamento em minutos antes da intervenção e no final do ano”, “n. e km de vias pavimentadas antes da intervenção e no final do ano”, e “n. de linhas de transporte público antes da intervenção e no final do ano”.

As características essenciais requeridas a um indicador são as seguintes:

- Validade.
- Confiabilidade.
- Especificidade (deve medir mudanças que possam razoavelmente ser atribuídas ao projecto).
- Clareza e precisão.
- Deve indicar mudanças previstas em quantidade ou qualidade dentro de um prazo (meta e tempo para alcançá-la).

Também, se diz que um indicador deve ser “CREAM”:

- Claro (preciso e não ambíguo).
- Relevante (apropriado ao tema em questão).
- Económico (disponível a um custo razoável).
- Adequado (deve fornecer uma base satisfatória para avaliação do desempenho).
- Monitorável (passível de validação independente).

Além de quantitativos, os indicadores podem ser qualitativos: medem variações em qualidade, não em quantidade (ex.: condições habitacionais: material reciclado, madeira, alvenaria...), embora possam ser ordenados em escalas/hierarquia (ex. uma casa em alvenaria é melhor que uma casa em madeira, que por sua vez é melhor que uma casa de material reciclado); eles medem também como e porque aconteceu algo (além do produto, o processo); estão normalmente associados a métodos como grupos focais, entrevistas aprofundadas, observação, diagnóstico rápido participativo etc.

APROXIMAÇÃO VERSUS PRECISÃO

*“Adoptar um novo rigor metodológico fundamentado em dois princípios:
- da ignorância ideal - saber o que é que não vale a pena saber
- e da acurácia proporcional - reconhecer o grau de acurácia necessário”*

Robert Chambers

“É melhor ter uma resposta aproximada para a pergunta correta que uma resposta precisa para a pergunta errada”

John W. Tukey

Os indicadores são alimentados por dados que precisam ser recolhidos e sistematizados. Dependendo do indicador, da facilidade ou dificuldade de acesso a determinadas informações, do orçamento disponível e da capacidade técnica da equipa, um ou outro método de recolha de dados será mais adequado.

Diferentes instrumentos podem ser usados para recolha dos dados – o importante é utilizar o instrumento adequado em relação ao tipo de informação desejada.

Os principais instrumentos de recolha de dados para M&A são os seguintes:

Registos Administrativos

Trata-se dos dados produzidos rotineiramente nas actividades do projecto: actas de reuniões, listas de participantes, relatórios de actividades, medições de obras, frequência e notas de cursos, etc.

- Prós: são dados que já existem, não precisam ser produzidos; conseqüentemente, têm um custo e tempo menor de recolha; têm credibilidade (evidência acumulada).
- Contras: podem estar incompletos; podem ser pouco relevantes para os indicadores escolhidos; podem demandar de tempo para “peneirá-los”.

Observações

Muita informação pode ser recolhida através da simples observação: do território (suas características e evolução), de reuniões (comportamento e opiniões dos participantes), do funcionamento dos serviços (tempo de espera, qualidade do atendimento) etc.

As observações podem ser: (i) estruturadas: na base de escalas, fichas, protocolos de observação; ou (ii) impressionísticas: anota-se o que acontece.

O método de recolha de dados por meio de observações apresenta prós e contras:

Prós: não dependem da lembrança nem do ponto de vista das pessoas, são utilizáveis em várias oportunidades; permitem analisar dinâmicas, ex. de grupo.

Contras: é preciso capacitar bem os observadores, e seleccionar ocasiões que garantam autenticidade e representatividade; podem ser intrusivas, o observador pode ser parcial, e precisa de tempo (várias observações) e pessoal especializado.

Orientações para realizar observações de qualidade:

- Identificar a categoria de comportamento a ser analisada.
- Determinar quem vai ser observado.
- Decidir antecipadamente como serão analisados os dados.
- Limitar as observações às áreas onde os dados não possam ser colhidos por outros meios.
- Elaborar uma ficha que facilite o processo de registo dos dados.
- Assegurar-se que os observadores estejam familiarizados com o procedimento.
- Planear as observações por períodos curtos.

Questionários

Os questionários representam uma das fontes de informações mais utilizadas.

Os questionários podem ter respostas abertas ou fechadas, ou ambas. As primeiras proporcionam dados mais facilmente processáveis e analisáveis, as segundas permitem incorporar à análise respostas previamente não previstas, mas relevantes, ou explicar processos.

- Prós: o instrumento do questionário permite aplicações simultâneas, pode ser enviado, o respondente tem mais tempo para responder, é anônimo, é uniforme, a análise é mais fácil.
- Contras: é pouco flexível (para explicar ou aprofundar), as pessoas podem ter dificuldade em se expressar por escrito, e não há comunicação com os respondentes; é preciso analisar e controlar as não respostas.

Exemplo: o questionário utilizado no diagnóstico para pesquisa socio-económica amostral.

Figura 65 - Ficha da pesquisa amostral

VII - Dados sobre os aspectos socioeconómicos da família						
Nº	51. Nome completo de todos os membros do domicílio	52. Sexo 1) M 2) F	53. Situação na família 1) Responsável 2) Espos(a)/ Companheira(a) 3) Filho (a) 4) Outro parente 5) Outros(Específica)	54. Idade 0 - 100	55. Ocupação actual 1) Trabalhador formal/informal (Específica: ex. enfermeiro) 2) Estudante (Específica o nível actual: ex. escola primária) 3) Trabalhador/Estudante (Específica) 4) Dona de casa/ Doméstica 5) Desempregado - desde quando? 6) Aposentado - desde quando? 7) Outro (Específica)	56. Nível de escolaridade COMPLETADA 1) Educação Infantil/Creche 2) Ensino Primário do PRIMEIRO GRAU (1º - 5º) 3) Ensino Primário do SEGUNDO GRAU (6º - 7º) 4) Ensino Secundário/Técnico BÁSICO (8º -10º) 5) Ensino Secundário/Técnico MÉDIO (11º -12º) 6) Ensino Superior - Especifique o Curso 7) Sistema de educação de tipo colonial 8) NP
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						

Nº	57. Tipo de ocupação 1) Contrato a prazo certo ou indeterminado 2) Auto emprego / Consultor / (só se registado) 3) Contrato e no mesmo tempo consultor 4) Trabalhador informal (sem contrato/sem registo) 5) Estagiário 6) Outro (Especifique)	58. Lugar de trabalho 1) No bairro 2) No entorno do bairro 3) Na "cidade cimento" 4) Fora da cidade Especifique o nome do bairro ou da cidade!	59. Tempo de deslocamento para chegar ao lugar de trabalho ou escola 1) 0-10 min. 2) 11-30 min. 3) 31-60 min. 4) 1 - 2 horas 5) + de 2 horas Especifique o valor!	60. Custo diário do transporte para chegar ao lugar de trabalho ou de escola 1) 0-10 Mt 2) 11-20 Mt 3) 21-30 Mt 4) 31 -50 Mt 5) > 50 Mt Especifique o valor!	61. Renda mensal total (fixa + informal) 1) 0 - 999 Mt 2) 1.000 - 1.999 Mt 3) 2.000 - 4.999 Mt 4) 5.000 - 9.999 Mt 5) 10.000 - 19.999 Mt 6) 20.000 - 49.999 Mt 7) > 50.000 Mt Especifique o valor!
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

Fonte - CMM, 2014 - Relatório do Diagnóstico Integrado da Área Piloto do Bairro George Dimitrov

Entrevistas

Assim como as respostas aos questionários, as entrevistas podem ser estruturadas ou sem estrutura. Podem ser também individuais ou de grupo. As entrevistas visam normalmente aprofundar determinados temas ou assuntos. Para isso, procuram-se informantes que conhecem detalhadamente o tema. A “representatividade” das informações obtidas por meio de entrevistas é dada pela relevância da opinião dos entrevistados.

- Prós: a entrevista proporciona uma elevada interação – com consequente facilidade de formulação e explicação oral, pouca dependência da leitura, boa comunicação, honestidade e profundidade, observação de atitudes corporais e vocais, flexibilidade para esclarecimentos, taxa de retorno elevada.
- Contras: depende da habilidade do entrevistador, da padronização de como as perguntas são feitas; necessita de tempo para recolher e processar os dados; há dificuldade de resumo, análise e interpretação.

Exemplo: as entrevistas realizadas no diagnóstico com representantes da comunidade, de entidades locais, de serviços públicos locais.

Grupos Focais

São instrumentos apropriados para aprofundar, junto aos beneficiários, aspectos específicos de um projecto. Mediamente, são compostos por 8 a 12 pessoas com características homogêneas, familiarizadas com uma situação, numa discussão semi-estruturada de, normalmente, 2 horas.

Durante o grupo focal, o moderador – que deve ser um especialista nessa metodologia – resume periodicamente a discussão e busca criar consenso acerca das respostas.

Por exemplo, grupos focais podem ser realizados para identificar os problemas prioritários de um bairro e indicar as possíveis soluções.

A análise é um processo de reflexão sobre o que os dados nos apontam. A típica sequência da análise é a seguinte:

- (i) quais são as nossas perguntas;
- (ii) análise descritiva: pontos importantes, tendências, o que acontece de inesperado, relações, comparações;
- (iii) inferências, explicações;
- (iv) conclusões, sugestões, eventuais dados adicionais.

Os dados quantitativos são normalmente analisados por meio de estatísticas, que são basicamente de dois tipos:

Estatísticas descritivas

1. frequência: distribuição de características da população (ex. percentuais de famílias por classes de renda).
2. média: tendência central (ex. renda média das famílias analisadas).
3. desvio padrão: distância da média (é uma medida da variabilidade do assunto que está sendo analisado: ex. quanto varia a renda das famílias analisadas).

Estatísticas inferenciais

1. chi quadrado: relação entre frequências observadas e esperadas.
2. teste t: testa se as diferenças entre as médias de 2 grupos é significativa.
3. análise da variância: testa a importância das diferenças entre mais de 2 variáveis ou grupos.
4. coeficiente de correlação de Pearson: testa a força e direção da relação entre 2 variáveis.
5. regressão: mede a relação causal- para prognóstico.

Na M&A do Projecto Piloto do Bairro George Dimitrov, são usadas somente estatísticas descritivas.

Os instrumentos para análise dos dados qualitativos são de natureza diferente: além, ou até mais do que a distribuição das respostas, interessa a sua relevância; processos e dinâmicas são analisados interpretativamente, e são feitas inferências argumentativas.

ETAPA 7: ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS.....186

Um relatório deve comunicar o que é relevante saber em relação às perguntas iniciais da M&A. Um relatório deve ser:

- Conciso.
- Bem redigido.
- Impecavelmente organizado.
- Apresentado no momento oportuno.

Uma típica estrutura de relatório⁸ é a seguinte:

- Capa
- Índice
- Siglas
- Resumo de gestão (finalidade, metodologia, resultados, recomendações)
- Secção 1- Antecedentes
 - Contexto
 - Descrição do projecto
- Secção 2- Metodologia de M&A
 - Desenho (bases de comparação e indicadores)
 - Plano (recolha, métodos de análise, instrumentos, prova de validade e confiabilidade)
- Secção 3- Resultados
 - Tabelas, gráficos etc. e discussão de cada um; descrição, comparações, resultados.
- Secção 4- Conclusões e recomendações
 - Resumo apontando sucessos e falhas; sugestões.
- Referências (pessoas, documentos etc.)
- Anexos

⁸Essa é uma típica estrutura de um Relatório de Avaliação Intermediária ou Final. Relatórios com periodicidade mais frequente (ex. trimestral ou semestral), de Monitoria mais do que de Avaliação, apresentam estruturas mais enxutas, principalmente no que diz respeito a Antecedentes e Metodologia.

ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA M&A

A estratégia de divulgação deve ser incluída no plano de M&A, após ter identificado as audiências (ou seja, os diferentes públicos potencialmente interessados aos resultados da M&A) e discutido as próprias estratégias com o cliente.

É oportuno considerar dez aplicações possíveis para os resultados encontrados na M&A:

- Atender às demandas dos financiadores, da sociedade etc. por responsabilização (accountability).
- Ajudar a justificar solicitações de recursos.
- Ajudar a tomar decisões operacionais sobre a alocação de recursos.
- Favorecer o aprofundamento dos problemas de desempenho e das correções.
- Motivar as equipas.
- Monitorar o desempenho de parceiros, beneficiários, etc.
- Fornecer dados para outros estudos.
- Ajudar a fornecer serviços com mais eficiência.
- Apoiar o planeamento estratégico e de longo prazo.
- Estabelecer uma comunicação com a sociedade – gerar confiança.

ETAPA 8: ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA M&A.....	188
---	-----

3. CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE M&A

Entende-se aqui por “sistema” todo o conjunto de dados, procedimentos, instrumentos, pessoas, instituições, aplicativos informatizados etc. que permitem à M&A funcionar de forma contínua e sustentada.

São seis os componentes críticos para a manutenção de tal sistema, uma vez criado e implantado:

- Demanda: os resultados da M&A devem ser solicitados pelo governo, sociedade, financiadores etc.; as equipas querem evidenciar o seu desempenho.
- Papéis e responsabilidades claros: (i) linhas organizacionais formais hierárquicas para recolha, análise e relato dos dados; (ii) ligação formal entre planeamento/finanças (que deve ser um dos principais demandantes de dados de M&A) e sectores executores de políticas públicas; (iii) todos os níveis envolvidos no processo de M&A demandam informações para serem usadas, nenhum nível só actua como filtro, repassando informações sem utilizá-las.
- Informação confiável: protecção contra represálias políticas; informação transparente e sujeita a auditorias independentes.
- Responsabilização (accountability): papel das organizações civis, média, sociedade etc.; o fracasso não é recompensado, os problemas são reconhecidos e enfrentados.
- Capacidade: preparo técnico e de gestão; sistemas de recolha efectivados; priorização na alocação de recursos financeiros para M&A; experiência institucional.
- Incentivos: sucesso reconhecido e recompensado, mensageiro não punido, aprendizado organizacional valorizado.

De facto, tais componentes críticos são operacionalizados principalmente na selecção e condução de uma equipa de M&A competente. O tamanho e, em parte, a composição da equipa de M&A, dependem do escopo, desenho, instrumentos de recolha (inclusive tamanho da amostra e volume das informações a serem recolhidas) e análise dos dados escolhidos. A seguir, é apresentada a estrutura de uma equipa típica de M&A, num projecto que inclui recolha de dados secundários e de dados em campo.

Quadro 4 - Equipa típica de M&A

FIGURA PROFISSIONAL	N. DE PROFISSIONAIS	FUNÇÕES E PERFIL
Coordenador de M&A	1	Desenho do sistema de M&A em todas as componentes e etapas. Capacitação, coordenação e supervisão técnico-metodológica da equipa e do trabalho. Redação dos relatórios de M&A. Relações com os demais stakeholders. Conhecimento de instrumentos e técnicas de M&A através de experiência mínima de 5 ou 10 anos dependendo da complexidade do desenho do sistema de M&A. Desejável o conhecimento prévio do tema ou sector do projecto (ex. melhoramento de AI).

FIGURA PROFISSIONAL	N. DE PROFISSIONAIS	FUNÇÕES E PERFIL
Pesquisadores	Número variável dependendo do tipo e volume de informações a serem recolhidas. Em equipas numerosas, devem ser previstos supervisores (pesquisadores mais experientes) numa relação de 1 supervisor a cada 5 ou 10 pesquisadores dependendo da complexidade da M&A.	Recolha de dados que podem ser: (a) quantitativos e/ou qualitativos, e (b) de fontes secundárias e/ou em campo. Dependendo das combinações possíveis, sugere-se os seguintes perfis: Dados quantitativos de fontes secundárias: estatísticos, especialistas em bases de dados. Dados quantitativos em campo: pesquisadores com experiência em surveys, aplicação de questionários. Dados qualitativos de fontes secundárias: estudantes universitários, recém-graduados, mestrados (dependendo da complexidade das informações) com conhecimentos académicos do tema. Dados qualitativos em campo: graduados ou mestrados com experiência em entrevistas aprofundadas, grupos focais e outras técnicas qualitativas. Podem ser apoiados ou até substituídos pelo coordenador, dependendo da complexidade do tema e do número de entrevistas ou grupos focais a serem realizados. A análise destes dados será realizada pelo coordenador junto com os pesquisadores.
Estatístico, econometrista	1 (a não ser que grandes volumes de dados precisem ser processados)	Para processamento e análise dos dados quantitativos. Um estatístico pode ser incluído na equipa caso (i) análise estatísticas mais sofisticadas que distribuições de frequências, médias e medidas de dispersão estejam previstas na análise dos dados; ou (ii) o volume de dados a ser processado seja grande. Caso contrário, o próprio coordenador pode assumir esta função.
Pessoal de apoio	Variável	Dependendo das tarefas, tipos de informações, tipo do sistema informatizado de armazenamento e processamento dos dados, extensão do território objecto de M&A, sua localização, podem ser necessário/as: secretária(s); motorista(s); responsável pela logística; digitadores para entrada de dados num sistema e supervisores para controle de qualidade; programador; analista de sistema; especialista de SIG/CAD.
Outros especialistas	Variável	Dependendo do tipo de informações a serem tratados, podem ser necessários especialistas em assuntos específicos, ex.: um especialista em transporte para definição de indicadores e sua análise num projecto com componentes de melhoria do transporte público, redução do trânsito etc.

4. MARCO LÓGICO, INDICADORES E FONTES DE DADOS: UM EXEMPLO DE M&A

Nesta seção é apresentado um instrumento fundamental para M&A: o Marco Lógico. No Marco Lógico se concretizam os elementos anteriormente descritos do planeamento da M&A – especialmente seus objectivos, perguntas, indicadores e fontes de dados com métodos de recolha dos mesmos.

Em relação às etapas anteriormente descritas, o Marco Lógico é elaborado entre a etapa 1 (definição dos objectivos) e a etapa 6 (análise dos dados): objectivos, perguntas e desenho da M&A, indicadores, instrumentos de colheita e análise dos dados, são definidos e sintetizados

no Marco Lógico – eles são insumos do Marco Lógico, mas ao mesmo tempo o Marco Lógico ajuda e obriga o planeador da M&A a defini-los com clareza.

Mais especificamente, o Marco Lógico do programa é um instrumento para:

- Identificar as perguntas-chave para a M&A do programa, a partir dos seus objectivos (geral e específicos): (i) organizados hierarquicamente (quais objectivos menores devem ser alcançados para atingir os objectivos maiores), e (ii) estruturados por relações de causa-efeito prováveis (quais acções devem ser adequadamente executadas para alcançar quais objectivos).
- Estruturar as informações num conjunto coerente e articulado, onde dados de natureza distinta são organizados organicamente, assim agregando valor para a M&A.
- Retro-alimentar efectivamente a tomada de decisão nos níveis estratégico e operacional, identificando e “localizando” as eventuais falhas na implementação do projecto, através da reconstrução da “cadeia causal” que as determinou.

O Marco Lógico trabalha com três níveis básicos de informações às quais correspondem perguntas, indicadores e instrumentos para colheita e análise das informações referentes aos indicadores:

- Resultados (outcomes) a serem alcançados em termos, por exemplo, de melhorias nas condições de vida dos beneficiários, no desempenho do programa, na qualidade das intervenções etc. Os outcomes normalmente estão associados aos objectivos – geral e específicos – do programa.
- Produtos/serviços (outputs) a serem realizados para atingir os resultados esperados – ex. projecto de reordenamento como um dos elementos constitutivos do processo de melhorias urbanístico-ambientais do bairro. Os outputs são parte das componentes do programa.
- Insumos (inputs) – tarefas a serem executadas para realizar os produtos esperados – ex. reuniões com a comunidade para a validação do Plano de Desenvolvimento Local. Os inputs estão associados às actividades a serem executadas pelo programa.

Para cada nível do marco lógico são definidos indicadores mensuráveis, e para estes últimos, as fontes dos dados necessários para alimentá-los e os métodos de recolha de informações. Os métodos de análise das informações podem ser implícitos no formato dos indicadores (ex. o uso de percentuais, médias etc. implica os métodos de cálculo deles) ou explícitos (no caso de inferências estatísticas ou análise qualitativas mais avançadas).

O ordenamento do marco lógico em inputs, outputs e outcomes pressupõe uma sequência de causa-efeito na execução de um projecto, pela qual a execução das actividades planeadas leva à realização de produtos, os quais, por sua vez, geram os resultados esperados.

A seguir é apresentado um exemplo de Marco Lógico para um projecto de melhoria de assentamentos informais, inspirado na M&A do bairro piloto de George Dimitrov. Claramente, objectivos, indicadores e fontes de dados do Marco Lógico dependem das especificidades de cada projecto, e o exemplo aqui apresentado tem carácter meramente ilustrativo. Neste exemplo, os métodos de análise dos dados são implícitos (que é o que ocorre na grande maioria dos casos de M&A, já que instrumentos de análise sofisticados raramente se tornam necessários).

Quadro 5 – Exemplo de Marco Lógico – Objectivo Geral.

NÍVEL	DESCRIÇÃO NARRATIVA	INDICADORES	FONTES/MÉTODOS RECOLHA DE DADOS
Objectivo Geral	Contribuir à melhoria do bairro X por meio da aplicação da metodologia de intervenção integrada em assentamentos informais	Todos os domicílios, famílias, indivíduos do bairro são beneficiados pelo projecto	N. de domicílios, famílias e indivíduos moradores do bairro conforme (a) estatísticas oficiais, e (b) pesquisa socio-económica do projecto. N. de beneficiários das acções do projecto conforme registos administrativos do mesmo
		Redução em 20% do tempo médio de deslocamento até escola ou trabalho	Média do tempo de deslocamento (total tempo deslocamento dos moradores / n. de moradores) conforme pesquisa amostral de moradores, ex-ante e ex-post
		Eliminação de 100% dos talhões que inundam com a chuva	N. de talhões que inundam, conforme (a) pesquisa junto aos moradores complementada por (b) observações no campo, ex-ante e ex-post
		Aumento em 30% do número de moradores que participam de associações no bairro	N. de moradores que são membros de associações conforme (a) pesquisa socio-económica e (b) pesquisa de associações, ex-ante e ex-post
		Aumento em 25% da renda dos beneficiários de acções de qualificação profissional	Renda per cápita familiar mensal dos beneficiários de acções de qualificação profissional, conforme pesquisa junto a tais beneficiários, no início da qualificação profissional e 3 meses após a conclusão da mesma.

No exemplo apresentado, imaginemos um projecto de melhoria de assentamentos informais cujo objectivo é a melhoria das condições de vida dos moradores do bairro X, a ser alcançada por meio da metodologia de intervenção integrada descrita nas secções anteriores do presente manual. Os principais problemas do bairro estão relacionados a alagamentos e dificuldades de acesso; além disso, no desenho do projecto foram detectadas necessidades de fortalecimento das associações locais e de incremento da renda dos moradores. Os componentes do projecto compreendem: (i) a realização do diagnóstico integrado e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (que orientará as intervenções físicas assim como as acções de fortalecimento das associações e de geração de emprego e renda); (ii) intervenções conjuntas de drenagem e pavimentação conforme um plano de acção urbanístico; (iii) acções de fortalecimento das associações de bairro; e (iv) cursos de qualificação profissional para geração de emprego e renda. Os indicadores sugeridos para medir o alcance do objectivo geral do projecto são reflexo dos problemas prioritários do bairro e dos componentes do projecto.

Quadro 6 – Exemplo de Marco Lógico – Objectivo específico 1

NÍVEL	DESCRIÇÃO NARRATIVA	INDICADORES	FONTES/MÉTODOS RECOLHA DE DADOS
Objectivo específico 1	Metodologia de intervenção integrada aplicada	100% das acções indicadas no PDLI implementadas	Registos administrativos – relatórios de actividades para comprovação da implementação das acções do PDLI
		100% das acções indicadas no PDLI acompanhadas pelo Comitê de Acompanhamento	Registos administrativos – actas de reunião do Comitê de Acompanhamento
Produto 1.1	Diagnóstico integrado realizado	Diagnóstico integrado realizado e validado pela comunidade dentro do prazo previsto	Registos administrativos – Relatório de Diagnóstico elaborado e formalmente aprovado pela comunidade (indicar eventual número de dias de atraso em relação ao prazo previsto)
Actividades para produto 1.1		Cadastro de edificações e agregados familiares realizado dentro do prazo	Registos administrativos – relatório de cadastro elaborado
		Estudo de infraestrutura realizado	Registos administrativos – relatório do estudo elaborado
		Pesquisa socio-económica realizada	Registos administrativos – relatório da pesquisa elaborado
		Pesquisa de associações realizada	Registos administrativos – relatório da pesquisa elaborado
		N. de reuniões com a comunidade para validação do diagnóstico	Registos administrativos – actas das reuniões
Produto 1.2	PDLI realizado	PDLI elaborado e validado pela comunidade dentro do prazo previsto	Registos administrativos – Relatório do PDLI elaborado e formalmente aprovado pela comunidade (indicar eventual número de dias de atraso em relação ao prazo previsto)
		Comitê de Acompanhamento implantado	Registos administrativos – actas da reunião de implantação do PDLI, regimento do Comitê aprovado e legalizado
Actividades para produto 1.2		N. de reuniões com a comunidade para validação do PDLI	Registos administrativos – actas das reuniões
		N. de participantes às reuniões de validação do PDLI	Registos administrativos – actas das reuniões

Após definido o objectivo geral e seus indicadores, os passos sucessivos na elaboração do Marco Lógico consistem em desagregar o objectivo geral em diferentes objectivos específicos, com seus respectivos produtos e actividades. Na tabela acima são apresentados produtos, actividades e indicadores referentes ao Objectivo Específico 1 – aplicação da metodologia de intervenção integrada – cujos elementos constitutivos são o Diagnóstico Integrado e o PDLI. Observe-se que os indicadores do alcance do Objectivo Específico 1 focam os efeitos ou resultados da metodologia de intervenção integrada no seu conjunto, representados

pela efectiva implementação e acompanhamento das acções do PDLI. Já os produtos deste objectivo específico se referem à realização do próprio diagnóstico e PDLI, medindo o eventual atraso em relação aos prazos previstos. As actividades, por sua vez, focam a sequência das acções-chave para realização destes produtos, que se referem à elaboração dos produtos parciais, à implantação do Comitê de Acompanhamento, e à comprovação da participação da comunidade na validação do Diagnóstico e do PDLI.

A seguir, são apresentadas as partes do Marco Lógico referentes aos demais objectivos específicos deste hipotético projecto, com seus produtos, actividades e relativos indicadores e fontes de dados.

Quadro 7 – Exemplo de Marco Lógico – Objectivo específico 2

NÍVEL	DESCRIÇÃO NARRATIVA	INDICADORES	FONTES/MÉTODOS RECOLHA DE DADOS
Objectivo específico 2	Intervenções urbanísticas realizadas	Plano urbanístico elaborado e aprovado dentro do prazo	Registos administrativos – documento do plano elaborado e aprovado pelo CMM após validação pela comunidade
		Satisfação dos moradores com a drenagem	Pesquisa de satisfação ex-post (escala de satisfação)
Produto 2.1	Obra de drenagem realizada	Satisfação dos moradores com a pavimentação	Pesquisa de satisfação ex-post (escala de satisfação)
		Drenagem concluída dentro do prazo	Registos administrativos – medições do % de obra executado ao longo do tempo; eventual número de dias de atraso em relação ao prazo previsto
Actividades para produto 2.1		Projecto básico elaborado	Registos administrativos – documento de projecto básico elaborado e aprovado
		Projecto executivo elaborado	Registos administrativos – documento de projecto executivo elaborado e aprovado
		EIA realizado	Registos administrativos – documentos do EIA elaborados e aprovados
		Licença ambiental obtida	Documento oficial da licença ambiental emitido
		Licitação concluída	Registos administrativos – parecer final da comissão de licitação
Produto 2.2	Obra de pavimentação realizada	Contrato da obra assinado	Registos administrativos – contrato da obra elaborado e assinado pelas partes
		Pavimentação concluída dentro do prazo	Registos administrativos – medições do % de obra executado ao longo do tempo; eventual número de dias de atraso em relação ao prazo previsto
Actividades para produto 2.2		Projecto básico elaborado	Registos administrativos – documento de projecto básico elaborado e aprovado
		Projecto executivo elaborado	Registos administrativos – documento de projecto executivo elaborado e aprovado
		EIA realizado	Registos administrativos – documentos do EIA elaborados e aprovados
		Licença ambiental obtida	Documento oficial da licença ambiental emitido
		Licitação concluída	Registos administrativos – parecer final da comissão de licitação
		Contrato da obra assinado	Registos administrativos – contrato da obra elaborado e assinado pelas partes

O Objectivo Específico 2 do projecto se refere ao plano urbanístico e às obras consequentes. Os indicadores sugeridos para tal objectivo incluem a aprovação do plano urbanístico e o grau de satisfação dos moradores com as obras. Os produtos e actividades deste objectivo, e relativos indicadores, basicamente acompanham as etapas do processo que leva ao início das obras, assim como a medição, em diferentes momentos, do grau de execução dela.

Quadro 8 – Exemplo de Marco Lógico – Objectivo específico 3

NÍVEL	DESCRIÇÃO NARRATIVA	INDICADORES	FONTES/MÉTODOS RECOLHA DE DADOS
Objectivo específico 3	Fortalecimento das associações do bairro	Pelo menos 75% das associações de bairro atendidas pelo projecto	Registos administrativos vs pesquisa de associações: número de associações atendidas / número de associações existentes
		Aumento em 25% da arrecadação de fundos pelas associações do bairro	Pesquisa de associações: valor da arrecadação ex-ante e ex-post
Produto 3.1	Sedes das associações de bairro reformadas e equipadas	Pelo menos 5 novos projectos implementados pelas associações de bairro	Pesquisa de associações: número de projectos das associações ex-ante e ex-post
		Reforma das sedes das associações concluída dentro do prazo	Registos administrativos – medições do % das obras executado ao longo do tempo; eventual número de dias de atraso em relação ao prazo previsto
Actividades para produto 3.1		Metros quadrados reformados das sedes	Registos administrativos – medições do número de m2 das reformas / número de m2 das sedes
		Outras melhorias realizadas	Registos administrativos – outras melhorias: telhado, janelas, portas, banheiros, sistema elétrico, telefonia e internet.
		Número de equipamentos adquiridos por tipo	Registos administrativos – número de computadores, impressoras, mobiliário adquirido
Produto 3.2	Diretoria das associações de bairro capacitada	% dos membros das diretorias das associações que concluíram os cursos com sucesso	Registos administrativos – número de participantes aos cursos de capacitação / número de membros das diretorias
Actividades para produto 3.2		Cursos realizados	Registos administrativos – número e tipo de cursos realizados
		Estímulo à frequência aos cursos	Registos administrativos – média do número de pessoas que atenderam aos cursos / número de inscritos

O Objectivo Específico 3 deste projecto hipotético se refere ao fortalecimento das associações de bairro. Os indicadores relativos a tal objectivo visam mensurar os resultados tangíveis das acções de fortalecimento, em termos de arrecadação e execução de novos projectos pelas associações. Produtos e actividades se referem à reforma e das sedes e à aquisição de equipamentos e à capacitação das diretorias das associações. Os respectivos indicadores medem a execução das obras de reforma em seus diversos componentes, os equipamentos adquiridos, e a participação aos cursos de capacitação.

Quadro 9 – Exemplo de Marco Lógico – Objectivo específico 4

NÍVEL	DESCRIÇÃO NARRATIVA	INDICADORES	FONTES/MÉTODOS RECOLHA DE DADOS
Objectivo específico 4	Qualificação profissional dos moradores	Número de moradores qualificados	Registos administrativos – total de moradores qualificados nos diversos cursos realizados / previsto
		% de moradores qualificados que acharam novo emprego	Pesquisa junto aos participantes aos cursos de formação profissional: n. de participantes com novo emprego após 3 meses da conclusão dos cursos / n. de participantes aos cursos
		% de moradores qualificados que abriram novos negócios	Pesquisa junto aos participantes aos cursos de empreendedorismo: n. de participantes com novo emprego após 3 meses da conclusão dos cursos / n. de participantes aos cursos
Produto 4.1	Moradores com curso de formação profissional	% dos inscritos aos cursos de formação profissional que os concluíram com sucesso	Registos administrativos: n. de inscritos aos cursos que concluíram com sucesso / n. de inscritos
Actividades para produto 4.1		Cursos realizados	Registos administrativos – número e tipo de cursos realizados
		Estímulo à frequência aos cursos	Registos administrativos – média do número de pessoas que atenderam aos cursos / número de inscritos
Produto 4.2	Moradores com curso de empreendedorismo	% dos inscritos aos cursos de empreendedorismo que os concluíram com sucesso	Registos administrativos: n. de inscritos aos cursos que concluíram com sucesso / n. de inscritos
Actividades para produto 4.2		Cursos realizados	Registos administrativos – número e tipo de cursos realizados
		Estímulo à frequência aos cursos	Registos administrativos – média do número de pessoas que atenderam aos cursos / número de inscritos

O Objectivo Específico 4 do projecto se refere à qualificação profissional dos moradores do bairro, visando a geração de emprego e renda. Os indicadores deste objectivo específico focam os resultados das acções de qualificação profissional em termos de empregos e novos negócios gerados. Já os produtos e as actividades apontam para a realização dos cursos de qualificação e a participação dos moradores neles.



CRONOGRAMA DAS ACTIVIDADES

Apresenta-se a seguir o cronograma das actividades para a aplicação da sequência lógica dos passos metodológicos necessários para:

- Elaboração do Diagnóstico Integrado (DI);
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI);
- Participação Comunitária e Gestão Compartilhada durante a elaboração do DI e do PDLI;
- Monitoria e Avaliação durante a elaboração do DI e do PDLI.

Para a elaboração do cronograma foi estimado um tempo óptimo de duração de cada actividade, considerando uma situação ideal, ou seja, sem constrangimentos que possam comprometer a produtividade e aumentar o prazo de execução das tarefas. A variação na duração das actividades está ligada à dimensão do assentamento informal onde pretende-se intervir, além de outros factores peculiares de cada localidade. Portanto, este cronograma deve ser considerado como um exemplo que ilustra algumas das principais etapas de uma intervenção integrada num assentamento informal.

Figura 66 - Obras prioritárias no Bairro George Dimitrov, Maputo

Fonte - AVSI -Synergia - Khandlelo

ETAPAS DO DIAGNOSTICO INTEGRADO		1º Mes				2º Mes				3º Mes				4º Mes				5º Mes				6º Mes							
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
1	ETAPA 1 - ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS																												
1.1	Act. 1- Montagem da Base Cartográfica																												
1.2	Act. 2- Vistorias técnicas conjuntas de reconhecimento																												
1.3	Act. 3- Adequação preliminar de instrumentos																												
2	ETAPA 2 - EXPLORAÇÃO DE FONTES SECUNDÁRIAS																												
2.1	Act. 1- Recolha de Dados Urbanísticos																												
2.2	Act. 2- Vistorias técnicas conjuntas de reconhecimento																												
2.3	Act. 3- Recolha de Dados Ambientais																												
2.4	Act. 4- Recolha de Dados Socio-económicos																												
2.5	Act. 5- Recolha de Dados sobre Instituições																												
3	ETAPA 3 - EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS DA MACRO ÁREA																												
3.1	Act. 1- Levantamento de componentes urbanos																												
3.2	Act. 2- Levantamento dos componentes ambientais																												
3.3	Act. 3- Organização da equipa e formação dos pesquisadores																												
3.4	Act. 4- Pesquisa socio-económica amostral																												
3.5	Act. 5- Estudo sobre acesso ao mercado do trabalho e vocação produtiva da macro área																												
3.6	Act. 6- Identificação e entrevista com informantes-chave																												
3.7	Act. 7- Conhecimento das organizações e instituições																												
4	ETAPA 4 - EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA																												
4.1	Act. 1- Selagem ou cadastro das unidades habitacionais																												
4.2	Act. 2- Mapeamento de componentes urbanos																												
4.3	Act. 3- Pesquisa socio-económica das unidades habitacionais																												
4.4	Act. 4- Identificação e entrevistas com Informantes-Chave																												
4.5	Act. 5- Conhecimento das organizações e instituições																												
4.6	Act. 6- Recolha de dados por quarteirão																												
5	ETAPA 5 - SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES																												
5.1	Act. 1- Criação e alimentação de SIG																												
5.2	Act. 2- Elaboração de mapas urbanísticos																												
5.3	Act. 3- Elaboração de Mapas Ambientais																												
5.4	Act. 4- Criação do banco de dados da pesquisa amostral																												
5.5	Act. 5- Criação do banco de dados da pesquisa socio-econ.																												
5.6	Act. 6- Sistem. dados de lideranças locais e inf-chave																												
5.7	Act. 7- Sistem. dados das Associações e Instituições																												
5.8	Act. 8- Elaboração de Matriz de Stakeholders																												
5.9	Act. 9- Registo das informações dos quarteirões																												
6	ETAPA 6 - ANÁLISES E CONCLUSÕES																												
6.1	Act.1- Análise de dados urbanísticos																												
6.2	Act. 2- Análise de Dados Ambientais																												
6.3	Act. 3- Análise dos Dados de Socioeconomia																												
6.4	Act. 4- Análise dos Dados Sócio-organizativos																												
7	ETAPA 7 - ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO																												
7.1	Act. 1- Síntese dos dados por dimensão																												
7.2	Act. 2- Elaboração de Matriz FOFA																												
7.3	Act. 3- Elaboração de Directivas para o PDLI																												
ETAPAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO		1º Mes				2º Mes				3º Mes				4º Mes				5º Mes				6º Mes							
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
1	ETAPA 1 - ANÁLISE DOS SUBSÍDIOS PARA O PLANO																												
1.1	Actividade 1- Análise do Diagnóstico Integrado																												
1.2	Actividade 2- Análise do Enquadramento legal																												

2	ETAPA 2 - PERSPECTIVA ESTRATÉGICA																												
2.1	Act. 1- Definição de Objectivos e Eixos de Intervenção																												
3	ETAPA 3 - ESTUDOS DE ALTERNATIVAS																												
3.1	Act. 1- Alternativas de ordenamento físico e soluções tecnológicas																												
3.2	Act. 2- Alternativas de atendimento de demandas sociais																												
4	ETAPA 4 - PLANEAMENTO OPERATIVO																												
4.1	Actividade 1- Detalhamento de Acções																												
4.2	Actividade 2- Estimativa de Custos																												
4.3	Actividade 3- Priorização de Acções e Obras																												
4.4	Act. 4- Estruturação das acções integradas (curto prazo)																												
ETAPAS DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E GESTÃO COMPARTILHADA		1º Mes				2º Mes				3º Mes				4º Mes				5º Mes				6º Mes							
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
1	ETAPA 1 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE AS ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO																												
1.1	Act. 1- Oficina com representantes do CMM																												
1.2	Act.2- Reunião com lideranças indicadas pelo CMM																												
2	ETAPA 2 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A EXPLORAÇÃO DE FONTES SECUNDÁRIAS																												
2.1	Act. 1- Identificação em publicações de actores estratégicos																												
3	ETAPA 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A EXPLORAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS DA MACRO ÁREA																												
3.1	Act. 1- Constituição do Escritório de campo																												
3.2	Actividade 2- Constituição do Centro Comunitário																												
3.3	Act. 3- Reunião com lideranças e moradores para apresentação da proposta de aplicação de pesquisas																												
3.4	Act. 4- Constituição do CdA do projecto e dos GT																												
3.5	Act. 5- Actividades preparatórias para a realização de estudos/pesquisas/entrevistas com inf- chave																												
3.6	Act. 6- Realização da act.5 com informantes chave																												
3.7	Act. 7- Mapeamento e elaboração da matriz de stakeholders																												
4	ETAPA 4 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE O CONHECIMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO FÍSICA																												
4.1	Act. 1- Reuniões com grupos de moradores por ruas/polígonos																												
4.2	Act. 2- Reuniões Comunitárias para divulgação do início																												
4.4	Actividade 3- Acompanhamento das pesquisas																												
5	ETAPA 5 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A CONCLUSÃO DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO																												
5.1	Act. 1- Devolução dos resultados das pesquisas para o CdA e GT																												
5.2	Act. 2- Reuniões para devolução da pesquisa às associações																												
5.3	Act. 3- Reuniões comunitárias para devolução de resultados das pesquisas à população em geral																												
6	ETAPA 6 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA DURANTE A ELABORAÇÃO DO PDLI																												
6.1	Act. 1- Reunião preparatória com Comité de																												